



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**ESTOU VELHO DEMAIS PARA ISSO?
O FENÔMENO ETARISMO VERIFICADO NO IFCE**

TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

FORTALEZA

março/2025

TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA

ESTOU VELHO DEMAIS PARA ISSO?

O FENÔMENO ETARISMO VERIFICADO NO IFCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Fortaleza, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima.

FORTALEZA/CE

março/2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Silva, Tecla Lorena Albuquerque Silva.
Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE. / Tecla Lorena Albuquerque
Silva Silva. - 2025.
117 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de
Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima.

1. Etarismo. 2. Envelhescente. 3. Etarismo na escola. 4. Preconceito etário. I. Título.

CDD 378.013

TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA

ESTOU VELHO DEMAIS PARA ISSO?

O FENÔMENO ETARISMO VERIFICADO NO IFCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Fortaleza, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado (a) em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima (orientadora/presidente)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza

Profa. Dra. Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues (examinadora interna)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) –
Campus Fortaleza

Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares (examinadora externa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)



À minha amiga Juanita.

Aquela aquariana que conquistou seu espaço
em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo e sempre.

A mim mesma, por não ter desistido e acreditado no meu sonho de ser mestra.

Ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, que me deram todo o suporte de que eu precisava a vida inteira.

À minha amiga irmã Sheila, por me dar a ideia do tema desta pesquisa e por acreditar em mim.

À minha irmã Claudia, que foi fundamental para a concepção do documentário e é meu apoio e minha salvação em muitos momentos.

Às minhas filhas, Brenda e Emília, maiores motivações de vida.

Ao meu genro Fábio, que me ajudou com seus dotes informacionais e artísticos.

À minha família e aos agregados, por terem sido sempre solícitos e me ajudarem em tudo o que eu precisei para a realização desse sonho (Amando, Cláudia, Sophia, Lílian, Gustavo, Lídia, Matheus, Álvaro).

Aos meus bichinhos de estimação. Por amor a eles, também busco melhorar minha renda.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), turma VI, que sempre apoiaram e torceram pela conquista de cada um.

À minha orientadora, a Profa. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, por acreditar no potencial da minha pesquisa desde o início.

Aos professores do ProfEPT, em especial à Profa. Dra. Heloísa e ao Professor Dr. Aquino, sempre presentes dentro e fora da sala de aula.

Às membras da minha banca, as Profas. Dras. Bárbara Suellen e Rosalina Tavares, por serem tão amáveis, respeitosas e vibrantes com a minha pesquisa.

Ao Prof. Rinaldo, por sua gentileza e prestatividade.

Ao meu chefe na Unilab, o Prof. Dr. Thiago Moura de Araújo, e aos meus colegas de trabalho, por terem sido sempre tão colaborativos e compreensivos.

Aos servidores, colaboradores e colegas discentes do IFCE, essa casa que me acolheu tão bem.

Somente quem envelhece adquire uma representação completa da vida, pois passa a vê-la em sua totalidade e em sua evolução natural, especialmente – porém não apenas, como fazem os outros – da perspectiva do seu início, mas também daquela do seu fim. (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

SILVA, Tecla Lorena Albuquerque. **Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE.** 2025, 117fls. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Fortaleza*, Ceará, 2025.

O Etarismo é um fenômeno social que se baseia em estereótipos sobre a idade das pessoas e pode se manifestar em forma de crenças, pensamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórios contra pessoas de diferentes faixas etárias. O objetivo deste estudo foi investigar o fenômeno Etarismo entre os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Participaram deste estudo 374 alunos do IFCE, de ambos os sexos. Para efeito deste trabalho, o Etarismo foi pesquisado com ênfase em estudantes da faixa etária entre 40 e 59 anos, os envelhescentes, com a seguinte questão problema: Como o Etarismo impacta a experiência educacional e as perspectivas dos estudantes mais velhos em cursos ofertados pelo IFCE? Foram aplicados questionários, a fim de averiguar quais as percepções dos estudantes mais velhos e mais jovens acerca do Etarismo e identificar quem eram os estudantes envelhescentes no IFCE. Os questionários foram analisados por meio de estatística descritiva no *software* Excel. Após, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os envelhescentes identificados como vítimas do Etarismo e abordada por meio da técnica de análise temática de conteúdo de Bardin (2016). Foram elencadas cinco categorias: atos etaristas, sentimentos, impactos, estereótipos em si, e ações conscientizadoras. A pesquisa trouxe como resultados que não só os estudantes mais velhos se sentem vítimas de etarismo, no IFCE; que as atitudes etaristas mais sentidas, pelos estudantes mais velhos, é o julgamento dos outros devido à sua idade e a exclusão; os sentimentos advindos das atitudes etaristas mais sentidos são a tristeza e o desamparo; e o impacto consequente dos atos etaristas mais frequente no IFCE é a desistência do curso. O etarismo benevolente também foi relatado, no que diz respeito ao cuidado excessivo com esse estudante mais velho. Além disso, constatou-se a existência de etarismo internalizado nos próprios estudantes, apesar de os envelhescentes relatarem bons atributos, quando falam de si próprios acerca de como lidam com os estudos. Os números expressivos de sofrendores de etarismo no IFCE pode representar uma parcela significativa de estudantes que podem abandonar os estudos por esse motivo. Deste trabalho, também resultou um documentário como Produto Educacional (PE), com o intuito de trazer mais conscientização para o problema do etarismo.

Palavras-chave: Etarismo. Envelhescente. Etarismo na Escola. Preconceito Etário.

ABSTRACT

SILVA, Tecla Lorena Albuquerque. **Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE.** 2025, 117fls. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Fortaleza*, Ceará, 2025.

Ageism is a social phenomenon based on stereotypes about people's age and can manifest in the form of prejudiced and discriminatory beliefs, thoughts, and attitudes against individuals of different age groups. This study aimed to investigate the phenomenon of ageism among students at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) and identify strategies to promote a more inclusive and equitable educational environment. A total of 374 IFCE students, of both sexes, participated in this study. For the purpose of this research, ageism was analyzed with an emphasis on students aged between 40 and 59 years, referred to as "envelhescentes," addressing the following research question: How does ageism impact the educational experience and perspectives of older students in courses offered by IFCE? Questionnaires were administered to examine the perceptions of both older and younger students regarding ageism and to identify the envelhescentes at IFCE. The data from the questionnaires were analyzed using descriptive statistics in Excel. Subsequently, a semi-structured interview was conducted with envelhescentes identified as victims of ageism, and the data were analyzed using Bardin's (2016) thematic content analysis technique. Five categories emerged from the analysis: ageist acts, feelings, impacts, stereotypes, and awareness-raising actions. The study's findings revealed that older students feel most affected by ageism at IFCE. The most commonly perceived ageist attitudes were judgment from others based on age and social exclusion. The predominant emotions resulting from these ageist attitudes were sadness and helplessness, and the most frequent impact was dropping out of the course. Benevolent ageism was also reported, particularly in the form of excessive care toward older students. Additionally, internalized ageism was identified among the students themselves, although the envelhescentes reported positive attributes regarding their own ability to handle their studies. The significant numbers of people suffering from ageism at IFCE may represent a significant portion of students who may drop out of school for this reason. As an educational product, this research also resulted in a documentary aimed at raising awareness about the issue of ageism.

Keywords: Ageism. Older Students. Ageism in Schools. Age Prejudice.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos respondentes	51
Tabela 2 – Frequência de ocorrência das unidades de sentido nas categorias	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos de 40 a 59 anos por modalidade	52
Gráfico 2 – Percentual de alunos que se sentiram vítimas de preconceito etário.....	53
Gráfico 3 – Total de respondentes por faixa etária <i>versus</i> quantitativo de vítimas de etarismo.	54
Gráfico 4 – Alunos que se sentem desmotivados a participar de atividades acadêmicas com pessoas de gerações diferentes	57
Gráfico 5 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" propicia o entendimento sobre o que é o etarismo?	76
Gráfico 6 – Depois de assistir ao documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" sou capaz de conversar sobre o assunto com outras pessoas?	77
Gráfico 7 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" promove o entendimento de como se dá o etarismo no nosso dia a dia?	77
Gráfico 8 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" trouxe conceitos novos e enriqueceu meu conhecimento sobre o assunto?.....	78
Gráfico 9 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" traz um tema atual para reflexão e debates?	78
Gráfico 10 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" oferece um tema relevante para a sociedade?	79
Gráfico 11 – O documentário pode ser utilizado em ações para conscientização acerca do etarismo?	79
Gráfico 12 – O documentário “Etarismo: o que há de errado com a minha idade?” traz uma linguagem simples e acessível para todos os públicos?	80
Gráfico 13 – O produto educacional estar disponibilizado na Plataforma YouTube facilita o acesso?	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pirâmides etárias do Brasil 2022/2050.....	31
Figura 2 – Atuação do IFCE nos municípios do Ceará.....	43
Figura 3 – Tela de título extraída do documentário.....	73
Figura 4 – Aplicação do PE.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cefet	Centros Federais de Educação Tecnológica
Eaco	Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELV	Educação ao Longo da Vida
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Tale	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Teoria do Contato Intergrupar
UAB	Universidade Aberta do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
UTRPF	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	OBJETIVOS	20
3	REVISÃO TEÓRICA	21
3.1	Etarismo e outros “ismos”	21
3.1.1	Atos e Impactos	24
3.1.2	Políticas de Enfrentamento ao Etarismo	26
3.1.3	O Pendão da Diferença	29
3.2	O ser trabalhador envelhescente	31
3.3	Educação como um direito	34
3.4	A Educação e o Ensino nos Institutos Federais	37
4	CAMINHO METODOLÓGICO	41
4.1	Tipo de Pesquisa	41
4.2	Lócus do Estudo	43
4.3	Participantes da Pesquisa	44
4.3.1	Critérios de Inclusão	45
4.3.2	Critérios de Exclusão	45
4.4	Coleta de Informações	46
4.5	Análise das Informações	48
4.6	Ética na Pesquisa	50
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5.1	Questionário	51
	<i>5.1.2 Perfil dos Respondentes</i>	51
	<i>5.1.3 Os Envelhescentes no IFCE</i>	52
5.2	Entrevistas: o que dizem os envelhescentes	58
5.2.1	Atos Etaristas	60
5.2.2	Sentimentos	63
5.2.3	Impactos	64
5.2.4	Estereótipos em si	65
5.2.5	Ações Conscientizadoras	68
6	PRODUTO EDUCACIONAL	70
6.1	Dissecando o documentário	73
6.2	Aplicação e Avaliação do documentário	75
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	85

APÊNDICES	95
ANEXOS	112

1 INTRODUÇÃO

O avanço da medicina e da tecnologia, aliado à diminuição da natalidade e mortalidade infantil, propiciaram aumento da expectativa de vida da população mundial. Em consequência, esse fenômeno está ocasionando um envelhecimento da sociedade. No Brasil, diferentemente de outros países, o envelhecimento populacional tem se dado de forma muito brusca, por ser um país que há pouco tempo ainda era conhecido como nação jovem. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em suas projeções acerca da população brasileira (2020), em 2050, as pessoas na faixa etária entre 40 e 50 anos serão a maior porção dentre todas as outras faixas etárias.

Uma prova de que a população brasileira está envelhecendo é o quantitativo de pessoas mais velhas nas Universidades. O Censo da Educação Superior do ano de 2021 informou que, naquele ano, havia quase 600 mil alunos com mais de 40 anos matriculados em cursos de nível superior no Brasil, o triplo em relação à década passada (Moraes, 2023).

No entanto, em vez de presenciarmos o efetivo aproveitamento desse grupo etário no cenário profissional, temos testemunhado as dificuldades de trabalhadores em retornar ao mercado de trabalho após o desemprego, bem como em permanecer empregado (Chaves, 2006). Essa problemática pode estar associada ao etarismo, preconceito dirigido a pessoas de determinadas classes etárias, pelo fato de pessoas mais velhas serem consideradas pouco hábeis diante das exigências atuais do mercado, tais como aptidão para trabalhar com os recursos informacionais e capacidade de adaptação a novos padrões.

Tendo em vista a situação apresentada, considerando que o etarismo está presente em todos os âmbitos da vida das pessoas, seja no trabalho, na igreja, nas relações familiares, na educação, etc., a pesquisadora estudou o etarismo entre os alunos regularmente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com a seguinte questão problema: Como o etarismo impacta a experiência educacional e as perspectivas dos estudantes mais velhos em cursos ofertados pelo IFCE? Ou seja, qual a percepção dos possíveis sofrendores do etarismo em relação aos professores e estudantes mais jovens e como essa percepção pode afetar suas expectativas, seus relacionamentos e o desempenho nos cursos?

Essa problemática relatada pode suscitar a formulação das seguintes hipóteses, a saber:

a) Os estudantes mais velhos enfrentam maior incidência de discriminação e preconceito baseados na idade em cursos do IFCE.

Baseando-nos na leitura de pesquisas sobre o etarismo, no âmbito das organizações educacionais, encontramos relatos sobre preconceito e discriminação sofridos por estudantes mais velhos em cursos de algumas Universidades. Como bem colocado, Quintana (2023) assevera que a universidade, classificada também como ambiente social, promove o afastamento das pessoas por idade, comumente culminando na limitação nos acessos para pessoas mais velhas, vistas como não pertinentes àquele local. Ainda, sob o olhar de Dutra (2020), muitas situações de discriminação são experienciadas, pelos mais velhos, dentro das salas de aula nas Universidades.

b) O etarismo impacta negativamente a motivação e o engajamento dos estudantes mais velhos em cursos do IFCE.

Ainda ancorados no estudo de Quintana (2023) e Dutra (2020), o preconceito e a discriminação impostos às pessoas mais velhas causam desmotivação e o abandono dos cursos frequentados por essas pessoas. Essa é a postura de Chahini e Gomes (2023), que relatam casos de idosos que sofrem o etarismo nas Universidades, com o conseqüente abandono do curso por parte deles.

c) A conscientização sobre o etarismo contribui para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo em cursos do IFCE.

De acordo com o Relatório Mundial sobre o Idadismo (Opas, 2022), as intervenções educacionais proporcionam o aumento da empatia, aplacando os conceitos negativos sobre as diferentes faixas etárias, o que culmina na redução do preconceito. Ou seja, a conscientização sobre o problema, por meio da educação, pode apoiar uma convivência harmoniosa entre as pessoas, promovendo um ambiente mais inclusivo.

A relevância do tema reside em ser o etarismo um preconceito pouco percebido pelas pessoas, geralmente só constatando, de fato, a existência dele, na chegada da envelhescência e na velhice. Apesar disso, é um tipo de discriminação tão danosa quanto outras, levando os sofredores ao isolamento e a atitudes de internalização do próprio etarismo para si. Ao mesmo tempo, o etarismo é uma discriminação cometida por praticamente todos nós, consciente ou inconscientemente.

Isso posto, não se trata, aqui, somente da construção de pesquisa para uma dissertação de mestrado, mas, antes, da desconstrução etarista da própria pesquisadora.

Importa observar que, sendo, esta pesquisa, inserida em Ciências Sociais, existe uma ligação entre sujeito e objeto. Nesse sentido, Minayo (2002, p.14) menciona que a pesquisa social “lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-o solidariamente imbricados e comprometidos”. Assim sendo, a escolha do tema se deu porque a própria pesquisadora é envelhescente, entendendo a envelhescência como a preparação para a velhice, ou seja, a faixa etária que vai dos 40 aos 59 anos e já perceber o etarismo praticado pelos mais jovens no trabalho, na academia, bem como em momentos de lazer. Como a estudiosa é uma praticante de esportes e frequentadora contumaz de academia de ginástica, nas aulas de musculação, enquanto realiza exercícios de força, percebe os olhares preconceituosos e comentários maldosos, em relação à sua compleição física e ao esforço exigido, entendidos, por ela, como se não tivesse o direito de estar ali com os mais jovens, e que somente eles podem transitar naquele local.

Além disso, o assunto emergiu em março de 2023, por ter sido veiculado, na mídia, no caso da fonte por mim utilizada, pela CNN Brasil (2023), após uma estudante na faixa dos 40 anos ter sofrido etarismo em uma universidade paulista, por parte de suas colegas mais jovens, as quais publicaram em redes sociais ofensas dirigidas a ela, comovendo os internautas e toda a sociedade, o que culminou no desligamento voluntário das etaristas do curso superior em que estavam matriculadas. Mais recentemente, o preconceito sofrido por essa estudante foi tema da questão número 9 da prova de nível superior do Enem dos Concursos¹, em agosto de 2024, trazendo conceitos e a tipificação do preconceito nas cartas legais brasileiras (G1, 2024).

Estando, o assunto, em voga, é premente trazê-lo para os meios acadêmicos, onde o assunto ainda é pouco estudado, principalmente se o etarismo, ou também chamado ageísmo, ou ainda idadismo, incidir em sala de aula. Geralmente, os estudos nessa área concentram-se nas organizações, pelo menos no Brasil. De acordo com o Relatório Mundial sobre o Idadismo (Opas, 2022), o ambiente educacional está apenas começando a ser um lócus dos estudos sobre etarismo, portanto, considerado um ambiente fundamental para esse tipo de pesquisa.

Este estudo está organizado em seis seções. Na seção 1, temos a introdução da pesquisa, em que se fala sobre o contexto geral do estudo, sua relevância e justificativa; o problema

¹ Apelido dado ao Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), o maior certame público da história brasileira, aplicado em mais de 200 cidades, com mais de 6 mil vagas em 21 órgãos federais, ocorrido em 18 de agosto de 2024 (G1, 2024).

norteador; e as possíveis hipóteses a serem ou não confirmadas no estudo. Na seção 2, são descritos o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, que nortearão todas as ações e escolhas metodológicas do estudo. Na seção 3, é apresentada a Revisão de Literatura, o aporte teórico para a sedimentação da pesquisa, subdividida em quatro subcapítulos, que tratam do conceito de Etarismo; do Ser Trabalhador Envelhescente; da Educação como um Direito; e da Educação e do Ensino nos Institutos Federais. A seção 4 é constituída pelo caminho metodológico da pesquisa, subdividida em seis tópicos: Tipo de Pesquisa; Lócus do Estudo; Participantes da Pesquisa; Coleta de Informações; e Análise das Informações e Ética na Pesquisa. Na seção 5, constam os Resultados e a Discussão a respeito dos achados da pesquisa. Na seção 6, é apresentado o PE pensado para uso pela comunidade acadêmica do IFCE e por toda a sociedade. Por fim, o tópico 7 traz as Considerações Finais.

2 OBJETIVOS

Investigar o fenômeno Etarismo entres os estudantes do IFCE e identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo é o objetivo principal do estudo.

São quatro os objetivos específicos:

- a) Identificar os estudantes envelhescentes no IFCE;
- b) Descrever as percepções e o conhecimento dos estudantes mais velhos e dos mais jovens acerca do etarismo nos cursos regulares no IFCE;
- c) Estabelecer a relação entre o etarismo e a motivação, o engajamento e o desempenho acadêmico dos estudantes mais velhos nos cursos regulares do IFCE;
- d) Estruturar um PE para fomentar a conscientização acerca do etarismo nos cursos regulares oferecidos pelo IFCE.

3 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo e seus subtópicos a intenção é subsidiar teoricamente a pesquisa, no tocante a explicar os assuntos chave para a exploração do objeto de estudo, com fomento à discussão e ao diálogo atualizado, compondo o eixo norteador para a posterior coleta de informações. Começamos por explicar o que é e de onde vem o termo Etarismo, as suas formas de manifestação, os impactos da prática etarista e o enfrentamento ao etarismo, além de explanar sobre o conceito de diferença entre os seres humanos. Consultamos, principalmente, os autores Chaves (2006); Andreola e Goldschmidt (2012); Loth e Silveira (2014); Dórea (2020); Feuser (2020); Helal e Viana (2021); e Gomes e Fabris (2021).

Em seguida, falamos sobre o sujeito enfoque da pesquisa, que são os trabalhadores envelhescentes e sua vulnerabilidade pouco percebida. Destacamos os autores Chaves (2006); Andreola e Goldschmidt (2012); Feuser (2020), nessa revisão. Após, é estudada a educação como um direito de todo cidadão, para além da idade e para a vida toda, com parâmetros nos autores Freire (2002); e Ireland (2019). A contextualização da educação e do ensino nos Institutos Federais (IFs) é feita com base em Oliveira (2020) e Pacheco (2020). Por fim, por meio da perspectiva dos autores e de documentos escolhidos, como Dórea (2020); Helal e Viana (2021); Opas (2022), o fenômeno do Etarismo e suas percepções pelos envelhescentes sofredores de Etarismo, poderão ser mais facilmente assimilados pelo leitor.

3.1 Etarismo e outros “ismos”

Segundo Loth e Silveira (2014), o termo ageísmo (*ageism*, em inglês) foi usado pela primeira vez pelo gerontólogo norte-americano Robert Butler, em 1969, que o definiu como um tipo de preconceito direcionado a pessoas, por serem velhas. O médico observou, após presenciar manifestações de moradores de um bairro de Washington, cidade dos Estados Unidos da América (EUA), contra a transformação de um conjunto habitacional em moradia para idosos, que os discursos dos manifestantes eram da mesma natureza dos discursos racistas, ou seja, discriminatórios. Assim, Butler usou o termo idade “*age*”, acrescentando o sufixo “*ism*” para criar o neologismo “*ageism*”, concatenando-o ao racismo e ao sexismo.

Mais tarde, Palmore (1999) aprofundou a definição do termo ageísmo, relacionando-o ao preconceito contra ou a favor de qualquer faixa etária e o classificou como o terceiro maior preconceito da humanidade, atrás apenas do racismo e sexismo (Loth; Silveira, 2014). Isso

significa que o ageísmo é um preconceito que atinge a pessoas de qualquer idade, tanto jovens quanto velhas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) utiliza o termo “idadismo”, em vez de ageísmo, para falar acerca do mesmo tema: crenças, pensamentos e atitudes que as pessoas demonstram em relação às outras, com base na idade delas. Explica que, apesar da existência do idadismo em todas as culturas e há muitos séculos, ainda não existe a palavra “idadismo”, ou equivalente, em todas as línguas. Como indicado, o ageísmo só foi nomeado no século XX. Isso, por si só, já dificulta o enfrentamento ao problema, posto que é preciso conhecer uma opressão para enfrentá-la (Dórea, 2020; Winandy, 2021).

Os idiomas que carecem de um termo específico para o idadismo tendem a usar um termo substituto, como *Altersdiskriminierung*, no alemão, que capta apenas a dimensão da discriminação. Outros idiomas que têm um termo específico, como o espanhol (*edadismo* ou *edaismo*) e o francês (*âgisme*), só agora estão começando a usá-lo mais amplamente. Identificar um termo para o idadismo em todos os idiomas seria uma maneira de começar a conscientizar e promover mudanças em todos os países (Opas, 2022, p. 21).

Outros termos ainda são encontrados na literatura para definir o ageísmo: etarismo; preconceito etário; idosismo; velhismo; gerontoísmo; ancianismo (esses quatro últimos quando se trata de preconceito contra os idosos); para citar alguns. Como supramencionado, Palmore (1999) definiu o preconceito etário como destinado a qualquer faixa etária. Dessa forma, para efeito deste estudo, o termo utilizado para definir o preconceito etário será o etarismo, pois foi o primeiro termo relacionado a esse tipo de preconceito com que tive contato.

Apesar de não ser o escopo deste trabalho, é importante frisar, após a explanação sobre a classificação de Palmore (1999), que o etarismo é considerado um preconceito sobre determinados grupos de idade, ou seja, há o etarismo também incidindo sobre os mais jovens, no entanto, como neste estudo trata-se dos envelhescentes, conceito que será esmiuçado adiante, etarismo refere-se, aqui, ao preconceito contra as pessoas mais velhas.

Antes de prosseguirmos, é importante distinguir os termos “preconceito” e “discriminação”, que, embora mantenham uma ligação semântica, têm significados diferentes. Uma ilustração bem explicativa é feita por Winandy (2021, p. 52):

Dizer que não se gosta de velhos e não se fazer nada acerca disso caracteriza preconceito. Porém, afirmar que não se gosta de pessoas velhas e, por essa razão, impedir a contratação de pessoas com mais de 60 anos, caracteriza discriminação, uma vez que esse julgamento subjetivo prejudica um grupo específico de pessoas.

Isso posto, é relevante dizer que existe marcante diferença entre etarismo e os demais “ismos”, no tocante à materialização da discriminação. Loth e Silveira (2014) dizem que, para

sofrer o preconceito advindo do racismo, é preciso ser de uma etnia diferente daquela que a discrimina. Igualmente ocorre com o sexismo, sofrido geralmente por mulheres, em razão da cultura machista. Por outro lado, o etarismo pode ser sofrido por todas as pessoas, “bastando que estejam presentes estereótipos sobre qualquer idade” (Loth; Silveira, 2014, p. 69). “Esses estereótipos são o cerne do preconceito” (Dórea, 2020, p. 33).

Corroborando essa perspectiva, Teixeira, Souza e Maia (2018, p. 130) asseveram que o etarismo se distingue das demais formas de preconceito pelo “fato de que todos os que viverem o suficiente, um dia, integrarão esse grupo”, ou seja, integrarão o grupo sofredor do etarismo, uma vez que a expectativa do ser humano é chegar à velhice.

Ao mesmo tempo em que presenciamos o envelhecimento da população mundial, depreende-se, segundo Abrams, Eilola e Swift (2009), por meio de pesquisas, que o etarismo é o tipo mais comum de preconceito. Interessante também constatar que “o preconceito de idade, ou etarismo, é o mais democrático dos preconceitos, já que abraça os demais pilares da diversidade” (Winandy, 2021, p.73).

Winandy (2021) aponta que determinado preconceito comumente ocorre concomitantemente a outro preconceito, melhor dizendo, uma pessoa que sofre preconceito geralmente sofre a interseccionalidade, que reside na soma de dois ou mais aspectos de exclusão social, pois é vítima, ao mesmo tempo, de vários preconceitos, em relação à etnia, classe social, sexualidade e idade, por exemplo.

O termo “interseccionalidade” foi criado por Kimberlé Crenshaw (1991), com o intuito de dar visibilidade à discriminação sofrida quando está presente mais de um “marcador social de desigualdade”, ou “marcador de discriminação social”. Para efeito de explicação, quando uma pessoa é velha e mulher, a discriminação sofrida por esse indivíduo é potencialmente maior do que se fosse homem e velho. Ou seja, a mulher sofreria duas vezes: por seu gênero, já amplamente reconhecido como marcador social de desigualdade, principalmente no Brasil, onde o poder patriarcal, sexista, orientado pelo e para o sexo masculino vigora (Freitas, 2018); e por ser velha. Por outro lado, o etarismo é dito democrático, porque todos os marcadores sociais de desigualdade podem se somar ao preconceito contra o “ser velho”.

Sobressai uma segunda distinção, que fazem Teixeira, Souza e Maia (2018), quando explicitam que o preconceito contra os idosos é velado, com atitudes ou pensamentos muitas vezes inconscientes. Isso porque o preconceito e a discriminação nascem por meio da formação de imagens preconcebidas, que os seres humanos criam, categorizando elementos para subsidiar

a associação cognitiva, “a fim de encurtar o caminho para compreensão de um fenômeno, abrindo espaço para os estereótipos através de crenças socialmente compartilhadas e generalizadas” (Teixeira; Souza; Maia, 2018, p.134). Concordando com o exposto, Dórea (2020) afirma que os estereótipos se internalizam e se mantêm latentes, conformados em pensamentos e ações.

A tese do preconceito implícito é apoiada pelos estudos de Malinen e Johnston (2013), os quais detectaram, nas aplicações de instrumentos explícitos e implícitos de manifestação do etarismo, a prevalência de aparecimento na forma implícita.

As imagens estereotipadas das pessoas mais velhas levam a sociedade a acreditar que são incapazes, dependentes, levando à segregação em três níveis: por idade cronológica; por espaços; pela cultura. Essa prática, dentro das organizações, por exemplo, acarreta a solidão dos mais idosos, privados muitas vezes dos planos de capacitação das empresas, o que os leva ao não aprimoramento de suas habilidades e, por conseguinte, aumenta o fosso existente entre os mais novos e mais velhos, reforçando os tais estereótipos (Loth; Silveira, 2014).

Nos espaços acadêmicos, o sentimento de exclusão sentido pelos mais velhos, causado, principalmente, pela ocorrência de etarismo, pode levar ao abandono dos cursos, à depressão e ao isolamento social (Chahini; Gomes, 2023).

3.1.1 Atos e Impactos

Segundo Dórea (2020), o etarismo pode se manifestar nos níveis individual, interpessoal e institucional. O nível individual é aquele de foro íntimo, construído a partir dos estereótipos negativos acerca do envelhecimento e da velhice a que somos submetidos desde crianças. As imagens, os comentários, as conversas e retratações das pessoas mais velhas, seja no ambiente familiar, escolar, social, ou na mídia, moldam a nossa visão para o ser velho. Essa visão do velho como um ser triste, solitário, cabisbaixo, enraivecido, doente, é interiorizada por nós, manifestando-se por meio de ideias, pensamentos, ou atitudes etaristas, práticas sobre as quais não temos sequer controle ou consciência.

Dórea (2020) assevera que esses construtos a respeito da velhice e do envelhecimento se revelam diferentemente do que em grupos de minorias, como judeus, mulheres ou afrodescendentes. Explicando: indivíduos podem agir preconceituosamente ou discriminatoriamente contra pessoas judias, do sexo feminino ou negras, no entanto, as pessoas pertencentes a estes grupos, chamados minoritários, têm entendimentos positivos acerca de seu

próprio grupo. Isso não é verificado quando se trata de grupos de pessoas jovens e grupos de pessoas velhas, ou seja, pessoas de ambos os grupos tendem a ter percepções mais positivas da juventude e menos positivas da velhice.

A interiorização do etarismo, melhor dizendo, o preconceito de idade, dentro de nós mesmos, edifica as denominadas, por Ayalon; Tesch-Romer (2018), como profecias autorrealizáveis. Isso acontece porque, de tanto se interiorizar que a velhice nos traz demência, perdas e doença, a pessoa pode desenvolver um estresse crônico com o passar dos anos e a proximidade da velhice, e adquirir enfermidades físicas e emocionais, culminando na diminuição da qualidade de vida, e interferindo, inclusive, no seu tempo de vida, reduzindo-o.

Essas profecias autorrealizáveis são acolhidas na Teoria da Ameaça de Estereótipos, assim explicada por Dórea (2020, p. 37):

Isso acontece de tal forma que passamos a agir de acordo com aqueles mesmos estereótipos que incorporamos décadas atrás. E assim, à medida que envelhecemos, tendemos a perder a nossa autoconfiança e o sentido de valor e pertencimento. Aproximamo-nos e passamos a agir como indivíduos doentes, dependentes e apáticos, e nos tornamos mais vulneráveis ao preconceito e à discriminação pela idade.

No nível interpessoal, o etarismo reveste-se da forma como enxergamos e convivemos com o velho, mantendo-o longe de nossa vida, até de nossa aparência, fazendo o sujeito velho carregar o estigma da velhice, definido pelos psicólogos como algo a ser afastado pelo potencial poder causador de prejuízos, sejam financeiros, sociais, ou outros, ao grupo etarista (Dórea, 2020).

No nível institucional, o etarismo ocorre nas políticas públicas, no ensino e na prática médica, na ciência, no mercado de trabalho, no ambiente escolar, no sistema jurídico e em toda cultura. Exemplos de etarismo na saúde ocorrem quando médicos precisam escolher a quem fornecer tratamentos para sustentação da vida; geralmente, os mais jovens recebem essa atenção. Outro exemplo se dá quando constatado que pessoas mais velhas ficam fora dos estudos de novos medicamentos ou terapias. Em caso de grandes comoções, como a recente pandemia de Covid-19, desastres naturais e conflitos, os idosos são negligenciados.

Comportamentos discriminatórios são descritos no tratamento dos profissionais de saúde a pacientes idosos. Além de falas imperiosas e infantis dirigidas aos mais velhos, o diálogo com essas pessoas cessa, quando acompanhado de um adulto mais jovem, ou seja, o profissional passa a comunicar-se somente com a pessoa mais jovem, mesmo que a pessoa com mais idade ainda possa responder por si mesma (Opas, 2022).

No mercado de trabalho, o etarismo afeta a contratação das pessoas mais velhas. Mas não só isso. Quando empregadas, as pessoas mais velhas têm menos oportunidade de treinamento e atualização de conhecimentos nas organizações, além de sofrerem segregação de idade no ambiente laboral. Ainda, o etarismo manifesto pode ser a causa de as pessoas mais velhas não procurarem mais se empregar, ou abandonarem seus empregos, ou, ainda, se aposentarem precocemente (Dórea, 2020; Opas, 2022)

Os impactos da cultura etarista sobre as pessoas podem ser diversos, desde isolamento, depressão, doenças cardiovasculares, Alzheimer, tendência ao alcoolismo e demais vícios; pobreza e desemprego. Apesar disso, o etarismo é praticado, muitas vezes, de forma sutil, em que pesem suas consequências bastante visíveis. No âmbito escolar/acadêmico, o preconceito etário pode levar o discente mais velho ao isolamento e ao abandono do curso (Opas, 2022; Dórea, 2020; Chahini; Gomes, 2023)

3.1.2 Políticas de Enfrentamento ao Etarismo

Na tentativa de reduzir a prática do etarismo, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), em seu Relatório Mundial sobre o Idadismo, no ano de 2022, apresentou três estratégias de enfrentamento, a saber: política e lei; intervenções educacionais; além de intervenções de contato intergeracional.

A primeira estratégia versa sobre Política e Lei. No cenário em que são vislumbrados grupos sociais vulneráveis, o Estado precisa intervir para garantir os direitos das pessoas (Chaves, 2006). Sobre a criação e o implemento de Políticas Públicas que tratem do envelhecimento, Dórea (2020, p. 48) argumenta:

As políticas teriam que ser formuladas pensando-se na grande heterogeneidade do envelhecimento e contemplando, sobretudo, o idoso fragilizado, analfabeto, pobre, mulher e preto. Os idosos não podem ser colocados à margem e devem participar ativamente do desenho, implementação e avaliação dos programas, políticas e pesquisas voltados para o envelhecimento.

Em outras palavras, as políticas públicas, para serem legítimas, devem considerar a participação ativa dos grupos sofredores do etarismo do momento da concepção à avaliação de sua efetividade.

A Opas coloca, em seu Relatório Mundial sobre o Idadismo, que é preciso mudar as leis ultrapassadas e criar outras que sejam usadas em benefício dos grupos vulneráveis e sofredores do etarismo. Mesmo assim, chama a atenção para o fato de que, mesmo com a criação de leis

para aplacar o etarismo, o fenômeno continuará existindo em nível individual, como é o caso da Lei Antirracismo, nos EUA, da década de 1960, visto que, ainda hoje, afro-americanos são vítimas de preconceito e discriminação (Paho TV, 2022).

Em razão do preconceito advindo dos estereótipos que ocorrem em nível individual é que a Opas propõe intervenções educacionais como forma de conscientizar as pessoas sobre a prática implícita ou explícita de etarismo.

Sobre essa vertente, no Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, alterada pela Lei nº 14.423/2022², em seu Art. 22 preconiza:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Brasil, 2022).

Isso preceitua que o Brasil deve instituir conteúdos voltados para o estudo do envelhecimento em todos os níveis de ensino formal, da Educação Básica à Pós-graduação, a fim de que se possa gerar o conhecimento sobre o assunto, formando pessoas capazes de identificar as práticas de etarismo e mitigá-las. Essa ideia corrobora com a convicção de que se pode ensinar aos alunos de qualquer nível de instrução a relevância da convivência intergeracional, e que essa convivência gera conscientização, no tocante a pleitear os direitos das pessoas idosas, e se estão sendo observados, contribuindo para a chamada cidadania democrática (Victor, 2019).

Por meio da educação, a cultura vigente, no caso, a cultura etarista, pode ser modificada. É uma característica dos seres humanos “produzir conhecimento e, por meio dele, transformar, organizar-se e rever valores. Nesse sentido, fica claro que a educação tem um papel fundamental para criar uma cultura de respeito à vida e à dignidade humana, combatendo preconceitos e a discriminação” (Brasil, Sedh, 2008, p. 2).

² A Lei nº 14.423/2022 foi fruto do Projeto de Lei nº 3.646/2019, sancionado em 2022, que concerne em alterar a Lei nº 10.741/2003 do Estatuto do Idoso, para substituir, em toda a lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. O intuito dessa alteração reside em humanizar a pessoa idosa, refletindo a luta dessas pessoas pelo direito à dignidade e autonomia (Brasil, 2022).

Segundo a Opas, a educação não formal e a educação informal³ também devem contemplar o estudo do envelhecimento, visto que, por meio da educação, podem ser formadas gerações mais conscientes e empáticas (Paho TV, 2022).

Quando se fala em contato intergeracional, indicada também como uma estratégia de enfrentamento ao etarismo, pode-se evocar a Hipótese de Contato, ou também chamada Teoria do Contato Intergrupar (TIC), formulada por Allport (1954), em que o autor advoga que os preconceitos em relação à idade são abrandados quando grupos de faixas etárias distintas são colocados, sob condições de igualdade, numa mesma perspectiva de alcance de metas (Dórea, 2020).

Ancorados na TIC de Allport (1954), Drury, Hutchison e Abrams (2016), bem como Lagacé, Van de Beeck e Firzly (2019), chegaram às mesmas conclusões: quando um grupo multigeracional interage positivamente, ou seja, por tempo suficiente, com qualidade nessa interação, “o contato intergeracional positivo pode melhorar atitudes dos jovens em relação aos adultos mais velhos”.

Em relação à qualidade do contato intergeracional, Drury, Hutchison e Abrams (2016) demonstram que os jovens teriam atitudes mais empáticas com pessoas mais velhas com as quais se relacionavam no trabalho, ao contrário de pessoas mais velhas com as quais os jovens convivem em âmbito familiar, por exemplo. A explicação seria justamente a qualidade do contato. Supõe-se que, no trabalho, os jovens lidariam com pessoas mais velhas experientes, competentes e com carreira robusta, na contramão de suas relações familiares, em que os entes mais velhos seriam dependentes e incapazes. Daí a relevância de um contato intergeracional positivo e de qualidade, voltado a aplacar o etarismo.

Ao tratar, portanto, de políticas de enfrentamento ao etarismo, para além das estratégias apontadas pela Opas, Favoretti (2012) defende que o Estado primeiro constate a vulnerabilidade de alguns grupos sociais, perpassando pelos atos discriminatórios que sofrem, para, posteriormente, combatê-los como uma política de Estado, custodiando uma segregação positiva, com o intuito de atender às necessidades desses grupos; necessidades essas que já

³ A educação formal pode ser entendida como a fornecida pelas instituições de ensino, desde o Nível Infantil até a Pós-graduação, passando por Cursos Técnicos. A Educação Informal derivaria de toda a convivência em sociedade; o que o ser humano aprende em casa, na igreja, com os vizinhos e os pais, etc. A Educação Não Formal seria responsável por iniciativas educativas organizadas, que acontecem fora da escola, assumindo caráter sociopolítico, por meio da democratização do conhecimento (Costa, 2015).

foram supridas em grupos não vulneráveis. Para tal, tanto o Estado quando os cidadãos devem resguardar-se de acautelar os direitos desses indivíduos, com o estado dispondo das linhas gerais e os cidadãos trabalhando para efetivar a igualdade material.

Em outras palavras, é conceber e implementar a igualdade substantiva para o grupo sofredor do etarismo, como se tenta realizar para os demais grupos vulneráveis; igualdade substantiva essa a ser explicada no próximo tópico.

3.1.3 O Pendão da Diferença

O Art. 5º da Constituição Federal (CF) brasileira propugna o princípio da igualdade: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Conforme o entendimento do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, Joaquim Barbosa (2001), essa acepção advém dos princípios do Estado Liberal, que, em oposição ao absolutismo monárquico, trouxe a isonomia, ou seja, o tratamento indiferenciado, na ocasião de pelepas jurídicas. A ideia era não privilegiar um contendedor em razão de sua classe social superior, por exemplo.

A essa igualdade que consta na lei, chamamos de igualdade formal, civil, ou jurídica, e pressupõe uma homogeneidade entre os cidadãos o que, de fato, não é encontrado na sociedade. Seguindo esse raciocínio, Piovesan (2009) assegura que os seres humanos têm que ser tratados de acordo com suas particularidades e individualidades, o que pressupõe cuidar das pessoas não em razão de sua igualdade (aparente), mas na sua diferença, a fim de garantir a igualdade material, substantiva, real, fática ou substancial. É a igualdade que se materializa para além da letra da lei, de maneira a tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual. O que se declara anteriormente é que a igualdade material é a isonomia, que não apenas pune a exclusão do grupo “desigual”, como também tenta garantir a sua inclusão como sujeito de direitos na sociedade.

No entanto, quando se fala em inclusão do grupo “desigual”, é pertinente se estabelecer quem é o igual e quem é o diferente. Mas, a partir do que se faz essa distinção? Gomes e Fabris (2021, p. 581) observam que a ideia de diferença, ou a mensuração do que é semelhante ou distinto, parte sempre da ideologia hegemônica de padrão. Ou seja, “a marca da diferença é atribuída ao que foge desse padrão implícito: o não masculino, não branco, não heterossexual, não ocidental, não burguês”.

O que se tem, ademais dessa distinção, é a marcação identitária do grupo que o faz ter características, carências e demandas peculiares de inclusão. Perante isso, “a mobilização da ideia de identidade passou a ser chave para visibilizar e contrapor tratamentos discriminatórios derivados de marcadores sociais de desigualdade” (Gomes; Fabris, 2021, p. 579-580). Em outros termos, a necessidade ou a carência específica de determinado grupo foi o parâmetro utilizado para definir a identidade desse grupo, e, conseqüentemente, suas aspirações, em busca da inclusão.

Apesar disso, as autoras Gomes e Fabris (2021) alertam que o estabelecimento de identidades pode também ser arbitrário. Certas pessoas podem não se encaixar em novos padrões identitários. Ou se sentirem, ainda, excluídas em suas complexidades, enquanto seres humanos. Assim, não se pode perder de vista a célebre elocução de Boaventura de Sousa Santos ao dizer que “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2009, p.18).

Dizendo de outro modo, o autor explica que temos o direito de ser diferentes, se essa diferença não se concretizar em exclusão ou preconceito/discriminação. Mantoan (2015), ressalta que a diferença é, como a cultura, produzida socialmente, não devendo ser somente tolerada, mas assimilada em todas as suas manifestações, apreendida, para não ser confundida com um fenômeno antinatural, mas, pelo contrário, a diferença é imanente a toda espécie.

Sabendo disso, a diferença deve ser respeitada e considerada natural, em todos os espaços de interação humana, principalmente no ambiente escolar/acadêmico, que, com sua vertente educacional, evoca mudanças culturais de atitudes e crenças (Silva; Lodi, 2015). Essa vocação da escola pode levar a sociedade ao sucesso no enfrentamento ao etarismo.

Então, como nos ensinam Silva, Brito e Lira (2022), em que pese a vocação libertadora da Educação, um ambiente de aprendizado de coisas novas, não se pode perder de vista que a escola comumente é reprodutora de opressões e privilégios. Isso significa dizer que a escola tem o papel de colocar cada indivíduo em seu lugar, ditando o direito e o dever de cada pessoa na sociedade, muitas vezes mantendo o *status quo* dessa sociedade: quem deve comandar e quem deve se manter subalterno. Dessa forma, não só a escola, mas a corporificação dela, ou seja, os professores e profissionais que nela atuam, podem, “mesmo que inconscientemente, reforçar opressões tais como o sexismo, o racismo e o etarismo” (Freitas, 2018, p.11).

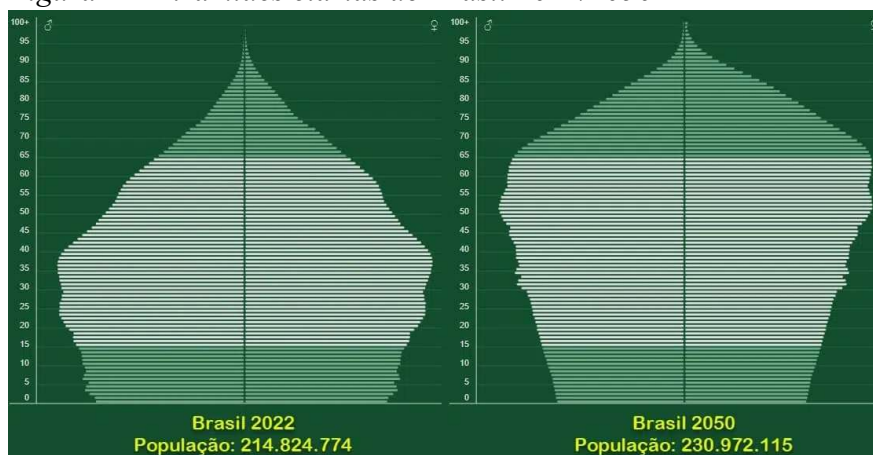
3.2 O ser trabalhador envelhescente

A vida é marcada por fases. Segundo a psicologia evolutiva, citada por Andreola e Goldschmidt (2012), existem cinco etapas da vida humana, compreendidas pelo pré-natal, a infância, adolescência, maturidade e velhice. Apesar disso, a legislação brasileira somente delimita a infância, a adolescência, a juventude e a velhice. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança o indivíduo de até 12 anos de idade, e adolescente os que se encontram na idade entre 12 e 18 anos. O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) formaliza, no Art. 1º, a juventude de pessoas entre 15 e 29 anos. Da mesma forma, o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, determina que o documento é destinado a pessoas de idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 1990; 2013; 2022).

Queremos dizer, com essa demonstração, que a fase da maturidade, ou da envelhescência, não está contemplada na legislação brasileira, tampouco existe uma delimitação taxativa acerca dos marcos de idade que identificam essa etapa da vida, não passando de “uma construção teórica baseada na contagem intermediária dos marcos etários existentes na lei brasileira, compreendido entre a fase adulta e a velhice” (Feuser, 2020, p. 50).

Em que pese não existir um marco categórico em relação à etapa da vida que corresponde à envelhescência, não se pode negar o fato de que essa faixa etária (40 aos 59 anos, aproximadamente) será a de maior densidade demográfica, nos próximos anos. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), em 2050, a pirâmide etária no Brasil mudará sua forma em relação a 2022, ou seja, em 2050, a pirâmide, na faixa etária entre 40 e 59 anos, será bem mais larga do que em 2022, o que pode ser constatado na figura 1.

Figura 1 – Pirâmides etárias do Brasil 2022/2050



Fonte: IBGE (2020).

Apesar do exposto sobre não haver legislação pertinente clara que proteja esse trabalhador, bem como a constatação do crescimento acelerado dessa faixa etária para os próximos anos, a preocupação com sua vulnerabilidade não é tão recente. Feuser (2020) traz que, antes mesmo da promulgação do Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003), desde o ano de 1997, havia, na versão inicial do Projeto de Lei nº 3.561, um artigo sobre profissionalização e trabalho, no qual estava prevista a obrigação de as empresas privadas reservarem 20% de suas vagas para pessoas com idades acima de 45 anos.

No entanto, quando da aprovação do supracitado Estatuto, a letra da Lei propugnou proteção somente para trabalhadores com idades acima dos 60 anos, uma vez que se julgou impertinente para o Estatuto do Idoso, uma vez que idoso, para a legislação nacional, é aquele indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos.

Dito isso, é importante informar de onde vem o termo “envelhescência”. Partiu da criatividade do escritor Mário Prata, usado em uma crônica sua, em 1993, publicada no jornal O Estado de S. Paulo. O termo repercutiu, inclusive, em uma Associação de Psicanalistas no Rio de Janeiro. Prata (2019, [p. 2]) fala que a envelhescência “nada mais é que uma preparação para entrar na velhice, assim com a adolescência é uma preparação para a maturidade”.

Segundo Chaves (2006), os envelhescentes são pessoas na faixa etária entre 40 e 59 anos, popularmente chamadas de pessoas de meia-idade. A meia-idade é considerada uma subfase de uma das etapas da vida humana, compreendida entre a juventude e velhice. As mudanças fisiológicas ainda não acontecem de forma acelerada, quando se sai da juventude para a meia-idade. A fase da meia-idade é quando o indivíduo está entre os 40 e 60 anos (Andreola; Goldschmidt, 2012).

Uma vez delimitada a fase da envelhescência, e destacado que na legislação brasileira não resta clara para pessoas entre 40 e 59 anos, no que tange a garantir seus direitos, cabe colocar que essas pessoas, enquanto trabalhadores, se encontram fragilizadas no mercado de trabalho atual, uma vez que não há o reconhecimento formal de sua vulnerabilidade, mesmo estando ainda em suas plenas formas física e cognitiva (Feuser, 2020).

A pesquisadora Chaves (2006) caracteriza o trabalhador envelhescente como o cidadão maior de 40 anos, o qual, embora já tenha adquirido robusteza profissional, em virtude de anos de experiência laboral, é visto como um trabalhador defasado e caro para a empresa. Defasado por não acompanhar, muitas vezes, a evolução tecnológica e/ou gerencial em vigor. Caro, porque atingiu patamares salariais altos, em consequência de sua longa carreira.

Concorda com a assertiva acima Goldani (2010), quando traz que os trabalhadores mais velhos ficam apartados das promoções no trabalho porque os gestores os consideram inflexíveis e onerosos, em relação a trabalhadores mais jovens, que geralmente aceitam trabalhar mais para receber menos, sem contar que podem ser ainda “moldados”, de acordo com a perspectiva da organização.

Por essa mesma via, está o enunciado de Andreola e Goldschmidt (2012), que argumentam que grande parte dos envelhescentes, até duas décadas atrás, nem tinha acesso aos aparelhos que hoje são ordinários, como *pen drivers*, por exemplo. Esse trabalhador teve que aprender rapidamente a utilizar o aparato tecnológico para a vida pessoal e a profissional, com a intenção de não restar desprezado pelo mercado.

As assertivas acima trazem a problemática do trabalhador envelhescente que, se de um lado ainda goza de plenas capacidades físicas e mentais, para ser produtivo no trabalho, por outro, começa a ser rotulado como ultrapassado. Os trabalhadores com mais de 40 anos fazem parte do grupo que está desacelerando a vida laboral e está abandonando o mercado de trabalho em plenas condições cognitivas e produtivas (Sennett, 2015).

Interessante constatar que o Brasil, ao mesmo tempo em que assiste ao envelhecimento rápido de sua população, preconiza a reforma previdenciária (Emenda Constitucional nº 103/2019), “que trata da mudança de regras de transição e disposições transitórias do sistema de previdência social, o que gera uma reorganização social com o prolongamento da vida laboral produtiva”, ou seja, os trabalhadores terão que trabalhar até idades mais avançadas que outrora, ao passo que também presenciam o despreparo da sociedade em lidar com esse trabalhador envelhecido (Oliveira, 2020).

Uma prova disso é o estudo apresentado por Medeiros (2018), que demonstra expressivos indícios de discriminação em relação à idade, quando são relatados os obstáculos comumente enfrentados pelos trabalhadores envelhescentes, considerados ultrapassados, mesmo ainda longe do período de aposentadoria.

Mesmo aquele trabalhador experiente, que passou boa parte da vida laboral dedicando-se a uma única empresa, especializando-se na atividade, em vez de ser valorizado por sua “bagagem” organizacional, se vê desvalorizado. Na atualidade, aquele conhecimento sedimentado ano após ano, em determinada organização ou profissão, é visto como empecilho ao estabelecimento de novas práticas gerenciais, uma vez que estamos na época da volatilidade (Antunes, 2015).

Corroboram com essa perspectiva Andreola e Goldschmidt (2012), quando enunciam que hoje acontece o inverso de épocas anteriores, em que o trabalhador era considerado bem-sucedido quando passava boa parte da vida trabalhando em uma mesma empresa, aprendendo e passando por todos os setores, angariando experiência. As promoções na carreira advinham por tempo de serviço e não por política de competências.

Na atualidade, trabalhadores que estão há muito tempo em uma função (geralmente os envelhescentes), são vistos como estagnados, sem mais contribuições a dar à empresa e, por isso, são comumente desligados da instituição. Acentuando a situação, e experiência acumulada desse trabalhador pouco tem serventia na obtenção de um novo emprego, exacerbando sentimentos de fracasso, frustração e impotência (Chaves, 2006).

Em decorrência da situação ambivalente que, de um lado, aponta o envelhecimento populacional, exigindo que trabalhadores mais velhos permaneçam no mercado de trabalho, por outro, a do despreparo da sociedade em lidar com esse trabalhador, é necessário que as empresas, primeiro, entendam que essa é uma realidade a ser encarada e que estabeleçam condutas que convirjam para a importância do acolhimento e permanência dos trabalhadores longevos (Medeiros, 2018).

Ainda, o envelhecimento populacional requer que as organizações ofereçam condições salutaras para seus trabalhadores, antes de se propor que essa força de trabalho permaneça ativa ou retorne à vida laboral. Ou seja, a organização precisa, por meio de mudança de cultura, estabelecer rotinas de conscientização e combate ao etarismo, a fim de propiciar um ambiente em que esse trabalhador se sinta confortável e não venha a adoecer em função de descontentamento ou do ambiente hostil no trabalho (Fontoura; Piccinini, 2012).

3.3 Educação como um direito

A Educação é um direito de todo ser humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 217 A III), em 10 de dezembro 1948, propugnou, em seu Art. 26, que qualquer ser humano tem direito à instrução como promotora da tolerância e respeito.

Corroborando esse pensamento, a Carta Magna brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, instituiu a Educação como direito social e assevera:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

peessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p.118).

Quando se fala em Educação como direito de todos, depreende-se que “implica o acesso de todas as pessoas a processos educativos ao longo da vida/em qualquer momento da vida” (Ireland, 2019, p. 51). Esse mesmo autor menciona o Relatório de Faure, de 1972 (Faure *et al.*, 1972, p. 31), quando traz que “a educação não era mais o privilégio de uma elite ou uma questão relativa apenas a uma faixa etária”.

De fato, as visões mais tradicionalistas da Educação colocam-na em uma perspectiva estática, ou seja, “educação restrita a certas idades e fases da vida e a certas modalidades, ciclos, níveis etc. de um sistema educacional” (Ireland, 2019, p. 56). No entanto, na perspectiva da Educação ao Longo da Vida (ELV), o alvo é a inclusão de todos sem distinção de qualquer natureza (Ireland, 2019).

Sob essa ótica, a pesquisadora Pereira (2014) sustenta que muitos autores apresentam inflexão acerca do modelo clássico de ciclo de vida, em que as fases de educação e trabalho, por exemplo, estão se misturando em consequência de novos padrões sociais, econômicos e etários.

Essa inflexão é notada, inclusive, na legislação brasileira, que aponta o direito à educação, independentemente da idade. Como exemplo, citamos o Estatuto da Pessoa Idosa, em seu Art. 25, alterado pela Lei nº-13.535, de 15 de dezembro de 2017, em que prescreve:

As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais (Brasil, 2017).

O que explicitamos com os parágrafos anteriores é que não existe idade certa para se instruir ou se educar. A consciência do inacabamento do ser humano (Freire, 2002) advoga pela causa de que sempre temos o que aprender. Com efeito, a aprendizagem, ao longo da vida, é a pedra fundamental para a educação integral, pois as pessoas, em seu inacabamento, aprendem o tempo todo. É uma necessidade básica, para o ser humano, aprender (Ireland, 2019).

Essa ótica do aprendizado ao longo da vida vai ao encontro do pensamento de Mészáros (2008), quando diz que a educação deve ser permanente, ou não pode se caracterizar como uma educação. Ainda, citando o filósofo Paracelso: “A aprendizagem é nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (Mészáros, 2008, p. 21).

Essa necessidade abordada por Ireland impulsiona o ser humano na busca incessante por mais conhecimentos e aperfeiçoamento de habilidades. Dessa forma, as pessoas reafirmam sua própria consciência diante de seu ambiente, assumindo suas funções sociais (Cachioni; Aguilar, 2008). A procura, dos mais velhos, pela retomada dos estudos reflete essa assertiva. Consoante as matérias veiculadas pela revista Istoé (2012) e, mais recentemente, pelo jornal O Povo (2023), os mais velhos estão adentrando em Universidades para frequentar um primeiro curso superior, ou para mais uma graduação, buscando, na educação, uma forma de conseguir permanecer no mercado de trabalho, ou o aprendizado e o convívio social, o que fortalece a visão de Silveira *et al.* (2010) quando afirmam que as pessoas com mais idade procuram a educação não somente como forma de capacitação ou de convívio social mas, também, e sobretudo, para amplificar suas competências e a aplicação delas no mundo.

Apesar disso, defende Dutra (2020), que a universidade é concebida para aprovisionar os estudantes jovens para suas carreiras, melhor dizendo, a prática das pessoas mais velhas frequentarem os cursos superiores sem, no entanto, terem a expectativa de atuar na área de formação, ou com pouco tempo para fazê-lo, pode ser vista, pela sociedade, como uma forma de desperdício de recursos públicos. Essa concepção é contemporizada pelas pessoas mais velhas, resultando em “isolamento e o sentimento de não pertencimento ao espaço universitário, de forma a comprometer a autonomia, a independência e uma senescência ativa” (Chahini; Gomes, 2023, p. 275).

Muita embora essa visão possa prevalecer para alguns, a educação é um direito de todos, independentemente de idade, e garantida por lei. Podemos exemplificar a fala anterior com o que determina o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, e apresentar, em seu Art. 10, a necessidade de estimular e apoiar a admissão de idosos na universidade, propiciando a integração intergeracional, como dever do Ministério da Educação (MEC), em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais (Brasil, 2019).

Victor *et al.* (2019) argumentam que a universidade pode atuar como uma fonte de revitalização para as pessoas mais velhas, no que concerne à sua valorização, ao retorno dos sonhos e objetivos pessoais, contribuindo para que o papel social dessas pessoas se restabeleça na atualidade. Nos espaços acadêmicos que abrigam as pessoas mais velhas, no sentido amplo da palavra, são discutidos aspectos do envelhecimento em seus múltiplos matizes, suas perspectivas de vida, por meio de pontos de vista multidisciplinares, pressupondo uma educação que fomente a autorrealização (Victor *et al.*, 2019).

Em virtude da fundamentação anterior acerca do direito do acesso de qualquer pessoa à educação, falaremos, adiante, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), uma vez que oferecem, na mesma instituição, cursos em diversos níveis e para diferentes grupos etários, muitas vezes convivendo concomitantemente.

3.4 A Educação e o Ensino nos Institutos Federais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Ainda sobre o conceito de educação, o autor Nérici (1985, p. 10) aponta que:

a educação é o processo que visa levar o indivíduo a explicitar e a desenvolver as suas virtualidades, em contato com a realidade, tendo em vista promover o seu desenvolvimento espiritual, a fim de levá-lo a atuar na mesma realidade com conhecimento, eficiência e responsabilidade, para serem atendidas necessidades pessoais, sociais e transcendentais da criatura humana.

Com base nas duas conceituações, é possível inferir que o processo de educação pode ser desenvolvido em qualquer âmbito da vida pessoal e instrumentaliza o indivíduo a atuar na realidade, com vistas a atender às satisfações, primeiro em nível individual, e, posteriormente, em nível social. É a bagagem cultural que o indivíduo adquire para sua sobrevivência atual e para a posteridade.

O ensino consiste no instrumento em que se utiliza a educação para efetivar a aprendizagem. Como assevera Nérici (1985, p. 100-1), é:

o processo que visa a modificar o comportamento do indivíduo por intermédio da aprendizagem, com o propósito de efetivar as intenções do conceito de educação, bem como de habilitar cada um a orientar a sua própria aprendizagem, a ter iniciativa, a cultivar confiança em si, a esforçar-se, a desenvolver a criatividade e a entrosar-se com seus semelhantes, a fim de poder participar da sociedade como pessoa consciente, eficiente e responsável.

Vocacionada para as relações sociais, dentro da perspectiva de ensino e aprendizagem, a escola é o nicho de desenvolvimento político-social das pessoas; local em que se constrói a cidadania, e se formam indivíduos para atuar em todas as esferas sociais, útil para a elaboração e o acesso de todas as pessoas às políticas públicas (Brasil, 2009).

Após as ponderações acerca dos conceitos de educação, ensino e escola, vamos doravante explicitar como se integralizam essas concepções dentro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com o intuito de apreender onde se situa a educação e o ensino nos IFs, vamos começar por dizer que sua vocação é pela educação integral, aquela propugnada por Karl Marx, em que se “articula ciência, trabalho e cultura, e na perspectiva da formação omnilateral e politécnica do sujeito” (Frigotto *et al.*, 2018, p.83), ou seja, o desenvolvimento completo do ser humano. Destarte, a educação oferecida pelos IFs propõe-se a ser “voltada mais para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios. Nesse intento, a formação humana, aliando profissionalização e conhecimento acadêmico, deve ser o alicerce para a constituição dos currículos e dos itinerários formativos” (Oliveira *et al.*, 2020, p. 35)

Os IFs foram instituídos pela Lei nº 11.892/2008 e, em termos legais, estão em igual patamar que as Universidades (Pacheco, 2020), ou seja, tanto as Universidades quanto os Institutos são autarquias federais, com autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No entanto, segundo Pacheco (2020), rompendo com a dualidade histórica que apresenta a Universidade para as classes abastadas e as Escolas Técnicas para a classe trabalhadora.

Consonante com Pacheco (2020), os IFs têm como objetivo operar em todos os níveis e modalidades de ensino, a partir do ensino médio até a pós-graduação, com ênfase nos eixos profissionalizante e tecnológico. Essas modalidades e níveis devem estar intimamente ligadas, agindo dialogicamente, com o intuito de possibilitar que os itinerários formativos se entrelacem e permitam que o alunado percorra um caminho de continuidade na formação. A vocação primeira dos IFs é fornecer educação inclusiva para os filhos dos trabalhadores e das classes vulneráveis, inseridos em regiões carentes de educação de qualidade.

Portanto, o que se depreende, é que os IFs procuram atuar em localidades que enfrentam dificuldades de acesso à escolarização e intentam estabelecer percursos formativos em que o aluno possa transitar do ensino médio à pós-graduação com mais facilidade do que o faria sem o intermédio dos IFs em toda sua formação.

Como já explanado, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e é formada por um conjunto de instituições de ensino: I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (unidades federais); II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); III – Centros Federais de

Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV – Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V – Colégio Pedro II (Brasil, 2023).

Em 2019, a rede abrangia 27 estados brasileiros e era constituída por 38 IFs; 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 22 Escolas Técnicas associadas às universidades federais; e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, totalizando 661 unidades (MEC, 2023).

Segundo Oliveira *et al.* (2020), uma importante contribuição dos IFs foi a inserção da educação profissional em lugares carentes de formação em níveis técnico e superior, o que culminou no desenvolvimento das localidades nas quais se instalaram.

Os IFs ofertam cursos em educação profissional e tecnológica, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*, reservando “50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada” (MEC, 2023)

Para entender melhor a oferta dos cursos nos IFs, observemos a classificação feita no sítio eletrônico do IF do Ceará (2018) sobre cursos técnicos; do ensino superior; e de pós-graduação.

Os cursos técnicos oferecidos objetivam formar estudantes para a atuação no mercado de trabalho em uma profissão, por período mais curto de tempo, subdividindo-se em subsequentes, para estudantes egressos do ensino médio; concomitantes para estudantes que estão cursando o ensino médio propedêutico em outra escola, em outro turno; integrado, para alunos que fazem o ensino médio e o profissionalizante no IF do Ceará; Educação de Jovens e Adultos (EJA), para alunos maiores de 18 anos somente com ensino fundamental completo, e-Tec, a distância; e Pro-funcionário, a distância, para funcionários (IFCE, 2018).

Os cursos de nível superior são os bacharelados, para alunos egressos do ensino médio e que pretendem ter formação profissional como bacharéis; as licenciaturas, para estudantes egressos do ensino médio para formação de professores; tecnológicos, com cursos mais rápidos que os bacharelados e licenciaturas, com vistas a atender às demandas do mercado e Universidade Aberta do Brasil (UAB), que são cursos de nível superior a distância (IFCE, 2018).

Por último, os cursos de pós-graduação: especialização, cursos *lato sensu* para estudantes egressos do ensino superior que querem reciclagem profissional e acadêmica; mestrado, curso de pós-graduação *stricto sensu* nas modalidades acadêmico e profissional; bem

como doutorado, curso de pós-graduação *stricto sensu* para titulação acadêmica de doutores (IFCE, 2018).

Para efeito de nosso estudo, a pesquisa foi realizada nos cursos regulares do IF do Ceará, do ensino médio à pós-graduação, que são os níveis técnicos subsequentes, concomitantes, integrados, superiores - bacharelados, licenciaturas e tecnológicos - e pós-graduação *lato sensu*, com mestrado e doutorado.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa situou-se na linha de pesquisa: “Práticas educativas em Educação Profissional e Tecnológica”, incluída no macroprojeto 2 “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT”.

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada, caracterizada como aplicada, quanto à sua natureza, é aquela que pretende preencher uma lacuna no conhecimento e, após, entregar um produto que será utilizado na prática. Segundo Laville e Dionne (1999, p. 86), pode ser caracterizada como uma pesquisa que tanto trará “aplicação de conhecimentos já disponíveis para a solução” quanto “contribuir para ampliar a compreensão do problema como sugerir novas questões a serem investigadas”.

Uma vez delimitada sua natureza, a pesquisa foi, quanto ao nível, exploratória, pois se pretendeu conhecer o objeto e os sujeitos da pesquisa mais profundamente; e descritiva, já que foi feito um levantamento da situação, ou seja, “pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2002, p. 42).

Quanto ao enfoque, a pesquisa proposta é considerada quali-quantitativa ou mista. Como indica Ferreira (2024, p. 24) “antes de serem excludentes, as abordagens qualitativas e quantitativas são, na verdade, complementares em muitos aspectos”. Qualitativa porque considera a relação entre o mundo e os sujeitos, utilizando a generalização a partir de elementos particulares. Consideramos, para esta pesquisa, a definição de pesquisas qualitativas fornecida por André (2013, p. 97):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações.

De outro modo, Ferreira (2024, p. 25) nos ensina que:

Na abordagem qualitativa, não se buscam respostas objetivas. Por exemplo, pessoas entrevistadas sobre um determinado assunto possuem liberdade de resposta e não somente opções oferecidas como possibilidades; assim, oferece-se uma maior

complexidade na compreensão de um fenômeno ou na interpretação do que é pesquisado.

A pesquisa apresenta, também, dados descritivos da situação estudada, com um detalhamento bem-feito, acurado e com esmero, uma vez que deveria captar o universo das percepções, emoções e interpretações dos informantes em seu contexto (Chizzotti, 2003).

Na abordagem quantitativa, foram recolhidos dados, por meio de questionário, para obter uma ideia quantificável acerca de percepções e sentimentos. O viés quantitativo da pesquisa, segundo Ferreira (2024), ampara-se em análise estatística para fazer emergir as tendências nas respostas fornecidas pelos respondentes do questionário e, a partir daí, servir de substrato para analisar outras dimensões.

Feitas as considerações acerca das abordagens qualitativa e quantitativa, no caso desta pesquisa, de abordagem mista (quali-quant), Collado, Lucio e Sampieri (2013) afirmam que esta última é a fusão das outras abordagens, congregando objetividade e subjetividade, com argumento desde a formulação do problema de pesquisa. Em outras palavras, desde o início, se deve ter claro, agregado ao problema de pesquisa, o caminho que se deve percorrer para a consecução dos objetivos do estudo.

Quanto ao tempo, a pesquisa em questão é transversal, já que a coleta dos dados foi realizada de uma só vez, em um dado período, diferentemente da pesquisa longitudinal, que coleta dados em um momento para, depois de um longo período, coletar dados novamente para efeito comparativo (Ferreira, 2024).

A pesquisa foi classificada como de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma técnica analítica de pesquisa em que se estuda um fenômeno dentro de seu contexto, em situações da vida real, e, ao contrário dos estudos em laboratório, suas variáveis não podem ser controladas.

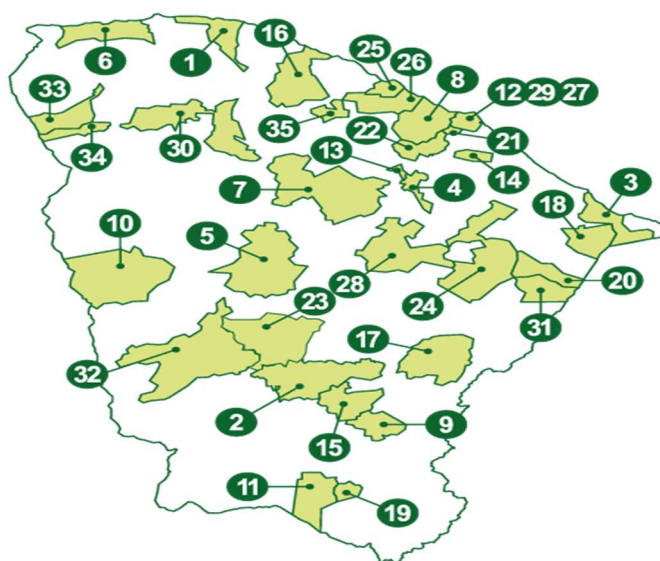
Podemos inferir, assim, que um estudo de caso tem por objetivo analisar o fenômeno holisticamente, considerando que os sujeitos são atores sociais, imbuídos nos contextos social, cultural, econômico e histórico dos acontecimentos, ou seja, uma técnica metodológica utilizada para analisar ou discorrer acerca de eventuais circunstâncias vividas por seres humanos e somente por causa da presença deles (Martins, 2008).

4.2 Lócus do Estudo

A pesquisa foi realizada no IFCE, tanto no *Campus Fortaleza* quanto nos demais *Campi* do Instituto. O IFCE é uma autarquia federal, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e une o Cefet do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. Antiga Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará, o IFCE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação nas áreas profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Documentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), o IFCE é formado por 35 unidades, distribuídas por todo o Ceará, ofertando 566 cursos, assim distribuídos: 279 de formação inicial e continuada; 38 de ensino técnico; 107 de graduação; e 42 de pós-graduação. O quantitativo de alunos é de mais de 30 mil. A figura 1 é representativa da atuação do IFCE no estado do Ceará.

Figura 2 – Atuação do IFCE nos municípios do Ceará



Fonte: IFCE (2023).

O IFCE tem como Missão, que consiste em sua finalidade, “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética” (IFCE, 2018)

Para o futuro, o IFCE, congruente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), objetiva “ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional”.

Já em relação aos fundamentos que norteiam o Instituto, o mesmo documento citado traz que:

nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (IFCE, 2018).

4.3 Participantes da Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 45), o objeto de uma pesquisa está no cerne temático que é estudado, enquanto seu sujeito é o conjunto do universo a ser pesquisado, sobre o qual se deseja aprender.

Podemos, assim, classificar como participantes da pesquisa os estudantes matriculados nos cursos regulares do IFCE, de ambos os sexos, de todas as faixas etárias, do ensino médio à pós-graduação, excetuando os cursos de qualificação profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Conforme a plataforma IFCE em números, em consulta feita no mês de outubro de 2023, o Instituto possuía 22.161 matrículas regulares, no semestre 2023.2. Excetuando os que estão matriculados em cursos FIC, que não são sujeitos desta pesquisa, num total de 1.375, o universo do estudo é de aproximadamente 20.786 alunos. Entendendo o universo como “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 259), o conjunto universo do estudo é formado pelos estudantes matriculados em cursos regulares do IFCE.

Com o intuito de definir o tamanho da amostra, estimou-se a proporção de uma população finita a ser analisada, consoante com a fórmula estatística de Martins (2002, p. 187):

$$\frac{Z^2 \times p \times q \times N}{d^2 \times (N - 1) + Z^2 \times p \times q}$$

Onde:

n: Amostra aleatória a ser analisada;

Z: Nível de confiança;

- Se o nível de confiança for de 90%, $Z = 1,645$;
- Se o nível de confiança for de 95,5%, $Z = 2$;
- Se o nível de confiança for 95%, $Z = 1,96$;
- Se o nível de confiança for de 99%, $Z = 2,57$;

p : Estimativa de proporção expressa em decimais. Caso não se obtenham estimativas prévias, considera-se $p = 0,50$;

q : $1-p$;

d : Erro amostral expresso em unidade de variável;

N : População.

$$n = \frac{1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 20786}{0,05^2 \times (20786 - 1) + 1,96^2 \times 0,5 \times 0,5}$$

$$n = \frac{3,84 \times 0,5 \times 0,5 \times 20786}{0,0025 \times 20785 + 3,84 \times 0,5 \times 0,5}$$

$$n = \frac{19954,56}{51,96 + 0,96}$$

$$n = \frac{19954,56}{52,92}$$

$$\mathbf{n = 377,07}$$

A amostra deveria ser de aproximadamente 377 alunos, de ambos os sexos, com idades a partir de 14 anos, e variar em razão do número de matrículas efetivadas em 2024.

4.3.1 Critérios de Inclusão

Estudantes matriculados nos cursos regulares do IFCE nos 30 *campi*, em 2024.1, que aceitaram participar do estudo em todas as fases da coleta de dados.

4.3.2 Critérios de Exclusão

Exclui-se, da pesquisa, quem não aceitou participar do estudo; quem não estava matriculado no semestre 2024.1; quem estava afastado, de licença médica, ou qualquer outro motivo; quem não preencheu o questionário corretamente; quem desistiu no decurso da pesquisa; os que redigiram as respostas do questionário ou das entrevistas de forma ilegível; os que não devolveram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo e Assentimento Livre e Esclarecido (Tale) assinados (ver Apêndices C e D).

4.4 Coleta de Informações

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa do IFCE, por meio da Plataforma Brasil, em 14 de dezembro de 2023, obtendo aprovação em seu Parecer Consubstanciado sob o nº 6.599.659 e Caae nº 75202323.0.0000.5589. De posse da anuência para a realização da pesquisa por parte do IFCE, foi dado início à coleta de informações. Para isso, foi solicitado ao setor de Comunicação da Reitoria do Instituto que disponibilizasse o questionário da pesquisa no *e-mail* “todos”, em 11 de março de 2024. Esse endereço eletrônico tem como destinatários todos os estudantes do IFCE, do ensino médio ao doutorado.

Em 25 de abril do corrente ano, o questionário foi enviado aos potenciais participantes. Em 16 de maio, foi solicitado ao mesmo setor que reenviasse o questionário, para dar uma segunda oportunidade de resposta, o que foi feito em 23 de maio. Em 2 de junho de 2024, o questionário foi encerrado, obtendo 374 respostas válidas.

A coleta de informações ocorreu em duas fases: primeiramente, com o escopo de obter um diagnóstico prévio acerca do conhecimento dos participantes acerca do tema e da opinião deles sobre os estudantes mais velhos e os mais jovens, a distribuição de um questionário (ver Apêndice A) ocorreu por meio do Google forms. De acordo com Severino (2016, p.134), questionário é um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por partes dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo”. Em relação a isso, Gil (2008) nos ensina que o questionário propicia conhecer os sujeitos da pesquisa, e pode ainda servir de teste para as hipóteses formuladas de antemão.

Com isso em vista, as perguntas formuladas deveriam refletir o que se desejava conhecer, voltando, à pesquisadora, os objetivos da pesquisa e sua questão problema. Para fins de validação, o questionário foi feito utilizando a Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional (Eaco), adaptada por França *et al.* (2017); Siqueira-Brito, França e Valentini (2016) e Ehmke (2020), além de uma adaptação, feita pela pesquisadora, do questionário utilizado por Quintana (2023), a fim de ajustá-lo à realidade do IFCE.

O questionário continha 33 perguntas, e a maioria de resposta dicotômica: concordo/discordo e sim/não. Apenas duas perguntas exigiam respostas abertas; as que perguntavam sobre o *campus* em que o aluno estudava e qual curso frequentava. As perguntas foram divididas em duas seções: a primeira abrangeu aspectos pessoais, como idade, sexo, curso

e *campus*. Já a outra seção abrangeu aspectos culturais e acadêmicos, como comportamentos e sentimentos em relação a alunos mais velhos e mais jovens. Optou-se por distribuir o questionário via *e-mail* pela plataforma Google forms, uma vez que os participantes da pesquisa estavam espalhados por todo o território cearense. Essa estratégia visou a economia de tempo. Antes do envio para o *e-mail* dos estudantes, conforme Severino (2016), o questionário foi respondido por um pequeno grupo de pessoas, as quais convalidaram as perguntas contidas.

Posteriormente, de posse das 374 respostas válidas do questionário e, após a análise, quando foram localizadas respostas pertinentes ao objeto de estudo, foi enviado *e-mail* aos participantes envelhescentes (com idades entre 40 e 59 anos), os quais responderam “SIM” à pergunta 28 do questionário, concernente a já ter se sentido vítima de preconceito etário, consultando-os acerca da possibilidade de participar da segunda etapa da pesquisa: a entrevista. Das 374 respostas ao questionário, foram localizadas 77 respostas oriundas de envelhescentes e, dessas 77, um total de 37 responderam já ter se sentido vítima de preconceito etário, assim, foram enviados *e-mails* a esses 37 envelhescentes que se sentiram vítimas de preconceito. Após a anuência dos que responderam ao *e-mail*, a pesquisadora organizou as entrevistas semiestruturadas (ver Apêndice B) em local, dia e hora previamente combinados.

Tal qual o pensamento de Marconi e Lakatos (2017), entrevista é uma ação feita face a face entre pesquisador e entrevistado, com o intuito de se apropriar de determinado assunto. Ainda segundo Gil (2008, p.109), a entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

A entrevista semiestruturada, ou entrevista por pautas (Gil, 2008), é articulada em torno de questões norteadoras abertas, que vão desembocar em outras perguntas, ao longo da conversa entre pesquisador e entrevistado. Devem ser agendadas, previamente, em local e horário pré-determinados, fora dos acontecimentos do dia a dia, para facilitar que o diálogo flua (DiCicco-Bloom; Crabtree, 2006).

A intenção da entrevista foi aprofundar e apreender as percepções, pontuando as situações, dificuldades e a repercussão para a vida dos sofreadores do etarismo: se pensaram em desistir do curso; se buscaram ajuda; ou procuraram algum tipo de apoio.

A pesquisadora realizou 8 entrevistas - 4 com estudantes do *Campus* Fortaleza; 1 do *Campus* Baturité; 1 do *Campus* Juazeiro do Norte; 1 do *Campus* de Tabuleiro do Norte; e 1 do *Campus* Caucaia. Importante registrar que as entrevistas abrangeram todos os participantes que

responderam ao *e-mail* afirmando aceitar participar dessa etapa da pesquisa. Todos os entrevistados são envelhescentes; o mais novo, com 41 anos e, o mais velho, com 58 anos de idade.

Destaca-se que uma das pessoas entrevistadas não estava matriculada no semestre 2024.1, ou seja, dentro de um dos critérios de inclusão, pois, segundo verificado, devido ao preconceito sofrido, trancou o curso em que estava matriculada em 2023.2. A pesquisadora ficou sabendo do caso da aluna que trancou o curso por meio de uma servidora do IFCE e entrou em contato com ela para realizar a entrevista. Após o aceite e a assinatura do TCLE, a entrevista foi concretizada.

Apesar de não estar categorizada nos critérios de inclusão, julgou-se pertinente que a estudante fosse ouvida, uma vez que ela evidencia a representatividade qualitativa. Isso acontece quando o pesquisador escolhe intencionalmente um participante por entender que o que ele tem a dizer é de extrema relevância para a pesquisa, entendendo como essencial o material trazido por esse participante em especial, excluindo a aleatoriedade da amostra (Thiollent, 1986).

Importante salientar que as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise.

4.5 Análise das Informações

Após a coleta, a pesquisadora analisou as informações obtidas relacionando-as às suas hipóteses, no intuito de confirmar ou não as afirmações anteriores. Na análise, também verificou se os objetivos foram atingidos. A discussão foi realizada em torno das respostas do questionário e das colocações das entrevistas, identificando as asserções com trabalhos já produzidos na área e outras interlocuções teóricas pertinentes ao objeto.

A análise do questionário foi realizada por estatística descritiva, entendida como uma técnica que consiste em descrever os dados alcançados. Segundo Guedes (2005, p. 1),

a estatística descritiva, cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

As respostas das entrevistas semiestruturadas foram examinadas pelo método de Análise de Conteúdo, que consiste em um apanhado de mecanismos de investigação analítica de enunciados, por meio de organização metódica, com o objetivo de descrever o que contém esses enunciados, para posterior dedução, considerando o contexto em que foram produzidos (Bardin, 2016). Corroborando essa perspectiva, Mendes (2018, p. 5) nos traz que a “Análise de Conteúdo consiste em várias técnicas que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados”. Melhor dizendo, na análise de conteúdo deve-se considerar, além do que está positivado nas comunicações, quem disse, em que contexto disse, e quais foram os efeitos do que foi dito para o leitor/receptor.

Em outras palavras, a técnica da Análise de Conteúdo, antes utilizada em sua vertente positivista, considerando somente o que estava escrito, passou a ser empregada também para se inferir sobre as mensagens não faladas “acerca de dados, verbais ou simbólicos, obtidos a partir de observações de um determinado pesquisador” (Mendes, 2018, p.7), já que os dados encontrados só são efetivados se forem lapidados de acordo com o referencial teórico estudado (Deslandes, 1994).

Dentro do método de análise de conteúdo, foi utilizada a técnica de análise temática, cujo atributo é a organização de núcleos de sentido, retirados das entrevistas, colocando-os em categorias, para organizar os enunciados, e melhorar a avaliação e dedução do que foi dito, relacionando-os ao referencial teórico já estudado (Bardin, 2016).

Seguindo os passos da obra de Bardin (2016), o material analisado, no caso, as entrevistas, passaram pelas etapas de pré-análise, exploração do material, e inferências acerca da consecução dos dados. Na fase de pré-análise, as entrevistas foram lidas, catalogadas e transcritas com a ajuda do *software* Riverside; em seguida, revisadas manualmente pela pesquisadora. A segunda fase compôs-se do movimento de extração das unidades de registro dos fragmentos das entrevistas, bem como de alocação dessas unidades de registro dentro de categorias. Por sua vez, as categorias foram elencadas em consonância com os objetivos traçados na pesquisa, de forma que as unidades de registro encontradas pudessem repousar na categoria correspondente.

A análise e inferência dos dados foram realizadas em etapas consecutivas, a saber: primeiro foi contemplada a parte quantitativa da análise, e encontrada a quantidade de “frequência de aparição de determinados elementos da mensagem” (Bardin, 2016, p. 73). Após,

a etapa qualitativa se deu levando em conta, além dos dados expressos, os obtidos dentro do contexto em que foram proferidos os enunciados (Bardin, 2016).

4.6 Ética na Pesquisa

Esta pesquisa obedece ao que estabelece a Resolução nº510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Submetida ao Comitê de Ética na Pesquisa do IFCE, foi aprovada no Parecer Consubstanciado sob o nº 6.599.659.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentadas as informações obtidas e a discussão suscitada após a análise desses dados. Primeiramente, das respostas do questionário; em seguida, das análises da entrevista semiestruturada.

5.1 Questionário

Foram verificadas a compreensão dos sujeitos acerca do tema focal deste trabalho; do que é etarismo; além da percepção da incidência desse fenômeno nos *campi* do IFCE.

5.1.2 Perfil dos Respondentes

A tabela 1 sintetiza as informações relativas aos aspectos pessoais dos sujeitos da pesquisa. Dos 374 alunos que aceitaram responder ao questionário, 42 tinham menos de 18 anos (e foram autorizados por responsáveis a participar da pesquisa); 169 alunos estavam com idades entre 18 e 29 anos, representando a maior porcentagem de respondentes, 45,2% do total, e 21,7%, contavam de 30 a 39 anos de idade. Os alunos considerados envelhescentes, com idades entre 40 e 59 anos, alvo desta pesquisa, foram responsáveis por 77 respostas ao questionário, configurando 20,9% dos discentes, e, apenas quatro encontravam-se na faixa etária sexagenária.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Categoria	Quantitativo	Porcentagem (%)
Idade		
Menos de 18 anos	42	11,2
18 a 29 anos	169	45,2
30 a 39 anos	82	21,7
40 a 59 anos	77	20,6
60 anos ou mais	4	1
Sexo		
Feminino	201	53,7

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No que se refere ao sexo dos respondentes, a maioria é do sexo feminino, representando 53,7% do total, condizente com os dados do Censo 2022 (IBGE), que aponta ser maior a parcela feminina da população no estado do Ceará. Já 45,5%, ou seja, 170 participantes, eram do sexo masculino, enquanto 0,8% preferiram não dizer.

Quanto à modalidade, os alunos estavam alocados em três grupos, de acordo com a plataforma IFCE em números: técnico, graduação e pós-graduação. Neste trabalho, optou-se por subdividir os grupos em 9 subgrupos, a saber: técnico (integrado, subsequente e concomitante); graduação (tecnológica, licenciatura, bacharelado); e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

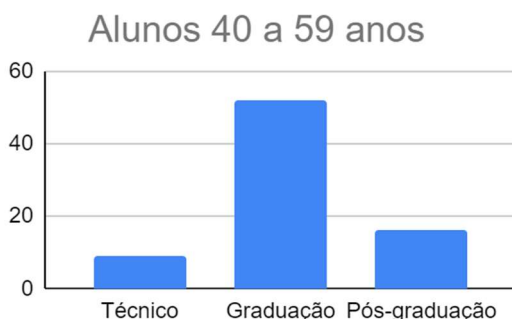
Dos 374 participantes, 100 discentes estavam matriculados em cursos técnicos, representando 26,7% do total. Os alunos da graduação configuram 63,7%, com 238 respostas. Quanto aos pós-graduandos, 36 responderam ao questionário, totalizando 9,7%. Esses percentuais encontrados na pesquisa englobam alunos matriculados em cada modalidade do IFCE, e indicam que a maior porção dos discentes está cursando a graduação e, a menor parte, a pós-graduação, conforme consta na plataforma IFCE em números.

Concernente aos cursos, foram obtidas respostas de várias modalidades descritas, com destaque para alunos dos cursos técnicos, como Química, Agropecuária e Informática. No que respeita à graduação, evidenciou-se maior número de respostas do curso de Letras; Engenharia Ambiental e Sanitária; e Ciência da Computação. Maior parcela de alunos cursava a pós-graduação do Mestrado Profissional em EPT.

5.1.3 Os Envelhescentes no IFCE

Convém destacar que, dentre as 374 respostas, 77 foram provenientes de alunos de 40 a 59 anos, ou seja, os envelhescentes, sujeitos foco desta pesquisa, compostos de 9 estudantes dos cursos técnicos, 52 da graduação e 16 da pós-graduação, como ilustrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Alunos 40 a 59 anos por modalidade



Fonte: dados da pesquisa (2024)

Quanto aos aspectos culturais e acadêmicos do questionário, a maioria dos respondentes apontou discordância da afirmação de que estudantes mais velhos levam mais

tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico, representando 58,3% do total. Entretanto, das 156 respostas que concordam com a afirmação, 84,4% são de alunos com menos de 40 anos. Pode-se inferir, com esse dado, que há evidência de etarismo, pois são sujeitos mais jovens acreditando que os mais velhos são mais lentos nas atividades acadêmicas.

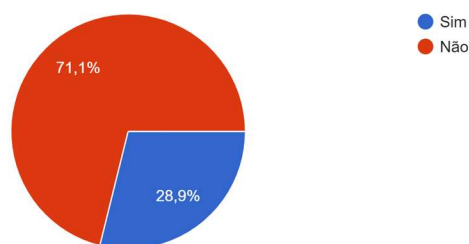
Por certo, o cérebro torna-se mais lento para processar informações novas, à medida que se envelhece. Conseqüentemente, pessoas mais velhas levam mais tempo para executar determinadas incumbências sem, no entanto, perder qualidade na entrega (Raymundo; Santana, 2017)

No gráfico 2, está ilustrada a porcentagem de respondentes que já se sentiram vítimas ou não de preconceito etário. Dos estudantes entrevistados, 266 (71,1%) negaram ter sido vítimas de etarismo, enquanto em 108 (28,9%), das 374 respostas, afirmam ter sido vítimas. Alunos menores de 18 anos representam 7,4% das respostas afirmativas e 25,9% é a parcela de alunos com idades de 18 a 29 anos com respostas afirmativas; 29,6% são de discentes de 30 a 39 anos. Das 108 respostas, constatou-se que 34,3%, ou seja, 37 afirmativas são de indivíduos com idades entre 40 e 59 anos (envelhescentes); 2,8% são respostas positivas para alunos com 60 anos ou mais.

Gráfico 2 – Percentual de alunos que se sentiram vítimas de preconceito etário

28. Você já foi vítima de preconceito por causa de sua idade?

374 respostas



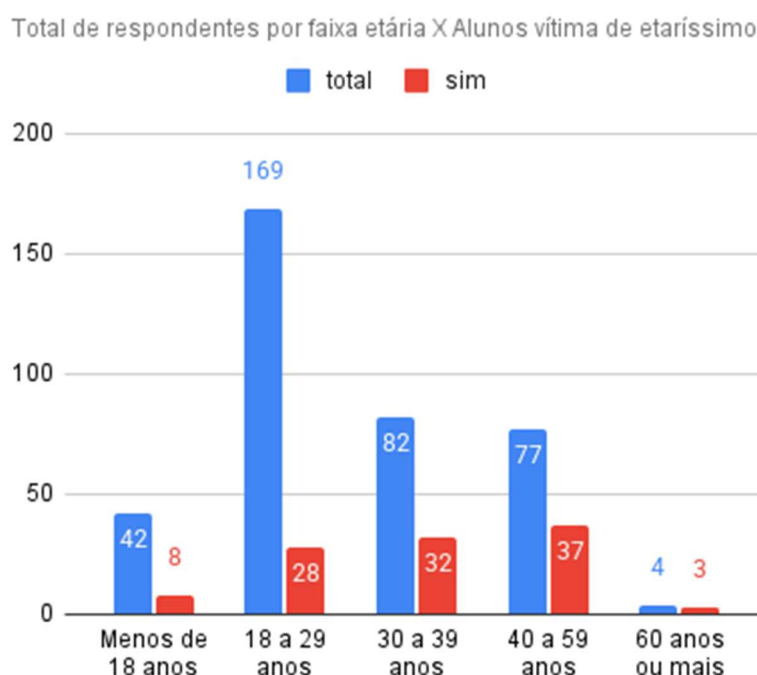
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Vale salientar que, dos 77 respondentes envelhescentes, 37 responderam de forma positiva à percepção de terem sido vítimas de etarismo, ou seja, quase metade (48%) dos alunos nessa faixa etária. Dentre os 42 alunos com faixa etária menor de 18 anos, 8 respostas foram positivas, representando 19% do total. Dos 169 discentes, 28 estavam na faixa etária de 18 a 29 anos, representando 16,6% do total. Dos 82 participantes com idades entre 30 e 39 anos, 32 responderam sim ao questionamento, ou 39% do total. Finalizando com 3, dos 4 alunos com

mais de 60 anos, que já se sentiram vítimas de preconceito etário. Ainda em relação a essa pergunta, constatou-se que a maioria dos envelhescentes que respondeu já ter sido vítima de etarismo, era do sexo feminino. Das 37 respostas afirmativas, 22 são advindas de mulheres. Isso confirma a tese de Duncan e Loreto (2004), que constataram que as maiores queixas, em relação a vivências negativas acerca do envelhecer, são reportadas por mulheres, nos quesitos aspecto físico e vida sexual.

Analisando os dados obtidos no questionário e sintetizados no gráfico 3, percebe-se que, à medida que se envelhece, aumenta a percepção sobre o etarismo. Como é possível perceber, as extremidades etárias também sofrem com esse preconceito. Helal e Viana (2021), em sua Revisão Integrativa sobre Ageísmo, em língua portuguesa, acharam estudos que comprovam a prática de etarismo em pessoas jovens, todavia, em menor escala. Destarte, é mais notório o sentimento de ser vítima nas últimas classificações de faixa etária, entre os envelhescentes e sexagenários.

Gráfico 3 – Total de respondentes por faixa etária versus quantitativo de vítimas de etarismo



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quando questionado, aos participantes, sobre a opinião deles se existe ou não preconceito em relação à idade, 312 responderam que sim, ensejando uma parcela significativa (83,4%) das 374 respostas. No entanto, ao serem questionados se já fizeram algum comentário que considera preconceituoso contra pessoas mais velhas, 286 (76,5%) pessoas negaram ter tido

tal atitude. Esses números denotam incongruência com o apontado no estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022), que constatou que uma em cada duas pessoas no mundo é etarista. Melhor dizendo, 50% da população mundial é etarista.

Esses dados encontrados na pesquisa, aparentemente conflitantes, revelam o que nos ensina Teixeira, Souza e Maia (2018) acerca da forma sutil e inconsciente pela qual o etarismo é externado, sem que a pessoa tenha total controle sobre sua crença, seu pensamento ou sua atitude preconceituosa. Não sendo condizente a proporção de pessoas que disseram ter feito algum comentário que consideram preconceituoso, ao longo da vida (23,5%), quando a OMS traz números proporcionalmente muito maiores. Tais autores mencionam a pesquisa de Luna (2010) que, ao perguntar a universitários brasileiros se achavam que havia preconceito de idade, 96,2% responderam que sim, mas, quando perguntado se eram preconceituosos, 88,5% responderam não se considerarem.

Quando perguntado se os mais velhos são mais comprometidos, do que os mais novos, nos estudos, 64,2% concordam; 54% concordam que estudantes mais velhos falam mais em sala de aula; 80,7% concordam que estudantes mais velhos dialogam mais com professores e/ou colaboradores, se comparados aos mais jovens. Esses dados são solidificados com os achados de Bishop-Clark e Lynch (1995), que indicaram como fecunda a presença de pessoas de várias faixas etárias em espaços acadêmicos.

Professores observaram benefícios tanto para professores quanto para os alunos jovens, cujos mitos em relação à velhice foram aplacados. Os professores também consideraram importante as contribuições dos alunos mais velhos em sala de aula. Dentre essas contribuições, estão a participação; o diálogo travado com diferentes personagens; a troca de experiências; o constante interesse em relação ao aprendizado dos conteúdos. Os professores ainda relataram que os alunos maduros apresentam interesse em aprender em grau superior, se comparados ao interesse dos mais jovens, não enfrentando quaisquer dificuldades em relação à apreensão dos conteúdos por meio das metodologias e didáticas apresentadas (Cachioni; Aguilar, 2008).

Não obstante os benefícios encontrados pelos professores nos estudos de Bishop-Clark e Lynch (1995), pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo (USP), em 2023, demonstraram que estudantes envelhecidas e idosos reportaram terem tido tratamento discriminatório por parte de colegas e professores (Cerqueira; Real, 2023).

Foi questionado sobre a relação entre idade e o domínio da tecnologia, dos estudantes mais jovens e dos mais velhos. Em 275 respostas, encontrou-se que concordam que alunos mais

jovens compreendem melhor as tecnologias, representando uma parcela de 73,5% das respostas. Dos 77 envelhescentes participantes da pesquisa, 47 concordam com a afirmação de que os jovens têm mais intimidade e lidam melhor com as ferramentas de tecnologia, corroborando com Rodrigues (2022), ao situar a tecnologia como “locus confortável para os jovens nascidos sob os símbolos tecnológicos, as gerações Y ou millenials (1985-1999) e Z (2000-2010)”⁴ (Rodrigues, 2022, p. 5). Argumento potencializado pelo estudo de Silveira *et al.* (2010), o qual afirma que as alterações fisiológicas advindas do processo de envelhecimento comprometem as capacidades motoras requeridas para o manuseio dos aparatos de tecnologia.

Quando perguntado em relação à facilidade com o uso da tecnologia ligada à idade, os respondentes dividiram-se em 50%/50% para os que concordam com a afirmação e os que discordam dela. Esse resultado traduz uma desconjuntura, se confrontado ao questionamento anterior, sobre jovens terem mais domínio e compreensão sobre a tecnologia. Em que pese tal contradição, Winandy (2021) assevera que classificar os alunos mais velhos como pouco afetos às tecnologias, caracterizando-os como “imigrantes digitais” ou “analógicos” tem mais a ver com os estereótipos negativos criados acerca da inaptidão dos mais velhos em relação à tecnologia do que simplesmente ser, de fato.

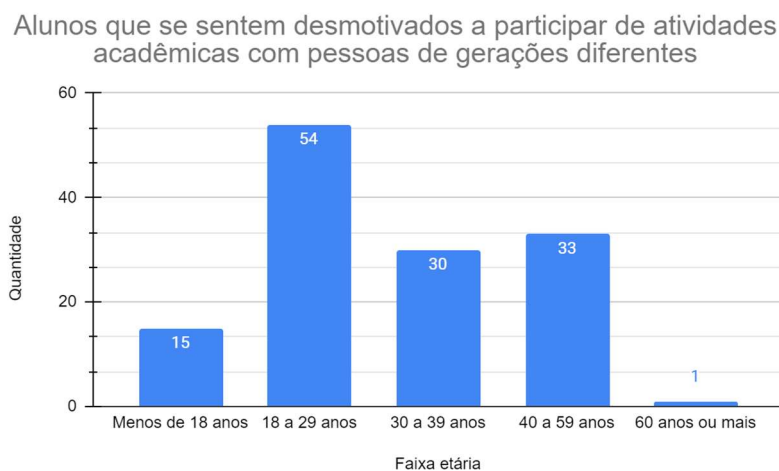
Winandy (2021) aponta que pessoas mais velhas, principalmente as que estão com 50 anos ou mais, tiveram que lidar com frequência com toda a tecnologia disponível, devido ao confinamento imposto pela pandemia de coronavírus, em 2019/2020. O ponto de vista da pesquisadora é sustentado por Roberto, Fidalgo e Buckingham (2015) que, em seu trabalho sobre desigualdade digital, averiguou tratar se de mais um discernimento etarista, quando se pensa que pessoas mais velhas têm mais dificuldade de aprendizagem digital do que a baseada em materialidade.

Quanto à pergunta se os respondentes já se sentiram desmotivados a participar de atividades de grupo com pessoas de gerações diferentes, 241 pessoas (64,4%) disseram não se sentir desmotivadas; enquanto 133 (35,6%) responderam que sim. Como ilustrado no gráfico 4, dos 133 alunos que responderam sim, a maior parcela absoluta foi de alunos entre 18 e 29 anos e, a menor, alunos com 60 anos ou mais. Realçando a faixa etária dos envelhescentes, 33 dos 77 alunos que aceitaram participar da pesquisa, responderam sim a essa questão, ou seja,

⁴ Segundo Fantini e De Souza (2015), os “*baby boomers*” são as pessoas nascidas entre 1946-1964, a geração X; os nascidos entre 1965-1980, a geração Y; ou também chamada *millenials*, os nascidos entre 1980-2000; e a geração Z, as pessoas nascidas a partir do ano 2000.

42,9%, representando quase metade desse grupo. Apenas um discente, com 60 anos ou mais, mostrou-se desmotivado nas atividades grupais.

Gráfico 4 – Alunos que se sentem desmotivados a participar de atividades acadêmicas com pessoas de gerações diferentes



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Esses números podem sugerir que os alunos situados na faixa etária de 18 a 29 anos, ou seja, a maioria dos que responderam sim ao desconforto de realizar atividades acadêmicas com pessoas de gerações diferentes, sentem-se mais desconfortáveis em interagir com outras gerações, não necessariamente apenas com pessoas mais velhas. O fato de somente 25% dos respondentes sexagenários sentirem-se desmotivados, pode ter a ver com o etarismo benevolente, em que as pessoas acolhem excessivamente o idoso, porque os consideram frágeis e que inspiram mais cuidados, inclusive com intenção de afeto. Esse ponto de vista é compactuado por Viana e Helal (2023), que relatam a ambivalência em relação ao tratamento aos idosos que, *a priori*, são de atenção e cuidado; todavia caracterizam-nos como fragilizados e inaptos.

De acordo com Winandy (2021), o etarismo benevolente, aquele revestido em cuidado excessivo, ou palavras e atitudes gentis, pode até aparentar uma atitude benéfica. No entanto, mascara o preconceito, e é tão danoso e deletério quanto o preconceito hostil, pois denota relação assimétrica entre ofensor e ofendido, mantendo a posição de inferioridade das pessoas sofredoras do preconceito.

Também chamado de etarismo positivo, ou pseudopositivo, em que pese parecer respeito ou cuidado, carrega em seu bojo estereótipos negativos quanto ao processo de envelhecimento, no tocante a considerar que os mais velhos são dependentes e com cognição prejudicada (Ehmke, 2020).

5.2 Entrevistas: o que dizem os envelhescentes

Os resultados das entrevistas desvelaram manifestações proferidas dos participantes voluntários afetados pelo etarismo nos aspectos dos sentimentos, das suas percepções, reações, atitudes e consequências que marcaram suas memórias, especialmente no contexto acadêmico, além das percepções que eles têm de si próprios. Opiniões a respeito de ações conscientizadoras para o problema do etarismo também foram emitidas.

Na tabela 2 são representadas cinco categorias empíricas que emergiram das falas dos participantes. Adiciona-se a frequência absoluta e relativa de ocorrência das unidades de registro contidas nessas falas. As categorias foram divididas em: 1. *Atos Etaristas*, 2. *Sentimentos*, 3. *Impactos*, 4. *Estereótipos em si* e 5. *Ações conscientizadoras*. As falas das pessoas entrevistadas são identificadas com a palavra “Envelhescente”, seguida pelo número cardinal correspondente à ordem das entrevistas, ou seja, Envelhescente 1, Envelhescente 2, Envelhescente 3, e assim por diante.

Tabela 2 – Frequência de ocorrência das unidades de sentido nas categorias

Categorias	Unidades de Sentido	Frequência de Ocorrência	
		ABSOLUTA	PERCENTUAL
Atos etaristas	Julgamento dos outros	20	38%
	Exclusão	14	27%
	Humilhação	5	10%
	Cuidado excessivo	5	10%
	Desprezo	4	7%
	Falta de reconhecimento	3	6%
	<i>Bullying</i>	1	2%
	Total	52	100%

Sentimentos			
	Tristeza	4	25%
	Desamparo	4	25%
	Mal-estar	3	19%
	Dor	3	19%
	Carregar lixo interno	1	6%
	Vergonha	1	6%
	Total	16	100%
Impactos			
	Desistência	9	56%
	Abalo emocional	3	19%
	Desmotivação	2	13%
	Depressão	1	6%
	Ansiedade	1	6%
	Total	16	100%
Estereótipos em si			
	Exaltação de si	5	56%
	Não se sentir com a idade que possui	2	22%
	Preconceito internalizado	2	22%
	Total	9	100%
Ações conscientizadoras			
	Educação	6	75%
	Contato intergeracional	2	25%
	Total	8	100%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Pode-se interpretar a tabela 2 quanto à frequência da ocorrência das unidades de registro encontradas. Na categoria *Atos etaristas*, as unidades de registro mais encontradas foram o *Julgamento dos outros*, com 20 ocorrências, representando 38% dos atos percebidos; seguido pela *Exclusão*, com 14 ocorrências, representando 27% dos atos etaristas manifestados nas falas dos envelhescentes entrevistados.

Na categoria *Sentimentos*, que quer dizer o que os envelhescentes sentem ao se perceberem vítimas de etarismo, o *Desamparo* e a *Tristeza* são os mais recorrentes, nas entrevistas, representando, os dois juntos, 50% dos sentimentos relatados.

Quando se fala da categoria *Impactos* decorrentes dos atos etaristas, a *Desistência* aparece bem à frente dos demais impactos descritos, totalizando 56% das ocorrências nas entrevistas. Já na categoria *Estereótipos em si*, a exaltação de si mesmo, quando se trata de dedicação aos estudos, se comparados aos mais jovens, foi a unidade de registro mais comum, com 56% das ocorrências; seguida por não se sentir com a idade que possui e pelo preconceito internalizado, representando 22% das ocorrências cada.

Na categoria *Ações conscientizadoras*, disserta-se sobre a opinião dos entrevistados acerca de ações que podem contribuir para a conscientização das pessoas concernente ao preconceito etário. As falas que trazem a *Educação* como ação representaram 75% das falas e *Contato intergeracional* 25%.

5.2.1. Atos Etaristas

Os *Atos etaristas* residem em situações (falas, olhares, insinuações, gestos, etc.), em que as potenciais vítimas se sintam, em alguma medida, constrangidas, humilhadas, fragilizadas; ou, ainda, que haja uma percepção de inferioridade na interação com outras pessoas.

Em relação aos atos etaristas, o *Julgamento dos outros* e a *Exclusão* foram as ações mais percebidas pelos envelhescentes entrevistados. O julgamento de outras pessoas reside em sentir-se foco de olhares, ou seja, indiretamente, ou mesmo direto, dirigido aos envelhescentes em diálogos travados com interlocutores. Eis as falas:

Aí eu fui para sala de aula assim mesmo, muito rejeitada, humilhada, ouvi de alunos assim, porque a senhora não faz uma graduação a distância. Pela sua idade, a senhora devia procurar a distância (ENVELHESCENTE 1).

[...] a gente foi pro refeitório. Quando a gente chegou no refeitório, todo mundo olhou pra gente. Ou seja, a gente imaginou, esses meninos estão pensando, o que esses véi estão fazendo aqui? A gente pensou assim, sabe?... Aí a gente ficou com vergonha e não foi mais (ENVELHESCENTE 2).

Já chegou um professor que disse assim... Ah, (nome do envelhescente), em vez de você estar fazendo esse curso, entra logo no mestrado. Tá perdendo tempo (ENVELHESCENTE 5).

Aí, quando eu entrei na... aí quando eu consegui entrar na faculdade, muitas pessoas falaram pra mim... Você tá doida? Você já tem essa idade toda, para que estudar? (ENVELHESCENTE 6).

Aí veio um vizinho que é bem jovem, ele faz faculdade comigo, entrou depois de mim, aí ele falou assim, você ainda tá estudando? Não é pra você tá estudando mais não (ENVELHESCENTE 6).

[...]porque as pessoas julgam pela, vamos dizer assim, pelo numerário que é ligado com a aparência da pessoa. Então quando você não me vê e você escuta que eu tenho essa idade, você já me coloca na parte negativa, onde as pessoas vão acreditar que eu sou incapaz de exercer qualquer outra... uma atividade que uma pessoa com menos de 30 anos ou até menos de 20 anos possa fazer (ENVELHESCENTE 7).

Eu tive que praticar assim... a minha tolerância. Porque tinha alguns momentos que é... eu não estava errando, eu estava correta, mas as pessoas porque, ah... porque... não, ela tem dificuldade... de achar assim, que ter alguém pra endossar o que eu estou dizendo porque acharem que eu não tinha essa condição (ENVELHESCENTE 7).

Com efeito, o *julgamento dos outros* acerca do que podemos ou não fazer, como vestir-nos, ou como nos portarmos, com base em nossa idade cronológica, afeta nossa autoestima e, como consequência, afeta nosso desejo de interação com as pessoas. Soares, Mattaraia e Castro (2024) elucidam que o julgamento dos outros em relação aos mais velhos está diretamente ligado ao declínio nos exercícios físicos e à interação social. Como imaginar uma mulher de meia-idade, com roupas curtas, no calor, praticando exercícios físicos ao ar livre, sem ser julgada? Para não ser vítima de julgamentos, a pessoa mais velha simplesmente evitará a situação supramencionada. Consequentemente, diminuirá a prática de exercícios físicos (pelo menos ao ar livre), reduzindo também a interação com outros indivíduos.

A mídia tem trazido com bastante frequência notícias de preconceito etário sobre o julgamento que as pessoas fazem das pessoas mais velhas, de forma contumaz, das mulheres mais velhas, pelo jeito de se vestir ou frequentar lugares considerados de jovens. O famigerado “cancelamento”, nas redes sociais, melhor dizendo, o “linchamento virtual” é, basicamente, forjado no julgamento dos outros sobre o que culturalmente se acha certo ou errado.

Ainda sobre os *Atos etaristas*, a unidade de registro *Exclusão* foi bem expressiva, como observado a seguir:

Durante o curso, para a gente ser chamada para os grupos, eles não chamam. Os outros colegas mais jovens, só querem quem é mais novo junto com eles. Eles se reúne (inaudível) que é da idade da gente. Nunca fiquei em grupinho de meninos de 20, 19 anos (ENVELHESCENTE 2).

E aí, eu disse assim, professor, você faça um grupo, coloque, porque no grupo eu fico sabendo, porque quando eu chego aqui eu pergunto e ninguém diz nada. Ninguém responde. Não responde (ENVELHESCENTE 2).

[...]e eu percebi que quando formavam as turmas de equipes, eles não queriam formar turma comigo (ENVELHESCENTE 3).

[...] aqui no IFCE porque tem uns grupinhos que se formam por faixa de idade. E só tinha eu [...] tinha exclusão de não fazer trabalho, de não querer ajudar na tarefa,

de... Ah, não, que você se vire sozinho. É tanto que no estágio I eu tive que fazer tudo sozinha, porque... Só tinha eu na minha faixa etária. E aí a professora mandou fazer um trabalho em grupo e ninguém quis fazer comigo (ENVELHESCENTE 4).

Aí teve uma situação que o professor do [Trabalho de Conclusão de Curso] TCC, a gente fazia pesquisa científica com ele. Aí, falou assim: “Ah, vou separar as panelinhas, aí você vai fazer com o fulano e sicrano. Você vai fazer com o Matheus e o Maicon”. Aí, o Maicon, ele virou, e falou: “Eu não quero fazer com ela não. Me bote em outro grupo” (ENVELHESCENTE 6).

Aqui dentro do IFCE, é utilizado muito a juventude e, às vezes, essa juventude ela vem pra gente e pergunta: O que você acha? Mas aí a gente não tá incluído. Quando aparece, aparece só o jovem. A gente fica no segundo plano, a gente fica como um orientador fantasma, que não é mencionado (ENVELHESCENTE 7).

Não é surpresa o surgimento da unidade de registro *Exclusão*, nas falas dos envelhescentes entrevistados. Teixeira, Souza e Maia (2018) já a colocam como consequência do processo de estereotipação de indivíduos, em que acontece a hierarquização de grupos. Quando a hierarquização se constitui, há a valorização de um grupo em detrimento de outro grupo, significando dizer que os indivíduos pertencentes ao exogrupo (aqui entendido como o das pessoas mais velhas, fora da faixa habitual) são sumariamente excluídos.

Cerqueira e Real (2023) demonstram que estudantes acima de 40 anos, na Universidade de São Paulo (USP), reportaram ter sido vítimas de preconceito ou discriminação por causa de sua idade, com atitudes etaristas que vão da exclusão de alguns grupos; tratamento diferente por parte de funcionários e professores; além de posicionamentos deseducados vindos de estudantes mais jovens.

A pesquisa de Ehmke (2020) chama a atenção para o potencial negativo da exclusão, também representada pelo evitamento. Em seu estudo, 8% dos respondentes disseram evitar contato com pessoas mais velhas. Destaca, ainda, que os estereótipos negativos ensejam mais atitudes etaristas negativas do que estereótipos positivos ensejam atitudes etaristas benevolentes.

Uma das unidades de registro apontadas na tabela, na coluna dos *Atos etaristas*, denota aparente ato ou ação afetuosa, ao contrário das esperadas atitudes hostis a que as pessoas mais velhas são submetidas. O *Cuidado excessivo*, comportamento etarista benevolente, foi ponderado por dois envelhescentes nas entrevistas:

[...] mas a partir do momento que eu comecei a falar que eu tinha mais de 40, já tinha 50 anos, algumas pessoas começaram a... é..., vamos dizer assim, querer ter aquele cuidado de achar que eu não iria ser capaz (ENVELHESCENTE 7).

É um preconceito assim, de que a pessoa entende que, por eu estar, é... não ter o conteúdo daquele, vamos dizer, daqui da música, eu preciso, por causa da minha

idade, que o professor tenha mais paciência comigo, que eu seja poupada (ENVELHESCENTE 7).

É exatamente o que acontece... não tão exacerbado. Mais um cuidado. Existe um cuidado que, né? Tipo assim..., não, já tem 50 anos. Um certo cuidado, né? (ENVELHESCENTE 8).

Esse cuidado excessivo relatado aparece na literatura como consequência dos estereótipos relacionados às incapacidades cognitiva e física das pessoas mais velhas, as quais necessitam de apoio e atenção. Essas atitudes pseudopositivas aumentam a impressão de impotência e sensação de inferiorização dos sofredores desse preconceito (Viera; Lima, 2013).

Os comportamentos etaristas benevolentes estão entre os mais difíceis de serem enfrentados, visto que a sociedade também incute em todos nós que esses comportamentos são polidos, cheios de lhanza e respeito ao nos referirmos aos mais velhos (Ehmke, 2020). As falas a seguir refletem esse pensamento:

É, desde pequenininho...Porque tem muitas pessoas que diz assim, a senhora tem... Ah, não me chame senhora. Então a gente não sabe. Fica chato pra gente chegar e chamar você. A gente entende que a pessoa mais velha do que a gente é senhora. Eu me criei e falei isso assim, né? E que a pessoa mais nova do que eu é você. Então... É até complicado quando o menino mais novo diz assim: “ei tia...” (ENVELHESCENTE 2).

E inclusive uma coisa curiosa que me aconteceu, mas eu entendo até o lado das pessoas. Eu não vejo como assim até, assim..., uma coisa discriminatória. Eu vejo também pelo lado, vamos dizer, do respeito, né? E às vezes a pessoa diz: “sim senhora!”. Às vezes não é só questão de ligado à idade. A gente também não pode achar que seja só a questão do preconceito. É uma questão, às vezes, de respeito. Ou o que nos foi ensinado. A gente tem que se lembrar de... desde quando nós nascemos, nós somos ensinados a olhar aquela pessoa, mas ela chama de senhora, chama de senhor (ENVELHESCENTE 8).

Assim, é importante pontuar que os malefícios do etarismo podem residir na sensação implícita ou explícita que uma pessoa pode ter ao se deparar com um ato etarista. Chamar alguém de senhora, se a pessoa a quem foi direcionado o vocativo não se sentir ofendida, ou entender que se trata de mero respeito, não denota etarismo sumário. Melhor dizendo, se aquele ato não provocou sensação de impotência ou fragilidade, ou assimetria em uma relação, pode tratar-se tão somente de respeito mesmo.

5.2.2 Sentimentos

A categoria *Sentimentos* engloba as sensações sentidas pelos envelhescentes ao se depararem com os atos etaristas. O sentimento de *Tristeza*, seguido pelo *Desamparo*, apareceram em maior quantidade na fala dos envelhescentes. Os achados são compactuados com a reportagem do VivaBem Uol, de 20 de agosto de 2021, veiculada na internet, que aponta

para a baixa autoestima e os sentimentos de desamparo, acarretando isolamento e depressão dos sofrendores do etarismo (Cerquetani, 2021).

As pessoas longevas, ao adentrarem a sala de aula, carregam consigo diversas expectativas e podem ser consideradas vanguardistas, pois ultrapassam barreiras que até então eram intransponíveis, por estarem fora da idade adequada para adquirirem novos conhecimentos e habilidades (Monteiro, 2007). Por isso mesmo, quando se deparam com atitudes etaristas, a frustração sentida vem por meio do sentimento de tristeza.

5.2.3 Impactos

A categoria *Impactos* diz respeito às consequências, aos resultados consequentes do sofrimento, pelas vítimas, dos atos etaristas, ou seja, o que resultou, por ter sofrido etarismo, para a vida das vítimas.

Na categoria *Impactos*, a *Desistência* é a unidade de registro mais influente. As falas dos envelhescentes desvelam fatos que podem culminar, de fato, na desistência dos estudantes mais velhos. Nessa esteira, percebe-se quanto o ambiente escolar é o reprodutor da sociedade em suas opressões e quanto os profissionais da educação, sobretudo os professores, podem agir repercutindo atos preconceituosos de forma consciente ou não (Freitas, 2018).

[...] Porque tinha uma professora que ela... de inglês, até porque eu não sabia falar inglês e até hoje eu não sei... e ela me tratou muito mal e ela disse que eu tinha idade suficiente para ter aprendido isso tudo [...].mas ela me humilhou em público, nesse dia. Ela me deixou muito doente, eu fiquei, assim, muito, muito triste (ENVELHESCENTE 1).

[...] eu tenho um buffet móvel, né? [...] Eu faço eventos, é... uns espaços gourmet dos clientes, nas residências [...] A maioria das minhas professoras eram mais novas do que eu. E, infelizmente, muitas delas não tinham práticas na cozinha... Elas tinham prática na teoria e eram muitas oriundas da engenharia de alimento [...] tinha eventos gastronômicos e algumas pessoas são convidadas... alguns alunos que tenham mais conhecimento maior são convidados para dar oficina. Elas nunca me convidaram (ENVELHESCENTE 3).

[...] em seleções, seleções para bolsa... alguma coisa do tipo. Os professores preferem as pessoas mais jovens, as mulheres mais jovens (ENVELHESCENTE 5).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), no “*Relatório mundial sobre o idadismo*”, já esclarece que o etarismo pode aparecer em atos dirigidos às pessoas mais velhas, por parte dos componentes do corpo docente, discente e de funcionários, nos estudos. A falta de apoio pode impactar a trajetória acadêmica desses estudantes (Opas, 2022).

Decerto, a *Desistência* aparece como o cume do impacto que os atos etaristas podem acarretar no contexto escolar. Nas entrevistas, evidenciaram-se as sentenças:

[...] os monitor, que infelizmente eles fizeram com que eu parasse, eu tranquei porque, assim, devido o preconceito ser tão grande, tão notório (ENVELHESCENTE 1).

[...] e eu conversando com o coordenador. Não, é assim mesmo. É assim mesmo. Vou falar com ele, vou ver aí com ele. Aqui é assim mesmo. Você não sabe. Você não sabe, é melhor assim, tipo: desista que você não sabe nada (ENVELHESCENTE 1).

E também lá eu era bem excluída, na engenharia, eu era mais excluída, porque tinha mais meninos, meninos novinhos, 16, 17, 18 anos. Saído do colégio [...] Esses menino passam o dia todo lá. Eu só chego na hora da sala. Então, se tem um trabalho que é em grupo, eu chego: gente, tem alguma coisa que fazer? Eles não diziam. Então, assim, se desmotiva, porque você não sabe o que tá acontecendo. Você não é colocado em grupo. Tinha até grupo de WhatsApp, eu nem sabia. Nem no grupo eu foi colocada. Então, eu acho muito exclusão. Não aguentei e desisti. (ENVELHESCENTE 2).

Houve algumas situações em que eu pensei em desistir do curso [...] aí eu pensei em desistir da faculdade. Passei a noite chorando, com desgosto, porque eu vejo gente ali que não faz nada, chega a professora e diz: “pega ali a bolsa pra você”, sabe? E eu corro atrás, eu estudo, me dedico e ninguém me dá nada, ninguém... (ENVELHESCENTE 6).

Com as passagens citadas, concluímos que a desistência, configurada sob a forma de trancamento ou abandono do curso, é a maneira encontrada, pelos envelhescentes, para sair de uma situação vexatória trazida pelos atos etaristas. Após sentimentos de tristeza, desamparo, mal-estar, dor, carregar um lixo interno e vergonha, a solução encontrada, muitas vezes após um quadro de ansiedade, depressão ou abalo psicológico é a desistência. Pelas falas dos entrevistados, pode-se concluir que, mesmo aqueles que conseguem seguir adiante nos estudos, tiveram em mente desistir em algum momento do percurso acadêmico.

A *Depressão* e o *Abalo emocional* foram outros impactos trazidos à baila pelos entrevistados, estando de acordo com dados apresentados por Dórea (2020), em que a saúde mental de cerca de 6 milhões de pessoas foi afetada em razão de episódios de etarismo.

5.2.4 *Estereótipos em si*

A categoria *Estereótipos em si* apresenta os achados nas falas dos entrevistados que demonstram como enxergam a si mesmos. A unidade de registro mais encontrada aborda a *Exaltação de si*, quando se trata de comprometimento e desempenho nos estudos, em relação aos seus colegas mais jovens.

A literatura também apresenta que aspectos positivos da idade são trazidos pelos envelhescentes ao falarem de suas próprias qualidades. É o que dizem Loth e Silveira (2014) ao evidenciarem que o estereótipo em si é mais condescendente do que quando se fala do outro.

Aqui, os envelhescentes colocam-se como mais prestativos e comprometidos com os estudos do que os mais jovens. A Teoria da Identidade Social atesta o fato. Ao avaliarem a si mesmos e os colegas mais jovens no ambiente laboral, por exemplo, os indivíduos mais velhos tendem a caracterizar eles próprios como mais competentes que os mais jovens (Seidl; Hanashiro, 2022).

Eu disse assim: Chagas, nós somos os antigão dessa turma aqui. Nós temos que fazer as coisas juntos. E aí a gente foi pegando, assim, eles foram observando que a gente conseguia fazer melhor do que eles, que a gente tinha mais responsabilidade e foram começando a se chegar na gente por interesse. Só por interesse, porque eles sabia que a gente ia fazer direitinho, que a gente não falta, entendeu? Que a gente tem compromisso e muitos deles não tem compromisso com ensino (ENVELHESCENTE 2).

Eu sou de executar as coisas. De ser uma boa aluna. Acho que se você for perguntar pros meus professores, quem é a (nome da envelhescente), sabe da minha dedicação (ENVELHESCENTE 3).

E a gente, né... eu fui pra assistir a aula, eu não chego atrasada. Eu não falta, eu vou doente, eu vou de todo jeito (ENVELHESCENTE 6).

As percepções acerca deles mesmos, em relação ao seu comprometimento com os estudos, parece harmonizar com a ótica de Cachioni e Aguilar (2008), os quais esclarecem que as pessoas mais velhas retomam os estudos porque sentem vontade, porque querem aprender e se aperfeiçoar, contrastando com a comumente obrigação dos mais jovens de frequentar a escola.

A impressão de não ter a idade que possui, ou seja, não se sentir mais velho, surgiu nas falas dos envelhescentes em dois momentos. Isso, de fato, é muito comum - enxergarmos a nós mesmos como mais jovens do que realmente somos.

Eu tenho 58 anos de idade, mas eu não acredito que eu tenha 58 anos de idade. É uma coisa que, se não, a ficha não cai e eu acho que essa ficha não cair me ajudou bastante [...] tem uma menina dentro de mim que eu não vou deixar morrer e essa menina que está dentro de mim ela ama, ela tem sentimentos que o povo julga sentimentos juvenis, de juventude [...] (ENVELHESCENTE 8).

A menina que sofreu o preconceito na... na faculdade... que apareceu no jornal. Eu tenho 54, ela, 40. Uma menina! Uma menina, meu Deus! (ENVELHESCENTE 3).

Esse sentimento pode balizar-se no não reconhecimento do envelhecimento por indicativo cronológico, ou seja, dizer que uma pessoa é velha baseada somente na idade da pessoa. Muito pelo contrário, o processo de envelhecimento é uma escalada contínua que varia de pessoa para pessoa, devendo ser consideradas as facetas biológicas, psíquicas e sociais (Loth; Silveira, 2014).

Esse sentimento de não pertencimento também se encontra ancorado no pensamento de Messy (1993), quando diz que “velho é o outro”. O autor até justifica seu pensamento quando explica que o vocábulo “velho”, em francês (*vieux*) é formado pelas palavras vida (*vie*) com eles (*eux*) e diz: “velho é o outro, em quem não nos reconhecemos. A imagem da velhice parece uma idade ‘fora’” (Messy, 1993, p.10). Melhor dizendo, é uma concepção relativa que ora assente para a percepção relativa ao envelhecimento e ora se posiciona com estranhamento a ela (Loth; Silveira, 2014).

Até a década de 1970, a incongruência entre a idade cronológica de um indivíduo e sua idade psicológica, aquela com a qual o próprio indivíduo se identifica, era entendida como um mecanismo de defesa que o mantinha longe da classificação de velho e da pecha carregada pelo velho. Atualmente, o aumento da expectativa de vida; a alteração no modo de viver; o acesso a tratamentos médicos e estéticos; fizeram com que as pessoas reavaliassem os marcadores da velhice dela ou em outra pessoa, “desorganizando” a idade social, ou seja, dificultando a alocação das pessoas dentro de um padrão de comportamento, ou aparência, outrora estabelecidos para determinada idade (Pereira, 2014).

Por outra via, existe a internalização do preconceito, em que o indivíduo aceita a condição ditada pela sociedade e a reproduz. A unidade de registro *Preconceito internalizado* constou em 22% das falas, como nas reproduzidas a seguir. A primeira, no contexto de uma conversa com uma amiga, que elogia um rapaz mais jovem:

“Eu tava até comentando com a minha cunhada, eu disse: Mulher... Aí passou um rapazinho, ela disse: “Meu Deus que rapaz lindo”, eu disse, mas não olhe não que esse menino vai te chamar de tia” (ENVELHESCENTE 2).

Outra, quando o envelhescente já se coloca como sem capacidade de competir, ou conseguir avançar no mercado de trabalho, com a profissão que escolheu:

Eu até falei pra elas esses dias. Eu não estou competindo com vocês. Provavelmente quando eu terminar a faculdade eu não vou mais trabalhar com isso. Que falam...” ah você não vai nem trabalhar com isso!”. Teve uma que desistiu que tentou me fazer desistir porque, ah, porque a gente já tem mais 40 anos quando terminar a gente não vai trabalhar nisso (ENVELHESCENTE 6).

De fato, conforme Guerra e Caldas (2010), os comportamentos esperados por determinado grupo são repercutidos pela sociedade na qual se vive e, sendo interiorizados pelo grupo, acolhe o que se espera desse grupo, refletindo em ações que vão corroborar com o já esperado pela sociedade.

Coadunam, com esse ponto de vista, Teixeira, Souza e Maia (2018), ao declararem que as pessoas, ao receberem, ao longo da vida, perspectivas negativas sobre o envelhecimento, incorporam esses estereótipos negativos de declínio e fragilidade, passando a agir conforme a sociedade etarista espera que elas ajam.

5.2.5 Ações Conscientizadoras

A categoria *Ações conscientizadoras* levanta as opiniões dos envelhescentes no que se refere a possibilidades por eles vislumbradas para movimentos que possam conscientizar a sociedade acerca do fenômeno etarismo e como enfrentá-lo.

Com efeito, os envelhescentes entrevistados, ao serem questionados sobre a opinião a respeito de uma ação que pudesse melhorar a conscientização das pessoas concernente ao preconceito de idade, assim se expressaram:

A única coisa que meu pensamento... que ainda teria jeito, era fosse educada as crianças a respeitar os outros, independente de ser velho, independente [...] ele é mais um junto ali que pode até vir somar com eles pelo conhecimento, pela vida (ENVELHESCENTE 1.)

Eu acho que no caminho da educação tá mais assim [...] Só a educação mesmo só... e pequeno, de berço mesmo (ENVELHESCENTE 2).

Eu acho que um evento realmente voltado pra... pra essa questão, entendeu? Inclusive assim, não só no evento, nas redes sociais que estão em alta, Instagram, YouTube (ENVELHESCENTE 5).

Talvez a ação seria nesse sentido de buscar abrir os olhos deles, né, de como que funciona esse negócio do aposento. Como que funciona o envelhecimento (ENVELHESCENTE 6).

Tem muitas coisas, mas a primeira coisa é assim... palestras, palestras, que as pessoas pudessem abrir ou falar sobre essa questão com os jovens que estão aqui, que estudam aqui. Que de repente a gente pouco ouve falar de palestras com esse tema. Pelo menos aqui dentro, eu nunca vi. Então, acho que a palestra já seria um chamativo. E, depois, ações que exatamente pudessem, essas pessoas com mais idade pudessem estar à frente também de ações (ENVELHESCENTE 8).

O contato intergeracional também foi mencionado nas falas dos entrevistados:

Eu acredito que teria... seria de suma importância o IFCE trabalhar mais atividades onde as pessoas mais velhas pudessem liderar e pudessem aparecer [...] Então, eu acredito que aqui poderia haver ações onde as direções, principalmente a direção de ensino, criasse uma, vamos dizer assim, uma junção do povo mais novo de conhecimento de absorção com a minha, vamos dizer assim, a minha turma (ENVELHESCENTE 7).

Efetivamente, Chahini e Gomes (2023) apontam para ações de contato intergeracional nas instituições de ensino que foquem no conhecimento sobre o processo de envelhecimento e

na valorização da pessoa idosa, inclusive com incentivo à sua participação em programas científicos e acadêmicos nas universidades, além de representação discente.

Inclusive, as ações de contato intergeracional, associadas às intervenções educacionais estão entre as que garantem êxito na conscientização acerca do etarismo (Opas, 2022).

Um ponto importante, colocado por Bardin (2016), se dá quando menciona que, na interpretação da etapa qualitativa da análise de conteúdo, um consistente indicador não frequencial, que pode ensejar inferências pertinentes, é a ausência de determinadas assertivas, as quais podem representar tanto ou melhor do que as frequências de aparição na etapa quantitativa da análise. Explicando melhor, muitas vezes, o que não foi dito, em determinado contexto, pode ter um significado tão importante quanto o número de vezes que uma unidade de registro aparece em um enunciado.

Assim, algumas ausências foram sentidas como, por exemplo, a palavra “etarismo”, ou seus sinônimos, que não apareceram nas entrevistas. Essa observação pode denotar o desconhecimento das pessoas quanto à palavra. Ocorre o sentimento de estar sofrendo o preconceito, no entanto, sem saber como nomeá-lo. De fato, por ser aceito socialmente, por ser internalizado e por ser pouco combatido, o etarismo ainda está recebendo a definição que o sustenta (Opas, 2022).

6 PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com o Art. 1º do Regulamento, o ProfEPT) é

um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e Tecnológica com um curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em Rede Nacional, pertencente à Área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC, 2023).

Por ser, o ProfEPT, um mestrado profissional, da Área de Ensino, área 46, o documento da Capes traz o seguinte, para os mestrados profissionais:

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido. (Brasil, 2019a, p. 15).

Sobre PE, a Área de Ensino, no mesmo documento,

entende como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (Brasil, 2019a, p. 16).

Dito isso, resta claro que o ProfEPT exige do mestrando, como requisito para a obtenção do título de mestre, a defesa da dissertação e a entrega de um PE, como está devidamente expresso no Art. 24, parágrafos 3º e 4º do Regulamento do ProfEPT, nos critérios de avaliação do TCC e contempla a feitura de observação, análise e organização de um PE que pode e deve ser implantado em espaços educacionais reais do ambiente da pesquisa, e passar por avaliação dos participantes da pesquisa ou de quem tenha *expertise* no assunto do estudo e, ainda, validado pela banca examinadora. Urge considerar que o PE deve corresponder aos anseios, questionamentos e às lacunas da Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo do ensino médio, em espaços formais e não formais de ensino.

De acordo com Kaplún (2003), o PE, ou material educativo, antes de ser somente um artefato impresso, audiovisual, é um dispositivo que auxilia em uma experiência educativa, ou seja, quando é utilizado em determinada circunstância, auxilia no processo de mudança ou fortificação de algo, de alguma maneira. Isso quer dizer que mesmo um material que não foi elaborado com o intuito de ser um PE pode vir a sê-lo, se utilizado com esse escopo e em

determinado contexto. Por outro lado, um PE pode não vir a ser útil, caso prescindida de sua didática.

Freitas (2021) ressalta que um PE não pode ser reduzido a um mero componente fisicamente posto, tangível ou não, mas feito de diversos dispositivos que, juntos, são condizentes com organismos formados por símbolos, argumentos e conceitos estruturados para um evento educacional específico. O autor assevera que o PE deve ser ponderado para além de sua forma ao dizer que pode ser um jogo, ou um aplicativo, ou um manual. Deve-se privilegiar seu conteúdo e o objetivo de ser utilizado e, segundo o pensamento de Rizzatti *et al.* (2020), deve surgir após reflexões sobre os problemas advindos da prática pedagógica, balizados pelo referencial teórico que o sustenta.

A edificação do PE necessita privilegiar três eixos, a saber: eixo conceitual, eixo pedagógico e eixo comunicacional. O eixo conceitual disserta sobre o tema do PE e tudo o que for relacionado ao que dizem os estudiosos. O eixo conceitual, portanto, contempla os estudos da área, os conceitos-chave, o que se sabe e o que ainda não se sabe acerca do fenômeno (Kaplún, 2003).

O eixo pedagógico deve servir como um Global Positioning System (GPS)/Sistema de Posicionamento Global para a construção, apontando de onde se partiu e aonde se quer chegar com o material produzido. Esse caminho, a ser construído com o PE, deve ser claro em suas premissas, ou seja, deve-se saber em que nível de conhecimento está o público-alvo e o que ele deve assimilar, tanto ao longo da jornada proposta pelo produto, quanto o que deve acrescentar em termos de conhecimento ou mudança, após o percurso (Kaplún, 2003).

O eixo comunicacional diz respeito ao veículo que será utilizado para carregar toda a mensagem, da partida à chegada do público-alvo. Nesse eixo é que se pode, com mais veemência, utilizar a criatividade; no entanto, apesar da liberdade na criação, a escolha do veículo, de como essa mensagem deve ser compreendida, depende muito da maturidade do desenvolvimento narrativo (Kaplún, 2003).

Concordando com o pensamento de Kaplún, em que o PE deve promover mudanças, o PE elaborado foi um documentário, como recurso audiovisual, para despertar a consciência, a explicitação de comportamentos e a tolerância com a diversidade étnica. Concordando com Silva, Suarez e Umpierre (2017), o documentário foi cogitado para não repetir elaborações impressas, pouco atrativas aos alunos, de modo geral, bem como pensando na sustentabilidade

ambiental. O documentário surgiu do desejo de estar congruente com a pesquisa realizada para fundamentar a dissertação, aliando a teoria estudada ao elemento prático da produção.

Para isso, no documentário, priorizou-se, como público-alvo, o alunado; no entanto, pode servir para a conscientização de toda a comunidade acadêmica, de professores aos gestores. O objetivo geral foi apresentar um documento audiovisual que servisse como norte em ações de conscientização acerca do fenômeno etarismo. Como objetivos específicos, a proposta do documentário foi fornecer uma visão geral acerca do conhecimento do público sobre o fenômeno etarismo; apresentar diferentes formas de manifestação do etarismo em nossa sociedade; discorrer sobre o conceito, as consequências e formas de enfrentamento ao etarismo; além de contar os relatos de vítimas.

O documentário foi pensado como uma forma ainda em construção para fazer parte de ações em que se pretende sedimentar novos pensamentos ou desconstruir antigas crenças sobre o envelhecimento e a velhice, deixando, como Rizzatti *et al.* (2020, p. 2) dizem, suas possibilidades ainda em aberto, para que os educadores possam

reusar (liberdade de usar), revisar (adaptar, modificar, traduzir), remixar (combinar dois ou mais materiais), redistribuir (compartilhar) e reter (ter a própria cópia) [...] de modo crítico, adaptando-os às necessidades de suas diferentes turmas de alunos e devolvendo à sociedade novos PE num *continuum*.

O documentário é uma produção audiovisual que, grosso modo, poderia ser caracterizado por um filme verídico, não ficcional, em que é relatado um fato histórico, ou atual, com personagens e cenários da vida real. No entanto, devido às escolhas do autor do documentário, a linha que separa o filme documental do filme ficcional é muito tênue (Melo, 2002). O senso comum analisa uma obra cinematográfica ficcional como entretenimento, enquanto um documentário é considerado sob o ponto de vista do aprendizado (Bruzzo, 1998).

Mesmo assim, o documentário busca ser verossímil, no que tange a utilizar: o registro no local em que o fato se deu, ou a realidade que se apresenta (registro *in loco*); atores não dirigidos; cenários naturais e imagens de arquivo. A utilização desses elementos faz com que o documentário seja construído ao longo do processo de filmagem e edição. O fato de ter personagens da vida real recai para a imprevisibilidade do documentário, mesmo que tenha sido cuidadosamente roteirizado (Melo, 2002).

Por outro lado, o documentário não pode ser situado dentro de um texto jornalístico porque a subjetividade do autor é vista como riqueza na produção, ao contrário da reportagem jornalística, que evoca certa imparcialidade. Mais do que uma premissa, a perspectiva do autor

do documentário tem que estar evidenciada nesse tipo de produção, a fim de que os espectadores possam conhecer a realidade sob o viés dado pelo documentarista (Melo, 2002).

No caso do PE aqui definido, como nos cercamos dos fatos que estão ocorrendo diante de nossos olhos, na atualidade, ou seja, as cenas e histórias contadas são um tecido que se tece à medida que o vivemos; o registro *in loco*, nesse caso, é o registro *in loco* contemporâneo, caracterizado pelo “aqui e agora”, sem a necessidade de ser reproduzido ou simulado um cenário de outrora (Melo, 2002).

6.1 Dissecando o documentário

Antes de partir para as gravações propriamente ditas do documentário, foram estabelecidas algumas métricas. Primeiramente, foram pensados quais elementos deveriam constituir o documentário para torná-lo interessante, instrutivo e impactante para quem o assiste, ou seja, foi construído o argumento do filme documentário, contemplando um resumo do que se quer apresentar, com ideias para seu início, meio e fim, estabelecendo como as ações poderiam ser desenroladas e em que locais a produção poderia ocorrer (Puccini, 2009).

Depois, definiu-se o tempo de duração mais conveniente para esse tipo de produção: não muito curto, como um anúncio; nem tão longo, a ponto de dispersar a atenção. Esses sentidos foram atribuídos segundo o pensamento de Puccini (2009), para quem o documentário é fruto da criação de um documentarista, pontuado por escolhas próprias do autor, e esses recortes representam um ponto de vista, um prisma, um viés de discurso. Na figura 3 é mostrada a tela com o título do documentário.

Figura 3 – Tela de título extraída do documentário



Fonte: Print screen do documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” (2024).

O documentário intitulado “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” tem 23 minutos e 43 segundos de duração e é constituído de quatro seções, especificadas mais à frente.

Está hospedado na plataforma YouTube, e pode facilmente ser acessado por meio do *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=rsTz6rf4FFk>

Para a gravação do documentário, foram utilizados um aparelho celular e um microfone *bluetooth*. Na maioria das cenas, privilegiou-se a luz natural. A edição, bem como a interpretação do vídeo, para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), foram realizadas em etapas posteriores às gravações.

A primeira seção do documentário traz a técnica povo-fala para a produção. Segundo Bistane e Bacellar (2008), a técnica povo-fala engloba entrevistas realizadas espontaneamente, de forma casual, geralmente na rua, a fim de obter certa quantidade de depoimentos (amostra) que traduzam a opinião do povo acerca de determinado assunto. Nessa abordagem, o repórter vai para a rua e, *a priori* sem marcação de horário predeterminado, realiza a entrevista com pessoas, aleatoriamente (Neto, 2008).

De fato, a pesquisadora foi para o centro da cidade de Fortaleza, em um sábado de outubro de 2024, com uma pequena equipe, constituída pela pessoa que ficaria responsável por gravar as entrevistas; a pessoa responsável por solicitar a assinatura dos entrevistados no termo de autorização de imagem; e a própria pesquisadora, que ficou responsável por se aproximar das pessoas, explicar do que se tratava e realizar a entrevista enquanto estava sendo gravada. Em novembro de 2024, a fim de adicionar novas entrevistas àquelas anteriormente feitas, a pesquisadora, com auxílio de uma pessoa para gravar as entrevistas, realizou-as dentro do IFCE, no *Campus* Fortaleza. Todas as pessoas que apareceram no vídeo permitiram a gravação de sua imagem por meio de assinatura no Termo de Autorização de Imagem (Apêndice F).

A segunda seção do documentário contemplou as palavras do narrador acerca do etarismo. Sua fala compreendeu conceituar o etarismo; dissertar sobre suas manifestações; as consequências da discriminação; e as formas de enfrentamento, baseados no “*Relatório mundial sobre o idadismo*” (Opas, 2022)

A terceira seção trouxe seis encenações de situações corriqueiras que envolvem o etarismo. A primeira representa uma consulta médica, em que o profissional de saúde ignora a presença da pessoa idosa, direcionando o diálogo para o adulto mais jovem que a acompanha. A segunda configura um preconceito por parte de um motorista, ao se deparar com outro motorista à sua frente, cuja direção lenta é associada à pessoa idosa, mesmo antes de constatar, de fato, quem estava ao volante. A terceira revela o preconceito travestido de desconfiança de uma moradora, ao ser apresentada à nova administradora do condomínio onde mora,

questionando sua experiência por ser uma profissional jovem. A quarta cena envolve a discriminação sofrida pelos trabalhadores mais velhos ao buscarem recolocação no mercado de trabalho. A quinta cena realça o preconceito contra médicos jovens, descredibilizados por seus pacientes. Por fim, a sexta cena refere-se ao preconceito evidenciado em sala de aula.

A quarta seção compreende cinco depoimentos, representados por atores que trazem manifestações de pessoas da vida real, as quais sofreram etarismo em suas vidas e como isso impactou suas existências.

6.2 Aplicação e Avaliação do documentário

Com o intuito de aferir se realmente tem o atributo de contribuir para resolver ou permitir refletir sobre questões que permeiam o cotidiano do professor ou da escola, é necessário avaliar o PE proposto pelo mestrando no mestrado profissional. Essa ação viabiliza aferir a potencial efetividade, ou seja, o potencial impacto que determinado PE venha a ter para a qualidade da educação (Silva; Suarez; Umpierre, 2017).

Para isso, foi elaborada uma avaliação (Apêndice G) para algumas pessoas que assistiram ao documentário, que são mestrandos das turmas VI e VII do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFCE, com base na escala Likert de avaliação, em que a própria pessoa que está avaliando responde a um questionário, sem interpelação de terceiros, utilizando um esquema de cinco gradações que vai desde “concordo demais” até “discordo demais”. Cada item a ser avaliado aparece na avaliação em forma de questionamento e deve ser analisado, posteriormente; atribuído um valor para cada gradação e feita uma média dos valores totais avaliados (Aguar; Correia; Campos, 2011).

As avaliações foram feitas em dois momentos: a primeira, em 14 de janeiro de 2025, foi realizada pela turma VI, ocasião em que foram distribuídos os *links* do documentário e da avaliação, preenchidos remotamente. A segunda fase ocorreu em 17 de janeiro do mesmo ano, na sala de aula da turma VII do ProfEPT. Os formulários foram distribuídos de modo físico e o documentário foi passado em sala. Foram preenchidas, no total, 35 avaliações. Na figura 4, está reproduzida cena da aplicação realizada em sala de aula.

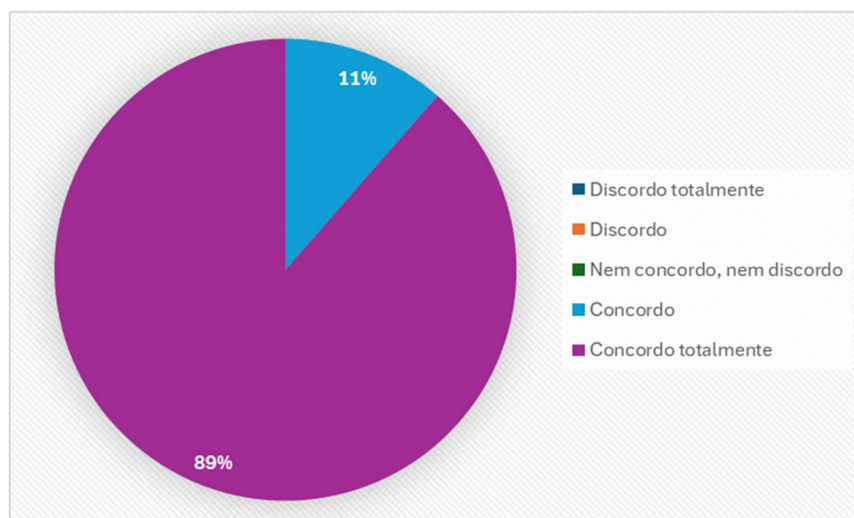
Figura 4 – Aplicação do PE



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2025).

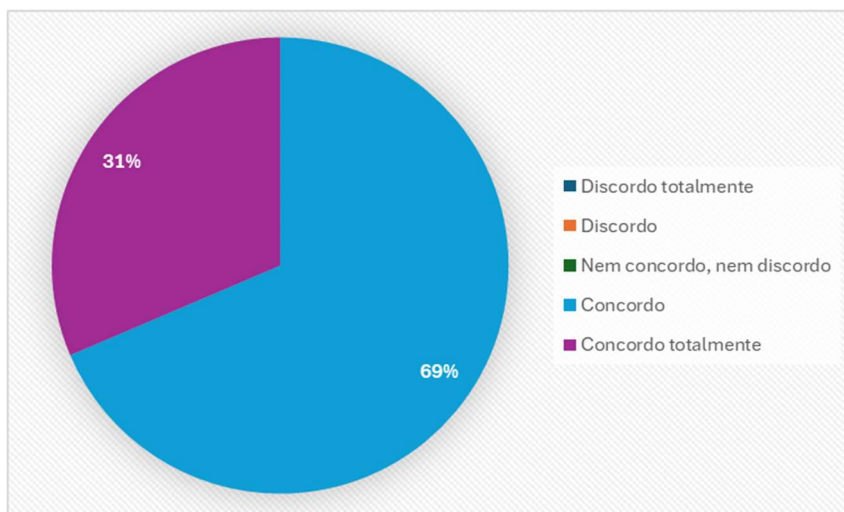
A primeira fase da avaliação versa sobre os eixos conceitual e pedagógico, baseados nas ponderações de Kaplún (2003), no que concerne aos conceitos apresentados, sua pertinência, relevância e atualidade. Para as perguntas sobre o entendimento que o documentário oferece sobre o assunto, os conceitos novos sobre o tema e a capacidade de conversar sobre o assunto após assisti-lo, os avaliadores as consideraram positivamente, conforme respostas “concordo” ou “concordo totalmente”. Nos gráficos 5 a 8 estão ilustradas as respostas às perguntas 1, 3, 4 e 5:

Gráfico 5 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" propicia o entendimento sobre o que é o etarismo?



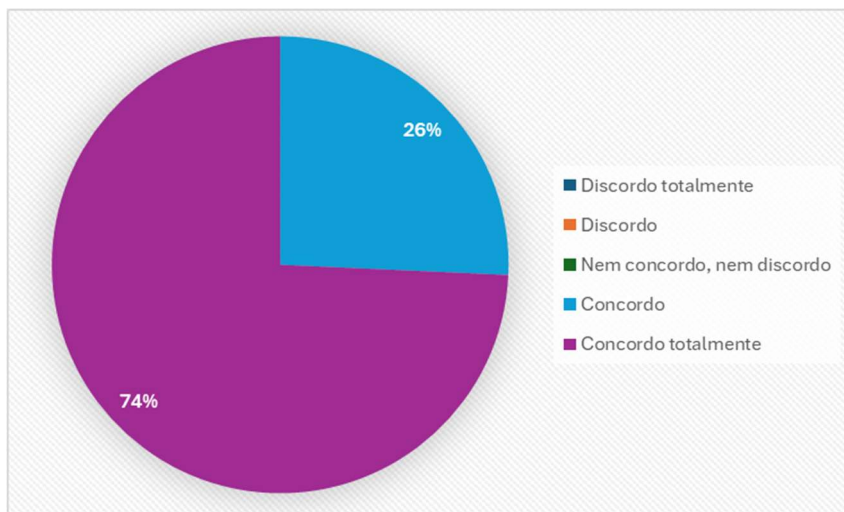
Fonte: dados da pesquisa (2025).

Gráfico 6 – Depois de assistir ao documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" sou capaz de conversar sobre o assunto com outras pessoas?



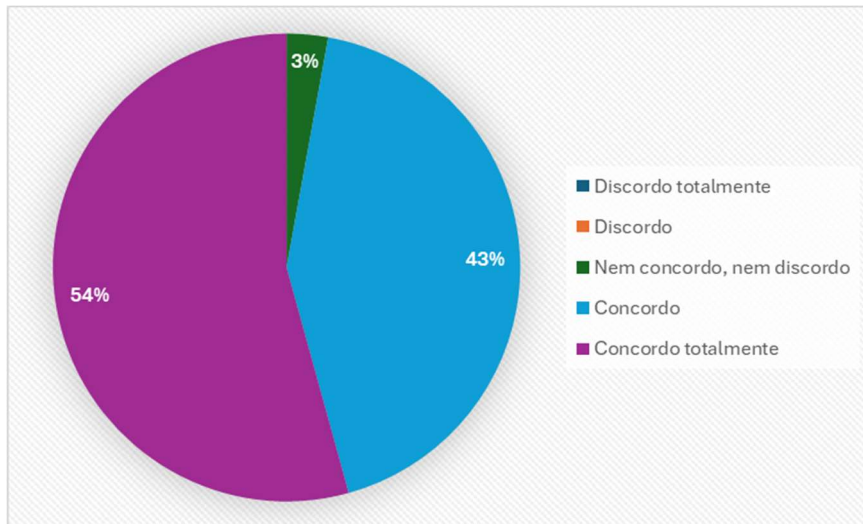
Fonte: dados da pesquisa (2025).

Gráfico 7 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" promove o entendimento de como se dá o etarismo no nosso dia a dia?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

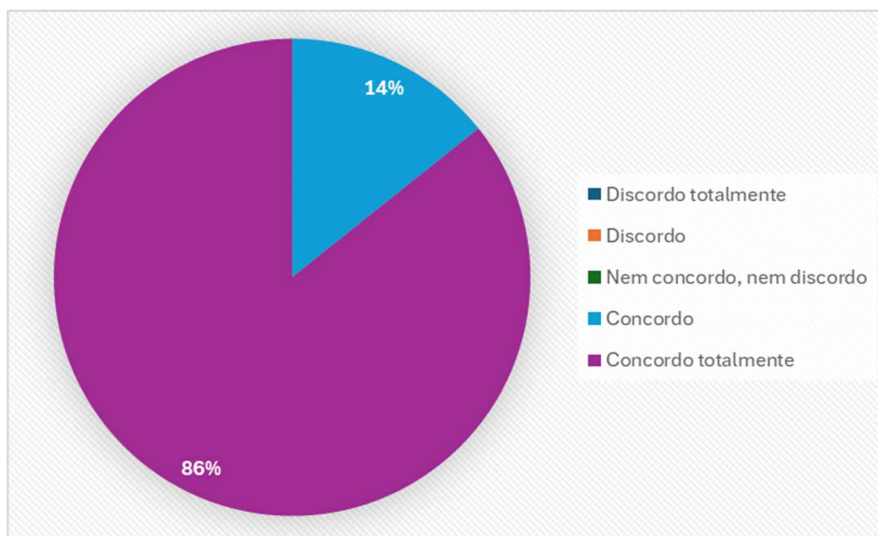
Gráfico 8 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" trouxe conceitos novos e enriqueceu meu conhecimento sobre o assunto?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

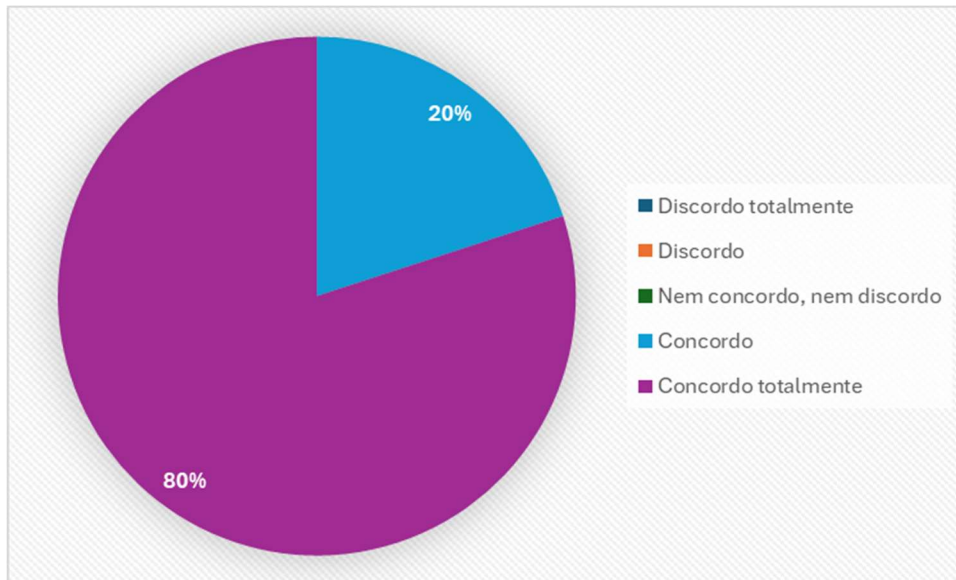
Uma vez trazidas, na avaliação, perguntas sobre a relevância e atualidade do tema, os avaliadores também se posicionaram favoravelmente ao documentário, conforme se verifica nos gráficos 9 e 10, referentes às perguntas 2. “O documentário ‘Etarismo: o que há de errado com a minha idade?’ traz um tema atual para reflexão e debates?” e a pergunta 6. “O documentário ‘Etarismo: o que há de errado com a minha idade?’ oferece um tema relevante para a sociedade?”.

Gráfico 9 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" traz um tema atual para reflexão e debates?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

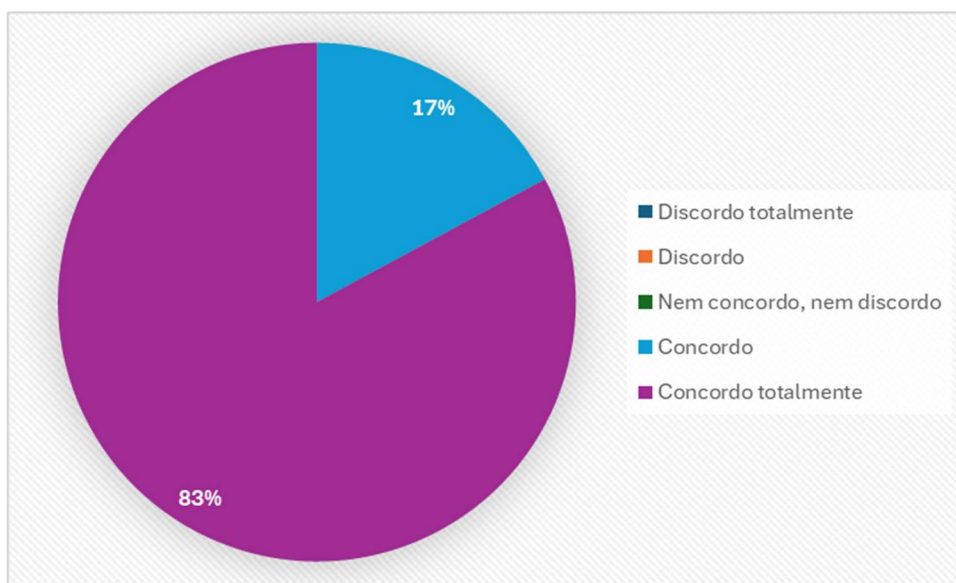
Gráfico 10 – O documentário "Etarismo: o que há de errado com a minha idade?" oferece um tema relevante para a sociedade?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação à pergunta sobre a opinião dos avaliadores acerca da pertinência do documentário para ações de conscientização, as respostas refletiram a concordância absoluta, por meio das respostas “concordo” ou “concordo totalmente”, consoante o gráfico 11, referente à pergunta 7. “O documentário pode ser utilizado em ações para conscientização acerca do etarismo?” da avaliação.

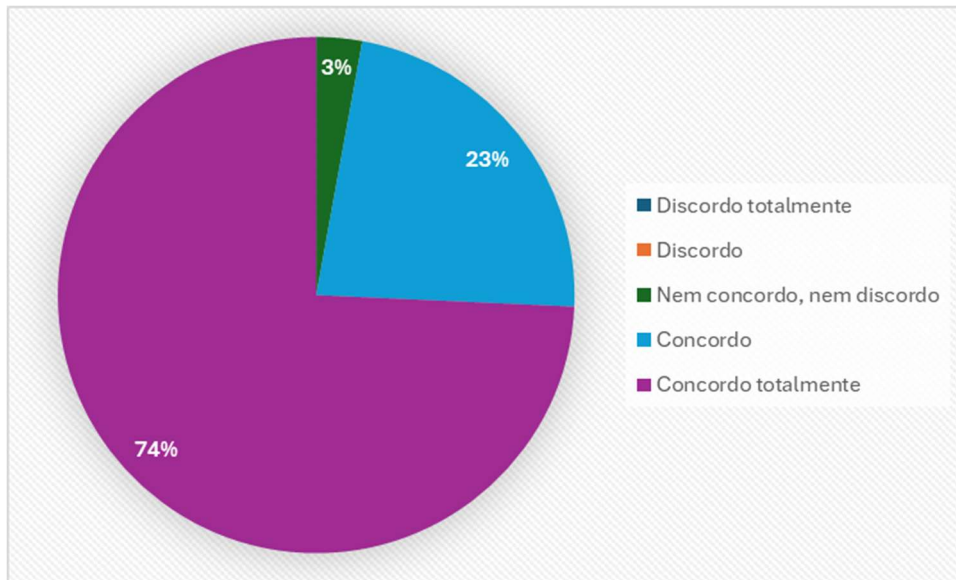
Gráfico 11 – O documentário pode ser utilizado em ações para conscientização acerca do etarismo?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O eixo comunicacional relaciona-se com a forma e o canal de difusão do produto educacional. Sendo assim, a pergunta 8. “O documentário ‘*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*’ traz uma linguagem simples e acessível para todos os públicos?” apresentou concordância na maioria das respostas dos avaliadores, como representado no gráfico 12.

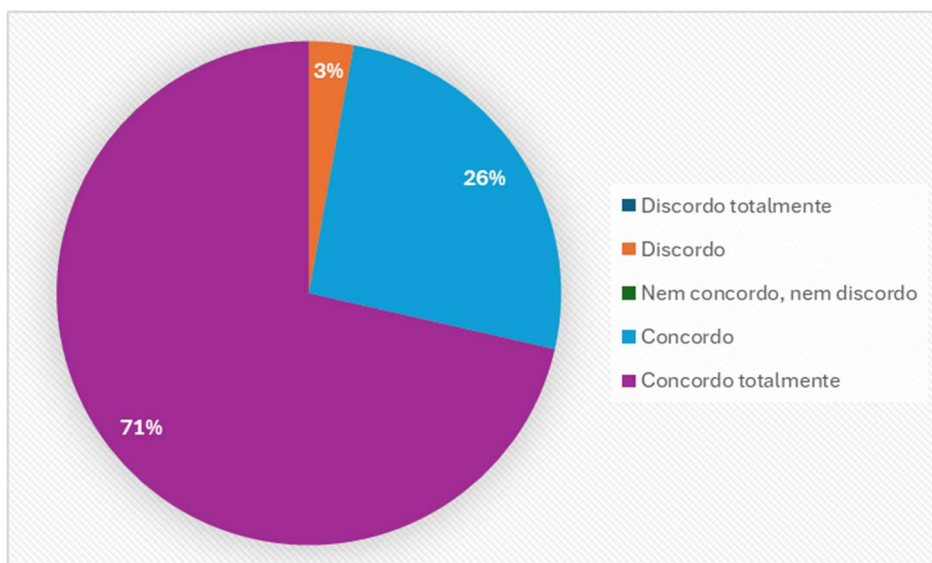
Gráfico 12 – O documentário ‘*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*’ traz uma linguagem simples e acessível para todos os públicos?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A pergunta 9. “O produto educacional estar disponibilizado na Plataforma YouTube é de fácil acesso?” teve avaliação positiva, com 26% de respostas “concordo” e 71% de respostas “concordo totalmente”. O gráfico 13 traz ilustradas as respostas dos avaliadores.

Gráfico 13 – O produto educacional estar disponibilizado na Plataforma YouTube é de fácil acesso?



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Por fim, a pergunta 12 oferece a oportunidade de se tecer comentários acerca do PE, trazendo reflexões importantes, além de críticas válidas para o melhoramento do documentário. Muito embora haja pontos a melhorar, o que é natural, quando se trata de um material novo, muitos foram os elogios perpetrados pelos avaliadores. As falas mais substanciais estão reproduzidas neste trabalho:

Este produto educacional contribui para uma discussão relevante na sociedade contemporânea, sobretudo, na população brasileira de um tema tão cotidiano, entretanto tão mal compreendido por uma parcela grande dos participantes. Isso demonstra a falta de diálogo aberto, informativo e crítico que ainda precisa ser aprofundado, cada vez mais, no âmbito da construção social coletiva de uma comunidade global mais saudável e positiva para o desenvolvimento das singularidades humanas. Pelo visto neste documentário, podemos observar uma contribuição acadêmica coerente e objetiva do tema abordado.” (AVALIADOR).

Apesar de já conhecer o tema, percebi que profissional explicou o assunto, citou o termo ageísmo, assim houve acréscimo de conhecimento para mim. A estrutura do documentário ficou muito bom, inclusive a dinâmica. como sugestão, proponho a melhorar o áudio quando estiver em ambiente amplo, aberto e com uma acústica prejudicada pela localidade (AVALIADOR).

O produto educacional foi muito bem elaborado, educativo e dinâmico. Sugiro que seja aplicado nas escolas de ensino médio. O tema é bastante relevante (AVALIADOR).

Material excelente para ser utilizado em sala de aula para se debater o tema. Somente em alguns trechos o áudio não ficou bom, como nas entrevistas da rua, por conta da distância do microfone e do vento. Parabéns!!! (AVALIADOR).

O documentário é bem construído e bem informativo. O início com as entrevistas com populares em praça pública foi bem pensado e marca um bom convite para introduzir o tema do documentário. As simulações de situações reais são tão elucidativas quanto divertidas. Os depoimentos poderiam ser mais resumidos e, a meu ver, não ficou claro se as perguntas dos cartões são respondidas pelos próprios atores ou pelas pessoas que foram representadas por esses atores. Acredito que o desfecho com a pergunta que convida para a reflexão foi muito disruptivo. Sugiro uma transição mais encadeada. Por fim, gostaria de parabenizar a execução excelente do documentário! (AVALIADOR).

O vídeo está sensacional! Acompanhar o desenrolar da narrativa ocorre de forma fluida e a maneira como foi estruturado é cativante e instrutiva. Sugestão: dar um desfecho, uma narrativa final, um fechamento para o vídeo! Obrigada por seu trabalho, muito importante na formação de cidadãos mais conscientes e atuantes! Parabéns!!! (AVALIADOR).

O material é excelente, tanto pela relevância do tema quanto pela forma como o aborda. É adequado para trabalhar em sala de aula, independente do contexto educacional. A sugestão é apenas que ele seja amplamente divulgado por diversos meios de difusão, de modo a alcançar escolas e demais instituições de ensino (AVALIADOR).

Diante da massiva aceitação e parabenização do documentário, encerramos a etapa de aplicação e avaliação do PE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O etarismo é um fenômeno social intimamente ligado aos estereótipos que os indivíduos constroem em relação à idade das pessoas, fomentando o preconceito e a discriminação. É um fenômeno cultural, aceito socialmente, mas que enseja imensos prejuízos para toda a sociedade. O assunto está em evidência na atualidade, cremos, por causa do envelhecimento populacional. No Brasil, o envelhecimento está em ritmo mais acelerado, se compararmos com o envelhecimento populacional mundial. Discutir sobre como queremos encarar o processo de envelhecimento e a velhice e como contribuir para diminuir o preconceito, para alcançar uma sociedade mais justa e solidária, foram os fatores insurgentes e motivadores para o início desta pesquisa.

Trazer esse tema para a Educação Profissional e Tecnológica, por meio desta pesquisa, harmoniza-se com o atendimento ao preconizado no Estatuto da Pessoa Idosa, quando adverte que conteúdos com o tema do envelhecimento devem ser levados aos currículos dos diversos níveis e modalidades da educação formal, propiciando a eliminação de preconceito e a inclusão de pessoas de todas as idades na sociedade.

Com isso em mente, as primeiras investigações trouxeram que o assunto Etarismo ainda é pouco estudado, principalmente no Brasil, e ainda mais escasso o estudo no campo educacional. Essa observação trouxe luz à questão problema da pesquisa, que é como o etarismo impacta a experiência educacional e as perspectivas dos estudantes mais velhos em cursos ofertados pelo IFCE. Como aluna do curso de mestrado ProfEPT no IFCE, naturalmente, o Instituto seria meu ponto de partida, neste estudo.

Por isso, o objetivo deste estudo foi investigar o fenômeno etarismo entre os estudantes do IFCE e identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Os resultados trouxeram que 28,9% dos estudantes já se sentiram vítimas de etarismo; no entanto, dentre os envelhescentes, que são os sujeitos foco deste trabalho, 48% já se sentiram vítima de etarismo. Isso denota que, apesar de o etarismo ser um preconceito que pode ser dirigido a qualquer faixa etária, quem mais sofre com isso realmente são pessoas com idade acima de 40 anos, o que confirma a primeira hipótese do estudo, em que se afirma que os estudantes mais velhos enfrentam maior incidência de discriminação e preconceito baseados na idade.

A segunda hipótese aventada traz que o etarismo impacta negativamente a motivação e o engajamento dos estudantes mais velhos no IFCE. Alguns excertos das entrevistas induzem à conclusão de que o etarismo acarreta desmotivação por se sentirem excluídos, levando ao abandono do curso em alguns casos. A desmotivação, segundo as entrevistas, é tão notória, que culmina na desistência dos alunos mais velhos, e consta em 56% das falas dos entrevistados, confirmando, pois, a segunda hipótese.

Na terceira hipótese, aborda-se que a conscientização sobre o etarismo contribui para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, no IFCE. Essa pode vir a se confirmar: primeiro, porque foi sugerido, pelos entrevistados, que seria por meio da educação, com ações conscientizadoras acerca do problema, que poderia haver uma mudança de mentalidade e atitude acerca do etarismo. Segundo, porque já é uma possibilidade trazida pela OMS, em forma de palestras, instruções, encenações, ou atividades, que podem promover a empatia entre as gerações, diminuindo o preconceito. Terceiro, porque o PE, fruto dessa pesquisa, o documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*”, é uma ação conscientizadora que vai ao encontro das ideias citadas. Por conseguinte, onde há conscientização, há empatia, onde há empatia, há de haver a diminuição do preconceito, o que, por si só, já poderá contribuir para um ambiente educacional mais inclusivo.

Em relação às dificuldades enfrentadas, cremos que o fato de termos optado por realizar a pesquisa em todos os *campi* do IFCE, pulverizados por todo o território cearense, tenha impactado a pesquisa. A coleta de informações foi feita por meio de questionário enviado por correio eletrônico, portanto, não pôde ser respondido por todos os potenciais respondentes. Isso pode ter acontecido pelo fato de existirem, concomitantemente, diversas pesquisas realizadas no âmbito do IFCE, e a comunidade acadêmica acaba sendo requisitada como partícipe recorrente, demandando tempo e disponibilidade considerável, e impactando a aderência à pesquisa. Apesar disso, conseguimos obter um quantitativo de respostas que condissesse com o ideal representativo para a amostra.

Outra dificuldade residiu em convencer os respondentes a serem entrevistados, bem como gravados, no momento de seus depoimentos, para fins da montagem do documentário, o que é bem compreensível, uma vez que relatar o etarismo sofrido já é um constrangimento para a vítima, o que seria potencializado pelo registro em vídeo.

Muito relevantes, neste estudo, foram os dados encontrados, levando em consideração que o IFCE é uma escola multicampi e multinível, com cerca de 20 mil estudantes. De acordo

com a pesquisa, aproximadamente 30% deles já se sentiram vítima de etarismo. Apesar de não ser a maioria, em números absolutos, são cerca de 6 mil estudantes sofredores do etarismo, o que não é, nem de longe, um número inexpressivo. Robustecendo os dados, temos que quase metade dos estudantes envelhescentes também se sentem vítimas desse preconceito. E só estamos falando de alunos. Os números podem ser ainda mais significativos se forem adicionados os sofredores de etarismo que estão entre os professores, funcionários, colaboradores e público externo.

Diante de expressivos dados, este trabalho evidencia que a utilização do PE, fruto desta pesquisa, deva ser amplamente divulgado na ambiência do IFCE, para todos os níveis de ensino, hospedado no sítio eletrônico do Instituto, para fácil acesso. Dessa forma, o documentário pode ser apresentado aos diversos setores, inclusive para a gestão, contribuindo para um olhar prático sobre uma razão contundente para uma possível evasão dos estudantes, principalmente envelhescentes.

Por outro lado, o PE, divulgado convenientemente, pode também contribuir para a diminuição do preconceito, tornando o ambiente escolar mais confortável e inclusivo para estudantes de todas as idades.

Para efeito de continuidade, sugerimos que os estudos sobre a temática etarismo, dentro do IFCE, sejam realizados por *campus*, onde se tenha mais proximidade das pessoas. Outro viés para este estudo pode ser realizado com pessoas de outras faixas etárias, uma vez que o etarismo pode incidir sobre qualquer idade.

Será motivo de nossa satisfação que este estudo se estenda a outros universos educacionais, como escolas, universidades, abrangendo também outros sujeitos, como professores e gestores. Por fim, as discussões sobre o tema desta pesquisa estão em franco crescimento, assim, esta pesquisa pode apadrinhar outras, neste campo ainda tão incipiente de estudos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Dominic; EILOLA, Tiina; SWIFT, Hannah. **Attitudes to age in Britain 2004-08:** research report. 599. ed. [s.l.]: Department For Work And Pensions, 2009. 165 p. Disponível em: http://kar.kent.ac.uk/23668/1/abrams_attitudes_age.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.
- ALMEIDA, Gabriela. Estudar é transformador em qualquer idade. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 23 maio 2023, p. 6-7.
- ANDRADE, Rodrigo Pinto de; SOUZA, Rogerio de Almeida de. Educação e reprodução: a escola com aparelho ideológico do estado na obra de Louis Althusser (1918-1990). **Communitas**, v. 7, n. 15, p. 129-140, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/6381>. Acesso em: 25 set. 2024.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.
- ANDREOLA, Lilian Simone; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. Inovações tecnológicas e a discriminação dos envelhescentes no mercado de trabalho. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITO: DIMENSÕES MATERIAIS E EFICACIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. **Anais [...]**, v. 2, n. 2, p. 459-477, 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 6 jul. 2023.
- BRASIL. Direito à educação, direito ao trabalho e à seguridade social (Módulo V). **In: Direitos humanos e mediação de conflitos**. Brasília: SEDH/ITS Brasil, 2008.
- BRASIL. **Saúde na escola**. Brasília: MS, 2009. Caderno de Atenção Básica, nº 24, 2009.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRASIL. Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Capes. **Documento de área – ensino**. Brasília, 2019a.

BRUZZO, Cristina. O documentário em sala de aula. **Ciência & Ensino**, v. 4, p. 23-25, 1998. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/234547/mod_resource/content/1/document%c3%a1rio%20em%20sala%20de%20aula%20Bruzzo.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

CACHIONI, Meire; AGUILAR, Luís Enrique. A convivência com pessoas idosas em instituições de ensino superior: a percepção de alunos da graduação e funcionários. **Revista Kairós**, São Paulo, n. 11, p. 79-104, jun. 2008.

CERQUEIRA, M.; REAL, F. Existe etarismo na USP? **Jornal do Campus**, São Paulo, p. 1-2, maio 2023. Disponível em:

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2023/05/existe-etarismo-na-usp/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CERQUETANI, Samantha. **Etarismo**: que bicho é esse? Preconceito por idade prejudica saúde de idosos. 20 ago. 2021; Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/08/20/etarismo-que-bicho-e-esse-preconceito-por-idade-prejudica-saude-de-idosos.htm?next=0001H63U11N>. Acesso em: 9 out. 2024.

CHAHINI, Thelma Helena Costa; GOMES, José Augusto Cutrim. Ageism in brazilian universities. **Concilium**, [S. l.], v. 23, n. 19, p. 265-277, 11 out. 2023. União Atlântica de Pesquisadores. <http://dx.doi.org/10.53660/clm-2103-23p42>. Disponível em:

<https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/2103/1379>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CHAVES, Daniela Lustoza Marques de Souza. **Mercado de trabalho e discriminação etária**: a vulnerabilidade dos trabalhadores “envelhescentes”. São Pulo: LTr, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pitar Baptista; SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

COSTA, Rachel. Calouro depois dos 50. 2012. **Revista IstoÉ**. Disponível em:

https://istoe.com.br/212248_CALOURO+DEPOIS+DOS+50/. Acesso em: 12 set. 2023.

COSTA, Rodrigo Heringer. Notas sobre a Educação formal, não formal e informal. III SIMPOM, Rio de Janeiro, 2015. **Anais [...]**, n. 3, p. 435-444. Disponível em:

<https://seer.unirio.br/simpom/article/view/4578/4100>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, 1991, v. 43, n. 6, p. 1.241-1.299.

CUNHA, Janine Silva Nascimento. **Explorando a aprendizagem intergeracional reversa no local de trabalho e as relações com suas barreiras e facilitador**. 2022. 170 f. Tese (Doutorado) – Curso de Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://adelphi-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/f39847ae-ec77-4069-a387-c347e58d896b/content>. Acesso em: 6 maio 2024.

DEBOCHE a universitária com mais de 40 anos é abordado no 'Enem dos concursos'; veja a íntegra da questão. **G1**, 18 ago. Trabalho e Carreira. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/concursos/noticia/2024/08/18/deboche-a-universitaria-com-mais-de-40-anos-e-tema-de-questao-do-enem-dos-concursos.ghhtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. *In*: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. **Medical Education**, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006. Disponível em: <https://asmepublications.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>. Acesso em: 2 out. 2023.

DÓREA, Egídio Lima. **Idadismo: um mal universal pouco percebido**. São Leopoldo: Unisinos, 2020, 98p.

DRURY, Lisbeth; HUTCHISON, Paul; ABRAMS, Dominic. Direct and extended intergenerational contact and young people's attitudes towards older adults. **British Journal Of Social Psychology**, [S.l.], v. 55, n. 3, p. 522-543, 2 jun. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/bjso.12146>. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/bjso.12146>. Acesso em: 6 maio 2024.

DUNCAN, Colin; LORETTO, Wendy. Never the right age? Gender and age-based discrimination in employment. **Gender, Work and Organization**, v. 11, n. 1, p. 95-115, 2004.

DUTRA, Lourdes Rodrigues. **Discriminação no ambiente acadêmico: uma revisão de literatura**. Orientador: Laís Vargas Ramm. 2020. 36p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/psicologia/files/2021/03/Lourdes-Rodrigues-Dutra-TCC-2020.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

EHMKE, Diego Paes. **Práticas de ageismo: investigação sobre o preconceito contra o idoso entre universitários**. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2020. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-DIEGO-EHMKE.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

FANTINI, Carolina Aude; SOUZA, Naiara Célida dos Santos de. Análise dos fatores motivacionais das gerações baby boomers, X, Y e Z e as suas expectativas sobre carreira profissional. **Revista Ipecege**, v. 1, n. 3/4, p. 126-145, 2015. Disponível em: <https://revista.ipecege.org.br/Revista/article/view/25>. Acesso em: 8 ago. 2024.

FAVORETTI, Jaciely. A igualdade para todos. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, n. 39, p. 281-306, 2012. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoesscientificas/index.php/boletim/article/view/393>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FERREIRA, Heraldo Simões. **Desmistificando a metodologia da pesquisa**. Fortaleza: Inesp, 2024. 144p.

FEUSER, Marja Mariane. **Políticas públicas na proteção dos envelhescentes contra atos de discriminação etária no mercado de trabalho formal**. 2020.122p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7662>. Acesso em: 18 maio 2023.

FONTOURA, Daniele S.; PICCININI, Valmiria C. Envelhecimento populacional e gestão de pessoas: pesquisas internacionais e notas para o Brasil. Anais do XXXVI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro: 22 a 26 de setembro, 2012. **Anais [...]**. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_GPR2116.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida. **Geração/idade: uma lacuna nos estudos feministas no campo da educação?** 2018.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 1-16, 24 set. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Uerj, LPP, p. 83-112, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do "preconceito etário" no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 411-434, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PBGcfLysHXVXtcfbrhJjdbF/>. Acesso em: 3 out. 2024.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 38, n. 151, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/705/4/r151-08.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GOMES, Juliana Cesário Alvim; FABRIS, Ligia. Paradoxos do direito à igualdade: discriminação, diferença e identidade sob uma perspectiva crítica. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 566-603, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5412>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/v5u2imn7hfhzvz3b7wsie3oae/access/wayback/https://revist.a.ufr.br/revi/article/download/e202114/pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

GUEDES, Terezinha Aparecida *et al.* Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, p. 1-49, 2005. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti; CALDAS, Célia Pereira. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 2931-2940, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15n6/2931-2940/pt>. Acesso em: 9 out. 2024.

HELAL, D.; VIANA, L. Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 13, n. 29, p. 171-191 jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Diogo-Helal/publication/351351063_Ageismo_uma_revisao_integrativa_da_literatura_em_lingua_portuguesa_Ageism_a_intergrative_review_of_portuguese_language_literature/links/6092d71f92851c490fbbac05/Ageismo-uma-revisao-integrativa-da-literatura-em-lingua-portuguesa-Ageism-a-intergrative-review-of-portuguese-language-literature.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

IBGE. **Projeções da população**. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticzas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 5 jul. 2023.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

IFCE. **Plano de desenvolvimento institucional (2019-2023)**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-dedesenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>. Acesso em: 9 ago. 2023.

IFCE. **Tipos de cursos**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/acoes-e-programas/>. Acesso em: 22 set. 2023.

IFES. **Regulamento geral do programa de pós-graduação *stricto sensu* em educação profissional e tecnológica com um curso de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept>. Acesso em: 11 set. 2023.

IRELAND, Timothy Denis. Educação ao longo da vida: aprendendo a viver melhor. **Sisyphus - Journal of Education**, v. 7, n. 2, p. 48-64, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5757/575763749004/575763749004.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003.

LAGACÉ, M.; VAN DE BEECK, L.; FIRZLY, N. Building on intergenerational climate to counter ageism in the workplace? A cross-organizational study. **Journal of Intergenerational Relationships**, v.17, n. 2, p. 201-219.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15350770.2018.1535346> Acesso em: 6 maio 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOTH, Guilherme Blauth; SILVEIRA, Nereida. Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhescentes. **Revista de Ciências da Administração**, v.16, n.39, p. 65-82, ago. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273531662005.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

MALINEN, S.; JOHNSTON, L. Workplace ageism: discovering hidden bias. **Experimental Aging Research**, v. 39, n. 4, p. 445-465, jul. 2013. <https://doi.org/10.1080/0361073x.2013.808111>

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar, o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – Fearp/USP, v. 2, n. 2, p. 8, 18 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 9 set. 2023.

MEC. **Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 18 set. 2023.

MEDEIROS, Gustavo Bezerra da. Empresas não estão preparadas para funcionários idosos, revela pesquisa. Instituto Social, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Isads), 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www.institutoisads.org/empresas-nao-estao-preparadas-para-funcionariosidosos-revela-pesquisa/>. Acesso em: 18 maio 2023.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. O documentário como gênero audiovisual. **Comunicação & Informação**, v. 5, n. 1/2, p. 25-40, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24168>. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDES, Daniele Cristina Bahniuk. Considerações elementares da metodologia de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais. **Faculdade Santana em Revista**, Ponta Grossa, v. 3, p. 4-15, 2018. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/118>. Acesso em: 18 set. 2023.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l], v. 47, n. 165, p. 1.044-1.066, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-01044.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

MESSY, Jack. **A pessoa idosa não existe**. São Paulo: Aleph, 1993. Tradução de José de Souza e Melo Werneck.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Pedro Paulo. **Envelhecer: histórias, encontros, transformações**. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAES, L. Número de estudantes com 40 anos ou mais em universidades quase triplicou no Brasil. **JC Enem e Educação**, Recife, p. 1-2, mar. 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/03/15200246-etarismo-numero-de-estudantes-com-40-anos-ou-mais-em-universidades-quase-triplicou-no-brasil.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de *et al* (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis**. Curitiba: Crv, 2020. 276 p.

OLIVEIRA, Elizângela Farias de. **Políticas educacionais de formação profissional: diversidade etária e mercado de trabalho**. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programas de Estudos Pós-graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10972458. Acesso em: 8 maio 2024.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Relatório mundial sobre o idadismo**, 2022. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54599/9789275724309_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. United Nation Information, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista** [s. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 14 set. 2023.

PAHO TV. Lançamento do relatório mundial sobre o ageísmo na região das Américas. [S.l.:s.n.], 2022. 1 vídeo (1:51). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZrtyWMKp7Gs&list=PL6hS8Moik7kuc-ZkPBMD_mjHFXhFMdSzT&index=35&t=448s. Acesso em: 19 set. 2023

PEREIRA, Marie Françoise Marguerite Winandy Martins. **Um estudo sobre o etarismo nas organizações**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/4110c181-4a74-47e9-95db-22819104919a/full>. Acesso em: 6 set. 2023.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade, diferença e direitos humanos. *In*: LEITE, George Salomão Leite; SARLET, Ingo Wolfgang (coords.). **Direitos fundamentais e estado constitucional: estudos em homenagem a J. J. Gomes Canotilho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PRATA, Mário. **Você é um envelhescente?** Projeto Releituras. Arnaldo Nogueira Jr. Extraído do livro "100 Crônicas", São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.releituras.com/marioprata_envelhece.asp. Acesso em: 10 jun. 2017.

PUCINI, Sérgio. Introdução ao roteiro de documentário. **Doc On-line**, [S. l.], n. 6, p. 173-190, ago. 2009. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/06/artigo_serjio_puccini.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

QUINTANA, Marilene Machado. **Etarismo nos cursos de Ciências da Natureza da Unipampa**. 2023. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Natureza) – Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/8235>. Acesso em: 6 ago. 2023.

QUEIROZ, Renato. **Contínuo-um-envelhescente-diz-mario-prata**. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/magazine/continuo-um-envelhescente-diz-mario-prata-1.2362497>. Acesso em: 6 jul. 2023.

RAYMUNDO, Taiuani Marquine; SANTANA, Carla da Silva. Percepção de trabalhadores mais velhos sobre o trabalho e a inserção de tecnologias nas atividades laborais. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, n. 20, p. 111-133, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/36245>. Acesso em: 22 ago. 2024.

REGULAMENTO Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de s; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

ROBERTO, M; FIDALGO, A; BUCKINGHAM, D. De que falamos quando falamos de infoexclusão e literatura digital? Perspectivas dos nativos digitais. **Observatório**, Portugal, v. 9, n. 1, p. 43-54, 2015.

ROVETTA, Isabela Lovatti *et al.* Programas e práticas intergeracionais: desafios e benefícios para a qualidade de vida. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 1-14, mar. 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12004/7367>. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, [s. l.], n. 2, p. 10-18, 2009. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81695/1/Direitos%20humanos_o%20desafio%20da%20interculturalidade.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

SBC-PROCEEDINGS OF SBGAMES, 2, 2011, Salvador. **Uso da escala likert na análise de jogos**. Salvador: SBC, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Campos-7/publication/266051378_Uso_da_Escala_Likert_na_Analise_de_Jogos/links/54b1b66e0cf28ebe92e18fdb/Usoda-Escala-Likert-na-Analise-de-Jogos.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

SEIDL, Juliana; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. Etarismo e gestão da diversidade etária: conceitos e escalas. *In*: S/n. **Trabalho, maturidade e aposentadoria: estudos e intervenções**. São Paulo: Vetor Editora, 2021. p. 49-66. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354943008_Etarismo_e_gestao_da_diversidade_etaria_conceitos_e_escalas. Acesso em: 20 out. 2024.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; SUAREZ, Ana Paula Mendes; UMPIERRE, Andrea Borges. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Revista Interações**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 44, p. 232-243, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/4108>. Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, Samara Fernanda da; LODI, Ivana Guimarães. Educação inclusiva: o direito de ser diferente. **Evidência**, Araxá, v. 15, n. 16, p. 117-132, 2019. Disponível em: <https://ojs.uniaraaxa.edu.br/index.php/evidencia/article/view/731>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVA, Thales Fabrício da Costa *et al.* Além das equipes intergeracionais: possibilidades de estudos sobre ageísmo. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 642-662, ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/4XBmTg5RGYR6cfNwXXqbHmt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVEIRA, Michele Marinho da *et al.* Educação e inclusão digital para idosos. **Novas Tecnologias na Educação**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 1-13, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/15210/9523>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOARES, Denrhiellen Christ Ribeiro; MATTARAIA, Fabiana de Paula Lima Isaac; CASTRO, Marília Meorim Ferreira de Lucca e. O etarismo e seus impactos no direito ao trabalho da população envelhecida. **Rjlb**, São Paulo, n. 4, p. 237-258, 2024. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2024/4/2024_04_0237_0258.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

THAIS MAGALHÃES (São Paulo). **Vídeo de universitárias do interior de SP debochando de colega de 40 anos gera indignação nas redes sociais**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-de-universitarias-do-interior-de-sp-debochando-de-colega-de-40-anos-gera-indignacao-na-redes-sociais/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TEIXEIRA de, Selena Mesquita de Oliveira; SOUZA, Luana Elayne Cunha; MAIA, Luciana Maria. Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica. **Revista Kairós - Gerontologia**, v.

21, n. 3, p. 129-149, 2018. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/41448/27912>. Acesso em: 16 maio 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. Coleção Temas básicos de...

VIANA, Lauro Oliveira; HELAL, Diogo Henrique. Ageísmo na carreira acadêmica: um estudo com professores universitários. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e121896, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jMXGqNRw8dntJmvPScnLdnP/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

VICTOR, Paola Lazzaret *et al.* Velhices: um novo desafio para universidade contemporânea: o caso da UMA/UFT. **Revista Humanidades e Inovação**, Brasília, v. 6, n.11, p. 9-22, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2>. Acesso em: 12 ago. 2024.

VIEIRA, R. de S. S.; LIMA, M. E. O. Estereótipos sobre os idosos: dissociação entre crenças pessoais e coletivas. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 947-958, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400012. Acesso em: 3 out. 2024.

WINANDY, Fran. **Etarismo**: um novo nome para um velho preconceito. 2. ed. Divinópolis: Adelante, 2021. 176 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO		
Aspectos Pessoais		
Para efeito deste questionário consideram-se pessoas mais jovens as que possuem idade abaixo de 29 anos e mais velhas as pessoas com idade superior a 40 anos.		
01.	Qual a sua idade?	
	<input type="checkbox"/> Menos de 18 anos <input type="checkbox"/> 19 a 29 anos <input type="checkbox"/> 30 a 39 anos <input type="checkbox"/> 40 a 59 anos <input type="checkbox"/> 60 anos ou mais	
02.	Sexo	
	<input type="checkbox"/> Mulher cis <input type="checkbox"/> Mulher trans <input type="checkbox"/> Homem cis <input type="checkbox"/> Homem trans <input type="checkbox"/> Prefiro não dizer	
03.	Em qual <i>Campus</i> do IFCE você estuda?	
04.	Qual modalidade/nível você estuda?	
	<input type="checkbox"/> Técnico integrado <input type="checkbox"/> Técnico subsequente <input type="checkbox"/> Técnico concomitante <input type="checkbox"/> Graduação tecnológica <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado	
05.	Qual o seu curso?	
Aspectos Culturais e Acadêmicos		
	Legenda: Marque 1 para DT (Discordo totalmente) ou 2 para CT (Concordo totalmente)	DT CT
06.	Estudantes mais velhos levam mais tempo para realizar atividades no ambiente acadêmico.	
07.	Estudantes mais velhos costumam adoecer com mais facilidade.	
08.	Estudantes mais velhos costumam falar mais nas aulas.	
09.	Estudantes mais jovens costumam ter maior capacidade de concentração.	
10.	Estudantes mais velhos tendem a esquecer novas tarefas.	
11.	Estudantes mais velhos são mais persistentes do que os mais jovens.	
12.	Estudantes mais jovens são mais produtivos do que os mais velhos.	

13.	Estudantes mais velhos são mais comprometidos com os estudos do que os mais jovens.		
14.	De modo geral, estudantes mais velhos têm mais conhecimento dos conteúdos das aulas.		
15.	Estudantes mais velhos são mais capazes de lidar com as pressões e prazos acadêmicos.		
16.	O envelhecimento afeta a produtividade nos estudos.		
17.	Estudantes mais velhos têm mais habilidade para resolver problemas do que os mais jovens.		
18.	Estudantes mais velhos tendem a dialogar mais com os professores e/ou colaboradores do que os mais jovens.		
19.	Estudantes mais jovens compreendem e dominam melhor as tecnologias do que os mais velhos.		
20.	Você acha que existe preconceito em razão da idade?		
	() Sim		
	() Não		
21.	Você acredita que a idade influencia na capacidade intelectual?		
	() Sim		
	() Não		
22.	Você acredita que existe uma idade ideal para iniciar a vida acadêmica?		
	() Sim		
	() Não		
23.	Você acha que a idade é um fator importante para frequentar determinados ambientes?		
	() Sim		
	() Não		
24.	Você acredita que no ambiente acadêmico pessoas mais velhas necessitam de atenção especial?		
	() Sim		
	() Não		
25.	Você acha que pessoas mais velhas têm mais dificuldades de fazer amigos do que pessoas mais jovens?		
	() Sim		
	() Não		
26.	Você acha que a idade dos professores influencia a qualidade do ensino?		
	() Sim		
	() Não		
27.	Você acredita que a facilidade com o uso da tecnologia está ligada à idade?		
	() Sim		
	() Não		
28.	Você já foi vítima de preconceito por causa de sua idade?		
	() Sim		
	() Não		
29.	Você já presenciou ou ficou sabendo de algum caso de preconceito dentro do IFCE por causa da idade?		
	() Sim		
	() Não		
30.	Você já fez algum comentário que considera um preconceito contra pessoas mais velhas?		

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
31.	Você já se sentiu desmotivado a participar de atividades acadêmicas com pessoas de gerações diferentes?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
32.	Você concorda que o desempenho do aprendizado pode ser prejudicado quando se trata de pessoas mais velhas?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
33.	Você concorda que pessoas mais velhas que concluem um curso técnico ou superior teriam menos oportunidade no mercado de trabalho do que as pessoas mais jovens?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

Fonte: Ehmke (2020) e adaptado de Quintana (2023).

APÊNDICE B – Entrevista

ENTREVISTA
PERGUNTAS NORTEADORAS
1. O que você entende por etarismo?
2. Você tem recordações de algum tipo de preconceito de idade no seu cotidiano?
3. Que sugestão você daria para conscientizar as pessoas sobre o preconceito de idade, no IFCE?

Fonte: elaborada pela autora.



APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ESTOU VELHO DEMAIS PARA ISSO?

O FENÔMENO ETARISMO VERIFICADO NO IFCE.

Tecla Lorena Albuquerque Silva

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes, ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora através do *e-mail*: tecla.lorena57@aluno.ifce.edu.br. Se preferir, você pode consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos

A pesquisa objetiva diagnosticar onde estudam os estudantes mais velhos, no IFCE; identificar se existe preconceito contra os estudantes mais velhos na Instituição; além de coletar informações sobre as percepções dos possíveis sofreadores de preconceito em relação à sua motivação, seu engajamento e seu desempenho acadêmico. Consideramos esta pesquisa importante porque o preconceito e a discriminação contra pessoas mais velhas existem e causam muitos problemas para as vítimas. Esta pesquisa visa também contribuir para a conscientização do problema e formas de combatê-lo.

Procedimentos

Participando do estudo você está sendo convidado a responder a um questionário, que será enviado *on-line*, via Plataforma *Google forms*, composto por 33 perguntas, quase todas de escolha entre duas respostas, excetuando qual o curso e *campus* em que o respondente estuda. O preenchimento do questionário leva em torno de 20 minutos.

Desconfortos e riscos

Você **não** deve participar deste estudo se as perguntas trouxerem algum desconforto em responder. Consideramos que o questionário tem um risco mínimo ao respondente, caso se sinta, de alguma forma, constrangido com o teor das perguntas. Para minimizar os riscos, a pesquisadora garantirá o anonimato e sigilo das informações. Caso o respondente se sinta afetado emocionalmente, de alguma forma, será realizado o acompanhamento, pela pesquisadora, do participante, em um serviço de psicologia, com cuidado individual em todas as etapas do atendimento.

[Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL]

Data: ____ / ____ / ____

Responsabilidade da pesquisadora

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução CNS/MS 466/2012 e complementares, na elaboração do protocolo e na obtenção deste TCLE. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento, ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome da pesquisadora:

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ____ / ____ / ____.



APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Eu, Tecla Lorena Albuquerque Silva, convido você a participar do estudo “*Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE*”. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos saber quem são os estudantes mais velhos do IFCE; se há preconceito com esses estudantes mais velhos no IFCE; e quais as consequências desse preconceito para essas pessoas. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema, se desistir. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 14 a 17 anos de idade. A pesquisa será feita através do envio de um questionário na plataforma Google Forms, com 33 perguntas. A maioria tem duas opções de resposta, exceto duas perguntas abertas, sobre qual é o *campus* em que você estuda e qual curso faz. O questionário é considerado seguro, mas pode gerar um pequeno desconforto em responder, para os mais sensíveis. Caso aconteça algo errado, você, seus pais ou responsáveis poderá(ão) me procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante para verificar se há o preconceito chamado Etarismo no IFCE e vai contribuir para identificarmos os sofrendores deste preconceito e as estratégias para diminuí-lo, contribuindo para um ambiente mais inclusivo para toda a comunidade do IFCE. As suas informações ficarão sob sigilo; ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão publicados no trabalho de conclusão do mestrado (dissertação) mas sem identificar (dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações) dos participantes (crianças/adolescentes).

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu ... aceito participar da pesquisa “*Estou velho demais para isso? O fenômeno Etarismo verificado no IFCE*”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

_____, ____ de _____ de 202...

[Assinatura do menor]

[Assinatura da pesquisadora]

Dados da pesquisadora
<i>E-mail:</i> teclalorenaalbuquerque@gmail.com
Telefone: (05) 9999-9999

Obs.: O participante da pesquisa ou seu representante e a pesquisadora responsável deverão rubricar todas as folhas do Tale apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.



APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE responsáveis)

ESTOU VELHO DEMAIS PARA ISSO?

O FENÔMENO ETARISMO VERIFICADO NO IFCE

Tecla Lorena Albuquerque Silva

O menor sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa a assegurar os direitos dele como participante.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas, antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora através do *e-mail*: tecla.lorena57@aluno.ifce.edu.br. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se o estudante, ou seu responsável, não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos

A pesquisa objetiva diagnosticar onde estudam os estudantes mais velhos, no IFCE; identificar se existe preconceito contra os estudantes mais velhos na Instituição; além de coletar informações sobre as percepções dos possíveis sofreadores de preconceito em relação à sua motivação, seu engajamento e seu desempenho acadêmico. Consideramos esta pesquisa importante porque o preconceito e a discriminação contra pessoas mais velhas existem e causam muitos problemas para as vítimas. Esta pesquisa visa também contribuir para a conscientização do problema e formas de combatê-lo.

Procedimentos

Participando do estudo, o menor sob sua responsabilidade será convidado a responder a um questionário que será enviado *on-line*, via Plataforma Google forms, composto por 33 perguntas, quase todas de escolha entre duas respostas, excetuando qual o curso e *campus* em que o respondente estuda. O preenchimento do questionário leva em torno de 20 minutos.

Desconfortos e riscos

O menor sob sua responsabilidade **não** deve participar deste estudo se as perguntas trouxerem algum desconforto em responder. Consideramos que o questionário tem um risco mínimo ao respondente, em caso de se sentir, de alguma forma, constrangido com o teor das perguntas. Para minimizar os riscos, a pesquisadora garantirá o anonimato e sigilo das informações. Em caso de o respondente se sentir afetado emocionalmente, de alguma forma, será realizado o acompanhamento, pela pesquisadora, do participante, a um serviço de psicologia, com cuidado individual em todas as etapas do atendimento.

Benefícios

Acreditamos que esta pesquisa será benéfica para toda a comunidade acadêmica, uma vez que a conscientização acerca de um problema pode contribuir para um clima de paz e respeito dentro do IFCE e fora dele, para toda a sociedade.

Acompanhamento e assistência

Todos os participantes desta pesquisa serão acompanhados e assistidos pela pesquisadora, durante toda a pesquisa. O participante será acompanhado durante toda a execução da pesquisa pela responsável, que ficará à disposição para ajudar e orientar em caso de constrangimento ou algum eventual problema que possa acontecer. Se houver necessidade de intervenção, o participante, juntamente com o responsável, será assistido, para que se tomem as devidas providências, e, se necessário, será encaminhado, pela pesquisadora, para o serviço de saúde de referência. Caso haja necessidade de encaminhamento para outro serviço assistencial, a pesquisadora acompanhará o participante durante essa assistência.

Sigilo e privacidade

O senhor tem a garantia de que a identidade do menor sob sua responsabilidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, o nome do estudante não será citado.

Ressarcimento e indenização

O menor sob sua responsabilidade terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o senhor poderá entrar em contato com a pesquisadora Tecla Lorena Albuquerque Silva, telefone (85) 3401 2332, e-mail: tecla.lorena57@aluno.ifce.edu.br.

Em caso de denúncias, ou reclamações, sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, no IFCE Reitoria – R. Jorge Dumar, 1.703 – Jardim América, Fortaleza/CE, 60410-426; tel.: (85) 3401 2332, e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que essa possa acarretar, aceito que o menor sob minha responsabilidade participe e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pela pesquisadora e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas.

Nome do participante:

Contato telefônico (opcional):

e-mail (opcional):

[Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL]

Data: ____/____/____.

Responsabilidade da pesquisadora

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução CNS/MS 466/2012 e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste TCLE. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome da pesquisadora:

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ____/____/____.



APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu *nome completo*, *CPF ...*, *RG ...*, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, **AUTORIZO**, através deste termo, a pesquisadora Tecla Lorena Albuquerque Silva da pesquisa intitulada “*Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE*” a realizar as fotos e/ou vídeos que serão necessárias e/ou meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, **LIBERO** a utilização dessas fotos e/ou vídeos (suas respectivas cópias) e/ou depoimentos, somente para fins científicos e de estudos (livros, artigos e *slides*), em favor da pesquisa anteriormente citada, porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

Por ser a expressão da minha vontade, assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos decorrentes dos elementos por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e/ou som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9.160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

Participante

Pesquisadora responsável pela pesquisa

Fortaleza, ____ de _____ de 2024.



APÊNDICE G

AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL COM AVALIADORES

Você está sendo convidado a participar da avaliação do Produto Educacional desenvolvido na forma de um documentário intitulado “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*”, vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica por meio da pesquisa “*Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE*”. O documentário está hospedado na Plataforma YouTube com acesso por meio do *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=rsTz6rf4FFk>

- *E-mail*:
- Nome:

EIXOS CONCEITUAL E PEDAGÓGICO – ETARISMO, CONCEITO, MANIFESTAÇÃO, IMPACTOS E ENFRENTAMENTO

1. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” propicia o entendimento sobre o que é o Etarismo?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

2. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” traz um tema atual para reflexão e debates?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

3. Depois de assistir ao documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” sou capaz de conversar sobre o assunto com outras pessoas?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

4. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” promove o entendimento de como se dá o etarismo no nosso dia a dia?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

5. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” trouxe conceitos novos e enriqueceu meu conhecimento sobre o assunto?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

6. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” oferece um tema relevante para a sociedade?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

7. O documentário pode ser utilizado em ações para conscientização acerca do etarismo?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo

(5) Concordo totalmente

EIXO COMUNICACIONAL – FORMA E CANAIS DE DIFUSÃO

8. O documentário “*Etarismo: o que há de errado com a minha idade?*” traz uma linguagem simples e acessível para todos os públicos?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

9. O produto educacional estar disponibilizado na Plataforma YouTube é de fácil acesso?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

10. A edição do documentário quanto a cortes, qualidade do áudio e efeitos é adequada para a boa compreensão de seu conteúdo?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

11. Os conteúdos no documentário distribuídos ao longo do vídeo são de fácil entendimento?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

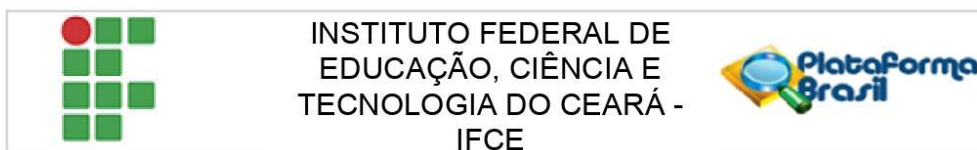
(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

12. Use este espaço para fazer sugestões, críticas ou comentários sobre o produto educacional avaliado.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Estou velho demais para isso? O fenômeno etarismo verificado no IFCE".

Pesquisador: TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75202323.0.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.599.659

Apresentação do Projeto:

Resumo:

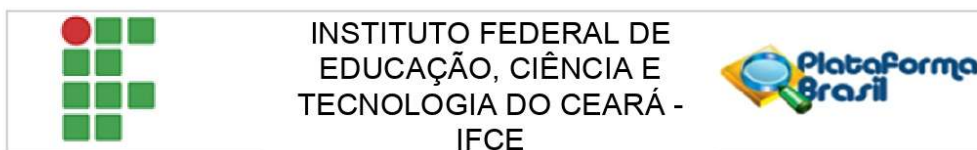
O Etarismo, também conhecido como ageísmo ou idadeísmo é o preconceito sofrido por algumas pessoas em razão da idade delas. O fenômeno ainda é pouco estudado no Brasil, principalmente dentro do âmbito acadêmico. Este estudo, caracterizado como estudo de caso, é uma pesquisa quali-quantitativa e tem por objetivo geral Investigar o fenômeno Etarismo entres os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Para isso, a pesquisa se dará em dois momentos: o primeiro, com distribuição de questionários a toda a comunidade acadêmica, com amostra de aproximadamente 267 sujeitos, tendo suas respostas analisadas por meio de estatística descritiva. No segundo momento, após ter sido diagnosticada a localidade de maior incidência do fenômeno, a pesquisadora fará uma entrevista semiestruturada, analisando as respostas com base na análise de conteúdo, com o intuito de criar, ao final da pesquisa, um documentário como produto educacional que ajudará na conscientização acerca desse preconceito e formas de combatê-lo.

Metodologia Proposta:

De posse da anuência para a realização da pesquisa por parte do IFCE e após o deferimento do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) do IFCE, a coleta de dados terá previsão de início no primeiro semestre de 2024.A

Coleta de dados ocorrerá em duas fases. Primeiramente, com o escopo de

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.599.659

obter um diagnóstico prévio acerca do tema, a pesquisadora fará a distribuição de um questionário por meio do Google forms utilizando a Escala sobre Ageísmo no Contexto Organizacional EACO (adaptada por França et al., 2017; Siqueira-Brito; França; Valentini, 2016; Ehmke, 2020), além de uma adaptação feita pela pesquisadora, do questionário utilizado por Quintana (2023), a fim de ajustá-lo à realidade do IFCE. O questionário 33

perguntas e será enviado por correio eletrônico, onde haverá perguntas sobre a idade, o curso, o conhecimento sobre o etarismo e a percepção do etarismo entre os estudantes. Dentre os campi do IFCE investigados, após a análise dos questionários, que se dará por estatística descritiva, a pesquisadora irá até os locais onde foram diagnosticadas as maiores prevalências do etarismo e aplicará uma entrevista semiestruturada, com 3

perguntas norteadoras, que será gravada e transcrita, com os alunos mais afetados. A análise das entrevistas será realizada por análise de conteúdo.

Critério de Inclusão:

Estudantes matriculados nos cursos regulares do IFCE em todos os Campi, em 2024.1 e 2024.2 que aceitem participar do estudo em todas as fases de coleta de dados.

Critério de Exclusão:

A pesquisa excluirá quem não aceitar participar da pesquisa, quem não estiver matriculado nos semestres 2024.1 e 2024.2, quem estiver afastado, de licença médica, ou por qualquer motivo, quem não preencher o questionário corretamente, quem desistir no decurso da pesquisa, os que redijam as respostas do questionário ou das entrevistas de forma ilegível, os que não devolverem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e

Termo e Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinados

Objetivo da Pesquisa:

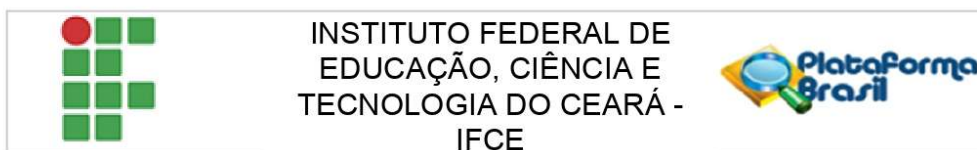
Objetivo Primário:

Investigar o fenômeno Etarismo entres os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Objetivo Secundário:

a) Diagnosticar os estudantes envelhescentes no IFCE; b) Identificar as percepções e o conhecimento dos estudantes mais velhos, dos professores e dos mais jovens acerca do etarismo nos cursos regulares no IFCE; c) Estabelecer a relação entre o etarismo e a motivação, o engajamento e o desempenho acadêmico dos estudantes mais velhos nos cursos regulares do

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.599.659

IFCE; d) Estruturar um produto educacional para fomentar a conscientização acerca do etarismo nos cursos regulares oferecidos pelo IFCE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa é classificada como uma pesquisa de riscos mínimos ao respondente do questionário e/ou da entrevista, sendo este risco o de se sentir constrangido em responder. Para minimizar os riscos, a pesquisadora garantirá o anonimato e sigilo das informações. Em caso de o respondente se sentir afetado emocionalmente, de alguma forma, será realizado o acompanhamento, pela pesquisadora, do(a) participante, a um serviço de psicologia, com cuidado individual a todas as etapas do atendimento.

Benefícios:

Acreditamos que esta pesquisa será benéfica para toda a comunidade acadêmica, uma vez que a conscientização acerca de um problema pode contribuir para um clima de paz e respeito dentro do IFCE e fora dele, para toda a sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de mestrado do campus de Fortaleza do Instituto Federal do Ceará

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam os termos obrigatórios: Folha de rosto; Informações básicas do projeto; Orçamento; Cronograma; Declaração de compromisso de apresentação dos resultados; Declaração de garantia de regresso dos benefícios da pesquisa; Termo de assentimento livre e esclarecido - TALE; Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE; Termo de autorização e de existência de infraestrutura.

Recomendações:

Sem recomendações.

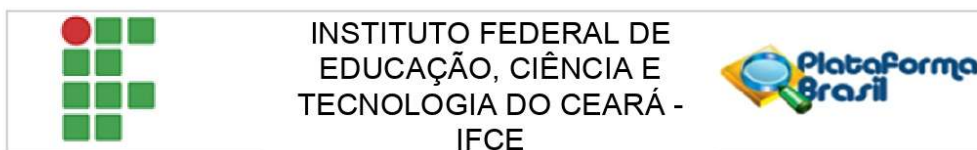
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer consubstanciado de aprovação disponível na pasta (ou diretório) "Pareceres".

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703
Bairro: Jardim América **CEP:** 60.410-426
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332 **E-mail:** cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.599.659

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2229483.pdf	14/12/2023 13:26:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsavel.pdf	14/12/2023 13:26:29	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/12/2023 13:26:11	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	27/11/2023 16:11:29	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_infraestrutura.pdf	20/11/2023 18:01:31	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Outros	Curriculo_lattes.pdf	22/10/2023 18:10:00	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	22/10/2023 18:08:00	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Outros	questionario.pdf	22/10/2023 18:07:27	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	22/10/2023 18:05:56	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	22/10/2023 18:00:54	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Outros	declaracao_regresso_assinada.pdf	22/10/2023 18:00:02	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Outros	declaracao_compromisso.pdf	22/10/2023 17:58:20	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Orçamento	orcamento_da_pesquisa_assinado.pdf	22/10/2023 17:55:34	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia.pdf	22/10/2023 17:53:19	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

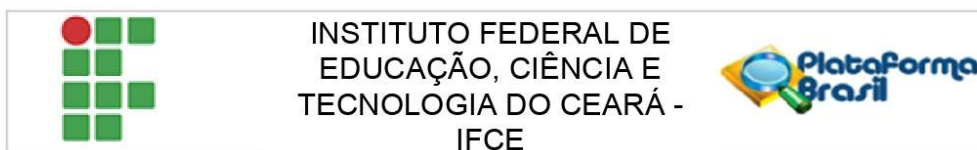
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.599.659

Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	22/10/2023 17:52:00	TECLA LORENA ALBUQUERQUE SILVA	Aceito
----------------	-----------------	------------------------	--------------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 22 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Emmanuel Alves Carneiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703
Bairro: Jardim América **CEP:** 60.410-426
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332 **E-mail:** cep@ifce.edu.br